



FABRICADOS NA FÁBRICA

Uma narrativa operária
no século XXI

Esser Jorge Silva

FABRICADOS NA FÁBRICA

Uma narrativa operária
no século XXI

Esser Jorge Silva

húmus

ÍNDICE

Prefácio 9

Nota do autor 15

Introdução 23

- 1 O Problema do Trabalho e Mudança no Espaço Operário 27
 - 1.1 Espaço em mutação 27
 - 1.2 A Construção do facto social –
Génese e substância da teoria da prática 37
 - 1.3 Sociedade pragmática 43
 - 1.4 Fundamentos da classe trabalhadora 47
 - 1.4.1 Orgulho e fragilidade 47
 - 1.4.2 Traços do espaço operário 49
 - 1.5 Recursos e estratégias em tempo de mudança 51
 - 1.5.1 Capital social e rede relacional 51
 - 1.5.2 A flexibilidade do (des)emprego 55

- 2 Uma Sociedade Urdida 61
 - 2.1 Sociogénese do trabalho no Vale do Ave 61
 - 2.1.1 Dispersar para sobreviver 61
 - 2.1.2 No começo era o linho 63
 - 2.1.3 Sobreposição 67
 - 2.1.3.1 De artesãos a operários 67
 - 2.1.3.2 Do campo para a fábrica 74
 - 2.2 Discursos da sociedade industrial numa sociedade fabril 77

2.2.1	Barreiro e Guimarães – uma comparação sempre a propósito	77
2.2.2	Industrialização e <i>fabrilização</i>	83
2.2.3	A sociedade em rede e a sociedade enredada	86
3	Estratégia e Metodologia do Estudo	92
3.1	Opção metodológica	92
3.2	Técnicas de Investigação Social	94
4	Narrativas da Prática Fabril	97
4.1	Sociedade em trânsito	97
4.1.1	O “engenheiro” e a superioridade da prática	97
4.1.2	Entre a escola e a plasticidade do campo	105
4.1.3	Um emprego perto de casa a todo o custo	112
4.1.4	Disposições de mobilidade física	120
4.1.5	Disposições de fixação no espaço	124
4.1.6	Pluriatividade, complementaridade e singularidade	128
4.1.7	Do salário ao subsídio	131
4.1.8	Quando for grande quero ser feliz...	136
5	Considerações Finais	151
5.1	Tempo da <i>desfabrilização</i>	151
6	Bibliografia	155

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1	– População, desempregados e taxa de desemprego nas freguesias da zona sul	30
Tabela 2.1	– População residente nos concelhos de Guimarães e Barreiro	78
Tabela 2.2	– Naturais do próprio distrito de residência (%), Barreiro e Guimarães	80

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1.1 – Comparação de números de desempregados entre a zona Norte e o país (em milhares de indivíduos). 28
- Figura 1.2 – Comparação da evolução do desemprego em Guimarães e no país (%). 29
- Figura 1.3 – Número de desempregados por freguesia da zona Sul do concelho de Guimarães. 31
- Figura 1.4 – Nível etário dos desempregados na zona Sul do concelho de Guimarães. 32
- Figura 1.5 – Nível de instrução na zona Sul do concelho de Guimarães. 32
- Figura 1.6 – Comparação do grau de instrução por freguesia da zona Sul do concelho de Guimarães. 33
- Figura 3.1 – A população activa com profissão nos principais ramos de actividade económica: a) Barreiro; b) Guimarães (a partir de Almeida, 1993). 80 e 81

PREFÁCIO

POR UM FIO: AMBIVALÊNCIA DAS REDES SOCIAIS

Revisitar o Vale do Ave é uma forma de lhe dar vida, mormente, se formos guiados pelo olhar próximo mas lúcido de Esser Jorge Silva. Com a Sociologia como companheira, cruzamos fábricas e campos e encontramos trabalhadores, muitos na reforma ou desempregados. Trata-se, sublinhe-se, de um reencontro. Com lugares, pessoas e memórias. Porque, sabemos-lo desde a introdução, Esser Jorge foi operário na sua juventude. O seu olhar não é o de um estranho. Também ele foi, até certo ponto, “fabricado na fábrica”. Sabe o que é enrolar o corpo e o cérebro na cadência de um tear. Mas também sabe o que é remendar a esperança com novelo da rotina. Afortunadamente, o humano corre na seiva destas páginas. Quer-me parecer que é quando o sociólogo descansa e o homem não sossega que o livro atinge os seus momentos mais profundos. Às vezes, convém cansar a ciência para que a realidade assuma algum protagonismo. Neste livro, principalmente na primeira parte, Esser Jorge quase não dá repouso à sociologia, mas concede-lhe, de vez em quando, alguma folga. É quando o sociólogo e a sociologia se sentam a beber palavras calejadas pela vida, com a vista a pastar pelos quintais, que o milagre do conhecimento acontece. Atente-se nas entrevistas ao domicílio. Ganha a textura da vida e a espessura do social. Reconhece-se o Vale do Ave.

Max Weber salientava que “não é preciso ser César para compreender César”. Trata-se, naturalmente, de um truísmo, mas importa ressaltar que para compreender César é preciso conhecer César, saber o que significa ser

César. Com a razão e com o coração. “Conhecemos a verdade, não somente pela razão, mas ainda pelo coração”. O que vale para o Deus de Pascal vale para a complexidade humana. Sentir o pulsar de uma investigação mais do que um obstáculo epistemológico representa uma bênção cognitiva.

O Vale do Ave constitui uma realidade *sui generis*. Entre outros aspectos, pelo modo de industrialização e pelo tipo de povoamento. As fábricas dispersaram-se à procura de bolsas de trabalhadores e as populações cresceram junto às fábricas. Formou-se, assim, uma configuração social que Esser Jorge compara a um lençol. Um tecido humano talhado pelo molde fabril e alinhavado por relações de dependência pessoal. Relações firmadas cara a cara, assimétricas mas recíprocas, não transitivas (se A depende de B e B depende de C, A não depende necessariamente de C) e de curto alcance geográfico e social. Assim se nutrem e estreitam as relações com os parentes, os vizinhos, os amigos, os colegas, os chefes e os patrões. Estas relações raramente extravasam os limites da comunidade local. Este jeito territorial de estar no mundo enraíza-se na fábrica, na casa, na família, na vizinhança e pouco mais. As impressões digitais, os percursos de vida, dispõem-se num padrão pautado pela proximidade. As pessoas crescem, casam, criam os filhos, deslocam-se, mudam de trabalho, envelhecem neste e para este horizonte quotidiano.

A vida tende a ser centrípeta. Tudo a todo o custo perto de casa. Nomeadamente, o emprego e o futuro dos filhos. Este modelo de interacção em rede com funda ancoragem local comporta virtudes inegáveis. Antes de mais, a proverbial resiliência à adversidade. Durante um século, o Vale do Ave resistiu às crises que abalaram o País. Tornou-se, aliás, um caso digno de admiração e estudo. Nos anos oitenta, o Vale do Ave esteve na mira da Comissão de Coordenação da Região Norte e de investigadores tais como Álvaro Domingues, Teresa Marques ou Madalena Pires da Fonseca. A malha, além de apertada, era consistente e flexível. Não se tivessem embrulhado as coordenadas do mundo e teríamos resiliência para muitos anos. Mas a escala do mundo mudou. Liberalizou-se e globalizou-se, com incidência local. O compasso dos dias já não se rege nem pelo toque do sino nem pelo apito da sirene. E quanto mais uma comunidade se manifesta especialmente adaptada a uma dada configuração social maiores os riscos acarretados pela sua crise.

Na órbita da fábrica, a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores do Vale do Ave era diminuta. Um gesto infinitamente repetido torna-se um reflexo. Quem durante uma vida se moldou a um posto e a um lugar, de corpo e alma, abraça com muita dificuldade um novo destino. A

rotina, com o tempo, inscreve-se nos corpos e os corpos, com o tempo, só escrevem rotina. A situação agrava-se quando as habilitações literárias não ajudam. Neste cenário, como conclui Jorge Esser, “o futuro torna-se mais desconhecido, inimaginado, incerto e angustiante. Assemelha-se ao pisar de um terreno movediço onde o equilíbrio se torna impossível até que uma nova aprendizagem volte a alicerçar o indivíduo”.

Albertino Gonçalves

*Para as minhas filhas Carolina Liz,
Constança Luís e Camila Miguel
A Susana, com amor*

NOTA DO AUTOR

Um acaso e uma obrigação levaram-me a este trabalho, originalmente composto em forma de dissertação de mestrado defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Apesar das circunstâncias aparentemente desligadas de outras motivações, devo confessar a existência de algum encantamento com o mundo operário que, aliás, tive oportunidade de contactar e que, em certa medida, terá sido responsável pela escolha desta temática para investigação. Provavelmente, este encantamento ficou-me retido do passado e, acompanhando os meus dias, resulta agora numa viagem a esse mundo da classe trabalhadora.

A origem situa-se em tempos idos, no início da vida de trabalho, em Outubro de 1980. Por essa altura aconteceu-me em sorte o mesmo que a muitos jovens do Vale do Ave e entrei para uma fábrica para aí engrossar a mão-de-obra imensamente necessária, mas sistematicamente declarada como excedentária por quem dela se servia. Não me acompanhava nenhuma qualificação específica a não ser o 9.º ano de escolaridade, uma imensidão aos olhos dos outros operários que, por isso mesmo, me acolheriam no seu seio reservando-me um tratamento cuidadoso. Guardo contudo na memória certas vicissitudes do mundo do trabalho operário, algumas que só podem ser compreendidas a partir do olhar centrado na última vintena de anos do século XX. A que mais me ficou vincada foi a fixação de que nada se podia mudar.

Por essa altura a fábrica que me calhara em sorte comemorava os seus 75 anos de existência, pelo que, os seus responsáveis vangloriavam-se de possuir uma idade respeitosa cujos produtos e processos, alguns com a mesma idade da empresa, não só tinham resultado com sucesso como a ha-

viam perpetuado no tempo, pelo menos até aí. O seu quadro de pessoal era composto essencialmente por mulheres que, apesar de idades geralmente compreendidas entre os trinta e os quarenta/cinquenta anos, apresentavam marcas aprofundadas do tempo que a rudeza do trabalho lhes havia colocado no corpo.

O trabalho duro, braçal e difícil, era assumido pelos poucos homens da empresa como a atividade verdadeiramente valorizada. A destreza, rapidez e precisão realizava o mundo feminino. Nessa representação do trabalho, incorporavam-se algumas marcas destinadas a comunicar uma certa ideia de competência profissional. Desta forma, vestir roupa envelhecida, com rasgos e marcas de sujidade traduzia-se numa composição da personagem na representação do seu papel. Apresentei-me assim no meu primeiro dia de trabalho também disposto a causar boa impressão através da roupa que levava vestido. Necessariamente a minha vestimenta estava nas antípodas da representação do trabalhador valente e pronto para as durezas da jornada de trabalho. Disso deve ter notado o senhor Diamantino, encarregado da secção das máquinas, que me recebera por volta das 7 horas e 30 minutos daquela manhã de Outono. Olhando-me de alto a baixo, sem fazer qualquer esforço para disfarçar alguma hostilidade, o senhor Diamantino deu-me como primeiro trabalho descarregar um camião com 100 sacos de 25 quilos cada. Mostrou-me onde estava o camião com a mercadoria e, guiando-me por um lanço de escadas abaixo, disse-me onde devia depositar a mercadoria. Ouvi e nada disse. Fiz as contas e, imaginando três minutos para cada movimento percebi rapidamente que estaria ali a manhã toda. O senhor Diamantino desapareceu nos seus afazeres e eu, convocando forças para enfrentar o destino, atirei-me àqueles sacos de matéria-prima como se eles fossem um inimigo a abater. Um pouco antes do meio-dia o senhor Diamantino entrou no armazém, parando à porta. Enquanto eu deixava deslizar do meu ombro esquerdo o nonagésimo saco, o encarregado olhando-me de mão na cintura, disparou ríspido: “isso ainda não está?! Olha que não se pode demorar tanto tempo!” Sentindo-me completamente à toa com a pose do senhor, lá lhe tentei explicar que era praticamente impossível fazer melhor, ainda mais porque a chuva miudinha dificultava... Aí o senhor Diamantino, bata azul escura, do alto da sua condição estatutária, rematou com voz lenta e tom marcadamente educador: “é porque não usas o alçapão?”. Alçapão? Mas que alçapão? E, subindo o lanço de escadas da minha desgraça, mesmo nas traseiras do camião, levantando-se um quadrado em ferro envelhecido, um alçapão deixava vislumbrar um escorrega de madeira revestido a chapa muito polida em tom de alumínio pelo in-

tenso uso da viagem de sacos de matéria-prima, desaguando lá em baixo no armazém para onde andei num sufocante vaivém durante uma manhã. Lembro-me de olhar muito fixamente para o senhor Diamantino contendo-me nos gestos, o que aliás, foi por si percebido. Mais tarde haveria de me pedir desculpas admitindo que devia ter explicado a forma de proceder na tarefa de descarregar o camião.

Este acontecimento acompanhou-me durante muitos anos. Sem dúvida que o comportamento do senhor Diamantino nada teve a ver com maldade humana. O encarregado, querendo que o novel trabalhador percebesse o tipo de roupa a usar enquanto trabalhava e, não sabendo como transmitir a ideia da representação do papel (porém sabendo da sua necessidade) obrigou o trabalhador a aprender por si só através de uma aprendizagem violenta, dura e marcante. Com isso transmitia também a ideia de que ali se realizava trabalho verdadeiro, daquele a que se tinha que recorrer aos músculos.

Tive a certeza disso mesmo certo dia aquando da mudança de um molde de aço de uma máquina de injeção. Tratava-se de moldes pesadíssimos, divididos em duas partes complementares, a que era necessário elevar acima da cintura de um homem, mantendo-os numa posição fixa enquanto cada parte era aparafusada numa concavidade central da máquina. O movimento sistemático da máquina juntava as duas partes depois de uma manga de material plástico, em alta temperatura, ser capturada pelo fecho das duas partes em aço. Colocar esse molde no sítio era um trabalho difícil e perigoso. Várias vezes observei os momentos em que tal tarefa era executada. Aliás, quando tal acontecia, soava um murmúrio pela empresa “o molde da máquina tal vai hoje ser mudado”. Associei sempre esse falar baixinho à ideia de perigo. Não por acaso um dos trabalhadores vivia sem um dedo da mão, curiosamente, tema que, quando era por alguém invocado, ele acrescentava célere o montante que, por contrapartida, recebia do seguro de trabalho, numa clara alusão a uma vantagem glorificada.

Certo dia porém reparei num tripé com umas roldanas encostado a um canto da secção de máquinas. Para mim, na altura ainda estava fresco na memória as aulas de física e o cálculo da força necessária para se levantar um peso com ou sem roldana. Perguntei porque não a usavam quando mudavam moldes mas o senhor Diamantino lá explicou que era mais seguro mudar à mão porque as correntes da roldana podiam partir e o molde era muito caro. Várias vezes lhe expliquei que tal não era possível, propondo-lhe um exercício lógico: se dois homens levantam o molde e o senhor Diamantino aceitava que o molde não caía perante a força desses

dois homens, então isso queria dizer que, a ter em conta a sua ideia, esses dois homens, se tentassem juntos, conseguiriam quebrar as correntes da roldana. Apesar da proposta o encarregado nunca quis arriscar a mudança de processos e o tripé com a roldana ali continuou sem uso durante muito tempo. Até que a empresa resolveu adquirir duas máquinas italianas tendo a organização vendedora destacado um técnico para formar os operadores. Esse bendito técnico italiano viria a ser responsável pelo desdramatizar do uso do tripé com roldana, explicando, com gestos muito largos, que só um doido poderia agir em contrário. Creio bem que o verdadeiro motivo para que a roldana não fosse usada residia na concorrência que esta fazia ao operário, nomeadamente denunciando-lhe a possibilidade de facilidade da tarefa. A sua existência retirava o mais importante adereço de representação da competência operária: a evidência da força física.

Resistir, mantendo o costume, vivendo de atos profundamente enraizados, numa clara existência baseada na constância de processos e atos conformistas e inalterados, domou o espírito dos operários do Vale do Ave ao nível da sua anulação individual. Neste processo de minimalização existencial, com muita frequência o acessório era transformado na questão essencial. “Sempre que entra aqui alguém quer mudar alguma coisa, mas lembra-te, não vens para aqui mudar nada... Isto sempre se fez assim...” disse-me um dia, autoritária, uma senhora a quem eu insistia em tratar por dona Mariana. Acedi, naturalmente, sem contudo perceber o porquê daquela chamada de atenção, até porque ela fora produzida num contexto de quase desespero cujo assunto, à partida, nada tinha a ver com o trabalho em si, mas com a forma como as pessoas se relacionavam no contexto do trabalho. E nessa perspetiva, a juventude que me acompanhava funcionava como o *handicap* que dava a todos o direito de acrescentarem mais um ensinamento ou de mais uma chamada de atenção. Dona Mariana embirrou comigo porque eu insistia em chamar-lhe assim e ela, muito senhora do seu nariz, queria impor-me uma forma de tratamento muito característica no baixo Minho que consiste na transformação do nome num diminutivo. Assim dona Mariana queria ser a *Marianinha*, com artigo definido a preceito para assim obter a individualização, reivindicação da qual não se dava conta.

Habituação a determinado trato muito usual em África, ainda desconhecedor de todos os códigos locais, não me parecia bem tratar pelo nome, com ou sem diminutivo, uma pessoa que eu não conhecia de lado algum. Ainda por cima mais velha. E da qual não tínhamos andado na escola juntos. Insisti portanto no tratamento mais cerimonioso, até porque ao levantar a questão da forma como o fez, dona Mariana mais não conseguiu do que

provocar distância. Certo dia fui chamado à gerência da empresa. Havia que ver a forma como eu tratava as pessoas porque estava a ser mal-educado não as tratando como elas queriam e, isso assim não podia ser. Quem assim se exprimia era a responsável máxima da empresa a quem expliquei que o meu tratamento era melhor do que aquele que a dita *Marianinha* queria. “Mas se ela quer que a trates assim, deves tratar!” impuseram-me. Nos dias seguintes, apesar de ter esforçado para evitar tratar a senhora invocando-lhe o nome, lá aconteceu a vez que me saíria da boca o dito antecedido do possessivo. Dona Mariana não gostou do assunto e ameaçou mandar o senhor seu marido, ele mesmo, um empresário como ela me asseverava, insistir junto da empresa que havia ali alguém malcriado e se não mudasse, as coisas iriam correr muito mal para o seu lado. Puxando dos galões em linguística provei a dona Mariana que eu a elevava à condição de ser uma senhora proprietária de alguma coisa, pelo menos o seu nome. A resposta da senhora foi terminal: “eu não sou dona de nada, por isso não quero que chames dona”. A partir daí evitei dirigir-lhe a palavra. Quando por obrigação tinha de o fazer, passou a ser exclusivamente “a senhora”.

Mais tarde apercebi-me, porém, que quando a gerente descia à produção – sim, as empresas no Vale do Ave tenderam por uma organização arquitetónica em que a produção ocupava o piso térreo, situando-se os serviços e a gerência em pisos superiores – não só o comportamento perante as tarefas se tornava mais “compenetrado” como também, praticamente, os operários projetavam a ideia de ignorância da presença da pessoa. Essa ignorância, vim depois a verificar, resultava do medo de algum reparo, geralmente violento e produzido em forma de rebaixar o recetor. Dessa forma, mesmo percebendo a presença da gerente, evitava-se olhar, para assim não se ficar submetido ao que os operários convencionaram chamar, muito prosaicamente, uma *piçalhada*. A *piçalhada* não era nem mais nem menos do que o tom imperativo, ríspido e, por vezes grosseiro, que alguns empresários utilizavam para comunicar a sua permanente insatisfação para com a classe trabalhadora. O fulcro da *piçalhada* situava-se ora no produto, ora na forma de realizar a tarefa, ora no trabalhador. Esta expressão vernacular, visivelmente extraída da linguagem sexual, não era usada a despropósito encerrando em si a ideia de potência. A violência do rebaixamento, impossibilitadora de qualquer resposta, produzia uma submissão autoimposta que se assemelhava a uma violação.

Nem sempre a expressão do cenário era o mesmo. Por vezes a gerente, depois de passar silenciosa e lentamente por variados pontos onde se executavam tarefas, libertando atrás de si um rasto de silêncio ensurdecedor,

nada dizia. Contudo, o efeito da sua presença sobre as pessoas era como se lhes gritasse. Rostos baixos, escondidos nos gestos precisos e rápidos das suas tarefas, os operários jamais sentiam a segurança de um momento conciliador com a sua gerente. O seu comportamento denotava submissão a uma força com um poder oculto, coercivo, estranho e invisível. Um poder imaterializado mas com um peso superlativo que tolhia os corpos até à respiração.

A certa altura dessas visitas percebi, certo dia, o motivo por que dona Mariana, não admitia ser tratada por “dona”. Quando, findo o périplo de olhar fulminante e castrador da gerente, esta se dirigia a algum operário, tratava-o invariavelmente por “tu” sem lhe acrescentar o nome em forma de diminutivo. Por sua vez, o operário tratava-a pelo nome reduzido, neste caso, chamemos-lhe ficticiamente Rosinha. Acrescentava-lhe então a agrura de Marianinha. A gerente era dona Rosinha. Afinal o possessivo tinha propriedade. Ser dona estava reservado para a gerente da empresa e Marianinha, sabendo-o e interpretando-o, não o admitia para seu tratamento. Uma lição.

A jornada começava às 7 horas e 30 minutos da manhã, o que implicava acordar pelas 6 e 30 para se poder entrar antes do soar da sirene. Impus-me a continuação de estudos secundários, o que implicava deitar-me por volta da meia-noite. As aulas decorriam entre as 19 e as 23 horas e 10 minutos e, na maior parte das vezes, podia-se dizer que frequentá-las equivalia a uma incessante resistência sobre outros atrativos. Depois das aulas o corpo, ainda que jovem, ressentia-se da violência e o restabelecimento físico exigia muito mais do que 6 a 7 horas de sono. Necessariamente o horário de entrada dificilmente era por mim cumprido. Os olhares ostensivos que me atingiam quando entrava a desoras não se esforçavam por disfarçar a reprovação implícita. Durante muito tempo associei a reprovação ao facto de ninguém da gerência, ou serviços administrativos me chamar a atenção sobre essa falha. Mais tarde percebi que a questão nada tinha a ver com a inexistência de alguma chamada de atenção mas sim o facto de que, com os meus sucessivos atrasos, violar uma regra de ouro para a classe operária: horas são para cumprir, tanto à entrada como à saída. E se se trabalhar mais do que aquilo que preconiza o horário de trabalho, isso quer dizer que se está a trabalhar horas extras e, assim sendo, o trabalho excedentário tem um preço. Ora chegando tarde ao trabalho convocava para mim uma dívida que mais tarde ou mais cedo me seria cobrada e da qual ficaria refém. Soube mais tarde que era isso que as bocas cochichavam enquanto era olhado. Foi sem surpresa que, certo dia, dona Maria, encarregada de uma das secções

se me dirigiu em tom cordato mas grave: “tens que ganhar canseira e ver se chegas a horas... É preciso ter canseira porque senão não vais dar nada na vida”. Não lhe perguntei o que era ter canseira, porque não me soou propriamente como algo negativo. Ter canseira, dito assim, como se de um ativo da pessoa se tratasse, trespassou-me como uma falha física. Uma deficiência que eu transportava sem saber. A expressão dominou-me durante dias e, lembro-me, incumbido por essa altura de ler em voz alta, durante uma aula noturna, o livro “Bichos”, como castigo por ter adormecido no decurso de uma aula de português, senti-me uma personagem de um daqueles contos de Miguel Torga.

Entregue a uma sucessão de dias que se repetiam monótonos e monocromáticos, transportava o corpo permanentemente cansado, dorido e sem horizontes. Algo me obrigava a violar sistematicamente a minha vontade, empurrando-me para outra vontade, ajudado por uma força estranha a mim, em direção a um impensado desconhecido. Sem propriamente ter formulado como a descrição aqui efetuada, percebi nessa noite fria de Dezembro, enquanto arrastava o corpo no fim das aulas, através dessas personagens de Miguel Torga, o que era isso, “a canseira”. Era a capacidade de alguém se anular e deixar que toda lógica das coisas se sobrepusesse. Cumprisse de acordo com o estipulado e imposto pelo hábito repetido. Aceitasse sem discutir, se possível, sequer pensando, no que era mandado e obrigado.

No fundo, a classe trabalhadora constitui-se em indivíduos possuídos pelo trabalho – e não o contrário como devia ser –, vivendo sobre a necessidade de obter o estritamente necessário para ultrapassar o dia de amanhã. Nesse sentido é uma classe sem futuro, não só porque o operário está desajustado das suas condições de trabalho mas também porque não possui qualificações para exercer outras funções. É debaixo desta impotência que muitas vezes, apesar de perceber a necessidade de encaminhar os filhos para outras soluções, os progenitores, perante a realidade se viam obrigados a somar os braços juvenis da família à capacidade produtiva da casa. Percebe-se daí que a expressão *urgência* constitua uma das características mais presentes nos discursos à volta da classe. Qualquer observação tanto das ações como das histórias de vida dos operários tem o imediato como horizonte mais próximo.

Durante muitos anos no pós 25 de Abril de 1974, num tempo em que era suposto a educação se espalhar por todo o Vale do Ave, vários agentes assistiam ao abandono escolar massivo de jovens do segundo ciclo. Fosse por vergonha, fosse pela desvalorização implícita, em nenhum momento

eram os pais a dar conta à escola deste abandono dos seus filhos. Invariavelmente esse papel cabia aos alunos presentes na sala de aulas que, certo dia, após repetidas faltas, transmitiam a notícia de que o colega não viria mais. Fulano *já trabalha...*

A entoação do mensageiro quando pregoava a mudança do destino do colega assemelhava-se a uma determinação pré-concebida de todos conhecida exclusivamente à espera do momento do seu anúncio. No fundo, a forma como era expresso este *já trabalha!* denotava a evocação triunfal do(s) aluno(s) que a produziam, também eles desejosos de trocar a escola – da qual, na maior parte das vezes diziam não gostar – por uma atividade remunerada. Mas mais importante do que o triunfo de um certo modo de vida era a urgência que a expressão *já trabalha!* deixava soar. Uma urgência como se colocar um filho de 11 ou 12 anos a trabalhar fosse um fim em si.

A urgência é o elemento aglutinador da classe operária. É a urgência que obriga a uma escolha entre a escola e a fábrica, trocando-se, acriticamente, a aprendizagem lenta e incerta pela certeza aparente da aprendizagem prática e visível. É a urgência, por contraposição *lapalisseana*, que não permite imaginar uma aprendizagem lenta, profunda e segura. É a urgência que faz emergir o imediatismo e não permite um levantar de cabeça que vislumbre um horizonte com sonhos realizáveis, impondo assim apenas a aprendizagem da tarefa executada rápida e imediatamente, sem sabor e sentido crítico. É esta urgência, insistentemente presente no tempo e no espaço, a certo tempo uma urgência crónica e incrustada nos corpos, que não permite imaginar uma consciencialização de grupo que pudesse resultar numa consciencialização de classe.

A função operária no Vale do Ave está em desaparecimento acelerado. Mas as pessoas expulsas da função continuam a existir. Por um lado, as fábricas partiram à procura de paragens com mão-de-obra mais barata. Por outro, a presença da tecnologia em quase todas as fases do trabalho tornou inútil a generalidade do operariado do Vale do Ave. Esta inutilidade funcional impôs-se com tal rapidez ao ponto de se tornar numa violência para aqueles que nunca se imaginaram sem mercado de trabalho. Num ápice, milhares de indivíduos foram atirados para as margens da utilidade, não lhes restando outra solução que não seja ou a desistência ou a requalificação tardia, numa altura em que o tempo inscrito nos seus corpos, traduzido numa longa história inculcada, deve ser esquecido e substituído por uma outra história breve e superficial.

INTRODUÇÃO

Quando dois antigos amigos se reencontram depois de muitos anos sem se verem, refeita a surpresa e extinta a expressão de felicidade pelo reencontro, surge invariavelmente a pergunta entendida como um mútuo interesse: *o que fazes?* Esta pergunta, mais do que querer saber sobre os projetos de vida, interesses ou atuações socioprofissionais, deve ser entendida como um pedido de um acrescento ao bilhete de identidade do indivíduo na sua fase adulta.

Outrora, enquanto criança ou jovem estudante, a pessoa fora um nome, com pais e condições familiares que lhe pesaram na formação, altura e peso que lhe foram dando forma corporal, criado e educado em determinada localidade que lhe transmitiu costumes e lhe incrustou valores, aspetos que, de todo, contribuíram para a especificidade enquanto indivíduo único e inimitável. Hoje, passados anos, perante o amigo reencontrado, uma dimensão mais reforça a sua identidade: *o que fazes* tornou-se uma parte tão entranhada em si ao ponto do indivíduo se sentir outro, caso perca aquilo que faz.

Na realidade o indivíduo faz o que a sua profissão lhe manda fazer, não importando como chegou até aí, se através de competências adquiridas a partir de estudos aprofundados ou se através da prática de disposições duráveis, um *habitus* portanto, que se lhe atravessou como se fora um destino. Nesta aceção a ocupação do indivíduo apresenta-se naturalizada, produto de uma normalização que determina, aos olhos da sua rede de relações, ou mesmo da sua comunidade, uma imagem serenamente integradora no quadro de um contexto em que, à partida, todos os indivíduos querem habitar.

O olhar social para o desemprego enquanto fenómeno de estudo científico entronca geralmente na perda de identidade dos indivíduos, centrando nessa perspetiva uma narrativa de vivências diferenciadas entre o *antes* e o *depois* como se na transição do estado ocupacional desse indivíduo se processasse uma rutura com o seu mundo vivido, resultando daí uma nova realidade, não só para esse indivíduo como para o conjunto de indivíduos que compõem a comunidade de estudo.

Este centramento identitário baseado na ocupação carrila o olhar para aspetos deterministas, responsáveis pelo *emprateiramento* desses indivíduos num nível frágil de coesão social, na medida em que estes tendem a desligar-se das suas redes de relações ou das suas comunidades pela vergonha que a nova situação – a sua nova identidade – lhe impõe.

Ora este indivíduo ao passar de condição de empregado para a de desempregado não estará, de todo, a mudar de identidade, mas a ser convocado para um desempenho social consubstanciado em estratégias historicamente apreendidas, nomeadamente de (sobre)vivências, onde sobressaem os contornos particulares e profundos das relações sociais – o que acontece especialmente nas áreas com recortes comunitários –, traduzidos na forma como a inteligência prática constrói estratégias de sobrevivência, produzindo-se a partir destas o funcionamento normalizado do corpo social da região. No fundo os indivíduos são o resultado da totalidade da sua biografia apesar de ser essa totalidade que responde quando colocados em situação de mudança. Estes adaptam-se assim às alterações e obrigações que a sociedade lhes impõe por adesão às condições mais favoráveis para a prossecução das suas vidas.

Neste livro abordam-se, a partir dos desempregados, as alterações introduzidas pelas novas representações do conceito de emprego e das mudanças produzidas nas vidas dos indivíduos residentes no Vale do Ave, área de forte implementação fabril, orientada, em grande escala, para a ocupação na indústria têxtil.

No Capítulo 1 parte-se da recolha de dados estatísticos para mapear a extensão do problema do desemprego que atravessa o Vale do Ave com incidência na sua classe mais representativa, a classe trabalhadora. A abordagem desta problemática dirige-se para o diagnóstico explicativo do aparecimento de novos fatores relacionais no tecido social, enquadradas numa perspetiva esquematizada a partir da teoria da prática Pierre Bourdieu.

No Capítulo 2 enquadra-se a literatura produzida sobre o trabalho e as condições do trabalho no Vale do Ave ao longo dos tempos, relacionando-se alguns aspetos da história e da geografia da região, responsáveis por

uma sobreposição de modos de fazer (*de artesãos a operários*) e modos de estar (*da sociedade campesina à sociedade fabril*), geradores de uma sociedade urdida e fixada no espaço a partir da presença da manufatura do linho e submetida às estratégias de uma comunidade fechada numa rede de malha estreita.

No Capítulo 3 explica-se a opção metodológica, assim como as técnicas de investigação social usadas para chegar ao conhecimento dos factos observados.

No Capítulo 4 explana-se a análise e interpretação sociológica dos resultados das histórias de vida realizadas a operários desempregados do Vale do Ave, expondo uma narrativa da prática fabril e as perspetivas (e a ausência delas) dos indivíduos formados no mundo da tarefa operária.

Por fim, no Capítulo 5 são apresentadas as conclusões deste trabalho assim como algumas sugestões de trabalhos que poderão ser desenvolvidos no futuro.

1. O PROBLEMA DO TRABALHO E MUDANÇA NO ESPAÇO OPERÁRIO

1.1 ESPAÇO EM MUTAÇÃO^[1]

Durante décadas o Norte foi declamado insistentemente como a região em Portugal em que mais se evidenciavam as consequências de uma ativa força de trabalho aliada a uma intensa dinâmica empresarial, geradoras de incensurável riqueza, fatores que lhe permitiam ostentar o epíteto de motor da economia nacional. Na mesma sequência de raciocínio, não é menos verdade que nesse mesmo período, a área correspondente ao que é hoje o Vale do Ave, contribuiu sobremaneira para essa visão grandiloquente dos predicados estratégicos da região nortenha.

Sem dúvida que tal desiderato se baseou numa estratégia económica orientada para o uso de mão-de-obra intensiva, barata e desqualificada, o que permitiu à Região Norte de Portugal passar, quase incólume, às crises que na década de 80 e 90 se fizeram sentir tanto a Sul como no Centro, conseguindo manter taxas de desemprego, em geral, iguais à média nacional.

Este quadro de outrora não se verifica mais, sendo a realidade de hoje completamente diversa daquela que se observava ontem. A região norte já não se apresenta pujante e empreendedora, pelo contrário, tornou-se dominada por uma realidade constrangida e desenganada, fruto de uma economia recessiva em que a confiança inexistente, o investimento privado

1 Com as devidas e necessárias alterações para aqui tomar a forma de enunciado, este texto baseia-se numa caracterização das freguesias constituintes da zona Sul do concelho de Guimarães, elaborado com o objectivo de integrar a conferência *Pensar a Sul* realizada na freguesia de Moreira de Cónegos em 12 de Outubro de 2007, em que o sociólogo e sindicalista Manuel Carvalho da Silva e o eurodeputado Silva Peneda debateram, genericamente, a situação do (des)emprego em Portugal e o declínio da Região Norte.

praticamente desapareceu, gerando, desta forma, uma nova realidade social dominada por um nível de desemprego muito superior à média nacional. É nesta perspetiva contraditória que devemos enquadrar o facto de 42% dos 440 mil desempregados registados em Portugal no segundo trimestre de 2007 residirem na área convencionada como o Norte.

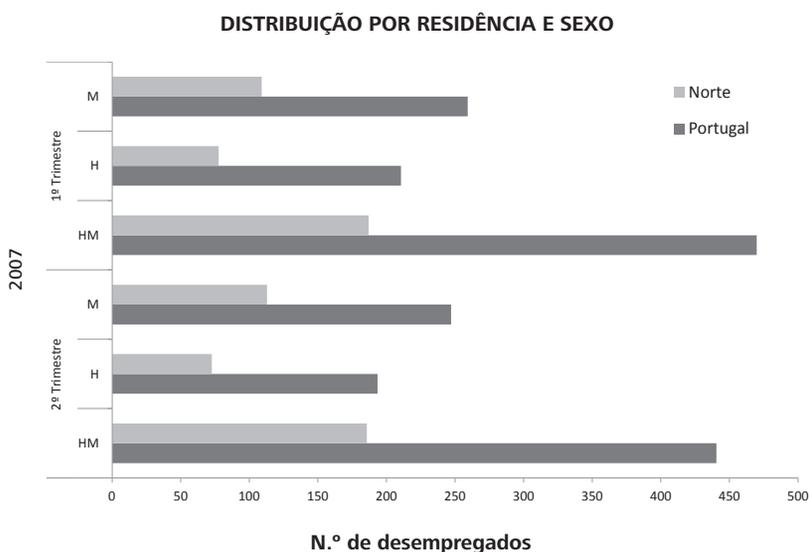


Figura 1.1 – Comparação de números de desempregados entre a zona Norte e o país (em milhares de indivíduos)²¹.

Não menos importante é o facto de, na relação estatística do primeiro para o segundo trimestre de 2007, ter havido um decréscimo nacional do desemprego na casa dos 6,26% a que a região nortenha correspondeu uma insignificante redução de 0,64%.

Inclusive, a condição da mulher no mercado do trabalho obtém também uma relação díspar. Enquanto a nível nacional estas representam 56,10% dos desempregados totais, no Norte o peso das mulheres desempregadas cifra-se nos 60,80%.

Acompanhando os valores do Norte, o Vale do Ave transformou-se numa região profundamente deprimida, estruturalmente desqualificada e sem esperança de melhores dias. Tomando como referência o Concelho

² Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) recolhidos a 17.08.2007 em www.ine.pt

de Guimarães e reportando a 1991, registou-se nesse ano uma taxa de desemprego de 3,3%. Dez anos passados, 5,6% dos vimaranenses ativos não tinham emprego. No final de 2007, 12,2% dos ativos vimaranenses conviviam com o drama de não conseguirem trabalho. Isto é, em pouco mais de cinco anos os desempregados em Guimarães mais do que duplicaram. Se nos alongarmos um pouco mais no tempo verificamos que, nos últimos quinze anos, este valor praticamente quadruplicou.

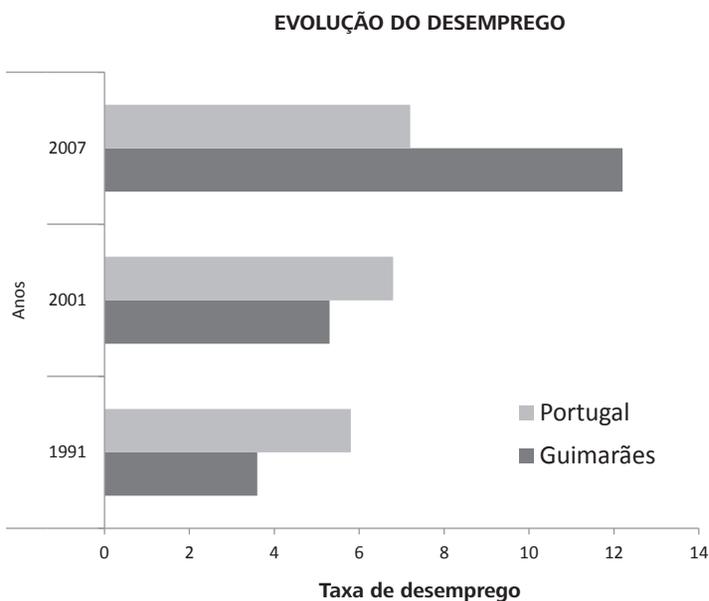


Figura 1.2 – Comparação da evolução do desemprego em Guimarães e no país (%)³.

Estes valores permitem constatar que um fenómeno negativo particular domina o panorama social da região norte com naturais consequências para as áreas mais desfavorecidas. Como sempre, as áreas afastadas dos centros urbanos são as mais atingidas, produzindo-se aí uma estatística mais violenta que torna a realidade mais dura.

3 Os dados referentes aos anos de 1991 e 2001 foram recolhidos em www.ine.pt e dizem respeito aos Censos respetivos. Os dados de 2007 foram fornecidos pelo Governo Civil do Distrito de Braga para a organização do ciclo de conferências *Pensar a Sul* realizado em 12 de Outubro de 2007 na freguesia de Moreira de Cónegos.

Tabela 1.1 População, desempregados e taxa de desemprego nas freguesias da zona sul⁴

Freguesia	População Residente	População Ativa	Desempregados	Taxa Desemprego (%)
Conde	1 437	769	121	15,74
Gandarela	1 163	622	95	15,27
Guardizela	2 501	1 338	158	11,81
Lordelo	4 641	2 152	313	14,54
Moreira Cónegos	5 828	3 118	466	14,95
Serzedelo	4 023	2 152	313	14,54
Zona Sul	19 593	10 482	1 468	14,00

A Zona Sul do concelho de Guimarães, constituída pelas freguesias de Moreira de Cónegos, Lordelo, Serzedelo, Gandarela, Guardizela e Conde, outrora áreas de grande implantação têxtil, representa uma população ativa de 10 482 indivíduos. Destes, 14% não têm emprego, o que perfaz mais 87% de desempregados do que a média nacional registada em 2007. A desigualdade desta área patenteia-se também na relação com a sede do concelho, apresentando, à data, mais 15% de desempregados do que a média concelhia.

4 Os dados correspondentes à população residente e população activa são referentes aos Censos de 2001. Os dados referentes aos desempregados foram recolhidos junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional para a organização da já aludida conferência *Pensar a Sul* e são relativos a Agosto de 2007. Na falta de dados mais actuais para o cálculo da taxa de desemprego por freguesia, nomeadamente população activa, optou-se por usar, para este caso, o referencial disponível, ou seja os Censos de 2001.

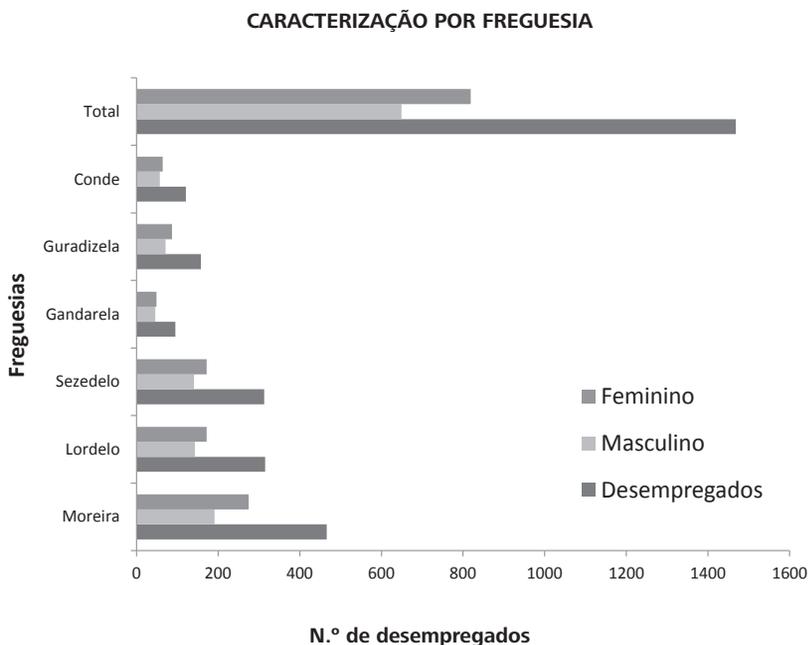


Figura 1.3 – Número de desempregados por freguesia da zona Sul do concelho de Guimarães⁵.

Numa caracterização dos níveis de instrução, observa-se que nesta área, cerca de 80% destes 1468 desempregados frequentaram o ensino básico correspondendo tal a seis anos de escolaridade, sendo que 72% têm idade superior a 40 anos. Mais de metade (56%) são mulheres.

Estes dados identificam, logo à partida, carências do ponto de vista da formação técnica da maior parte dos indivíduos, permitindo perspetivar níveis insuficientes de competências adquiridas com as consequências que em geral daí advêm, nomeadamente, dificuldades na obtenção de novos empregos e dificuldades ainda maiores em conseguir migrar de função.

5 Os dados foram obtidos através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para a organização da conferência *Pensar a Sul* e dizem respeito ao mês de Agosto de 2007.

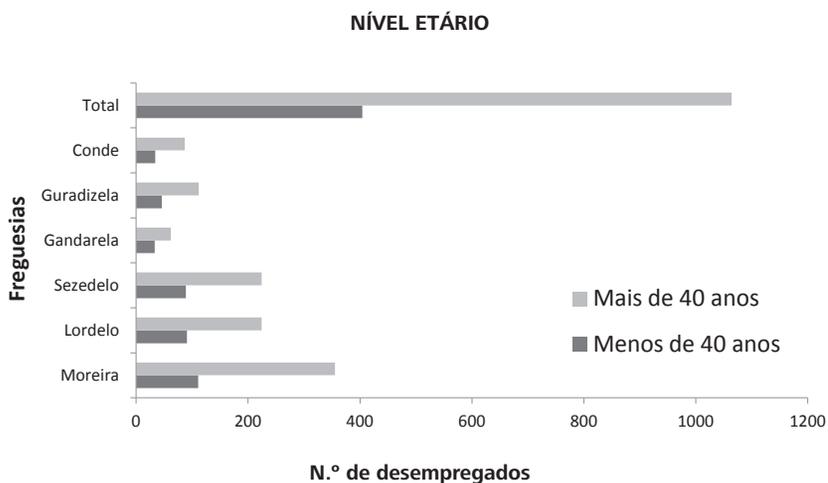


Figura 1.4 – Nível etário dos desempregados na zona Sul do concelho de Guimarães.

Este problema tem uma incidência mais acentuada nos indivíduos mais velhos. A estatística demonstra que os indivíduos com mais de 40 anos são mais permeáveis à situação de desemprego chegando a constituir praticamente 50% dos desempregados deste conjunto de freguesias.

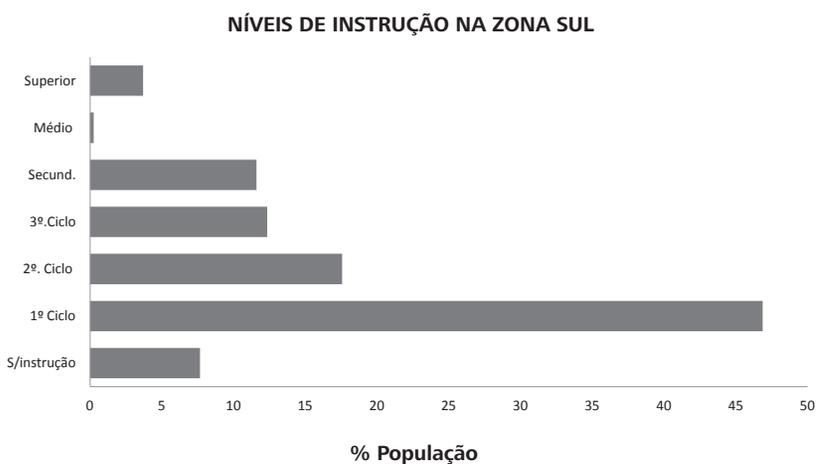


Figura 1.5 – Nível de instrução na zona Sul do concelho de Guimarães.

Perspetiva-se, a partir da análise de vários fatores, a noção de que estamos perante uma região (ou um conjunto de freguesias) com uma regularidade estrutural muito semelhante entre si. Esse recorte é particularmente visível e comprovado quando se coloca em evidência o nível de escolaridade da população total. Analisando o gráfico correspondente à distribuição comparativa dos níveis de instrução, constata-se uma impressionante similitude que se traduz numa homogeneidade estrutural quando estamos perante os anos de frequência escolar entre as freguesias que compõem a zona Sul de Guimarães.

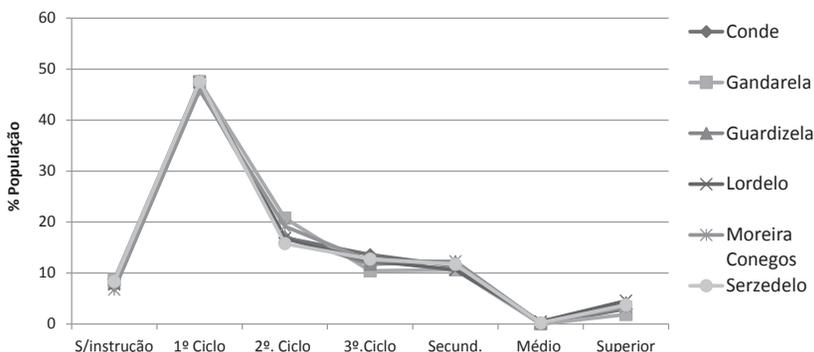


Figura 1.6 – Comparação do grau de instrução por freguesia da zona Sul do concelho de Guimarães.

Em geral os estudos sobre os indivíduos colocados na situação de desemprego partem da aparência do viver habitual, entre a dureza das imposições que o destino traça e o sentimento de pertença a uma comunidade, circunstâncias que geram uma contradição interior, circunscrita num certo conformismo denotadora, na maior parte das vezes erradamente, da ausência de preocupações dos agentes. Cria-se dessa forma uma máscara invisível que não deixa perceber os anseios mais profundos, nem porventura a tragédia que se abate sobre a pessoa, sequer as verdadeiras preocupações que acompanham esses desempregados.

Os desejos não manifestos e as práticas aparentemente submissas constituem, na realidade, a inteligente construção de quem não tem forçosamente um objeto mas que, muitas vezes no mais profundo do íntimo, mantém acesa a chama na procura de uma qualquer solução que lhe possibilite uma

vivência dentro de padrões tidos como normalizados pelo tecido social. Bourdieu (1997) diz melhor sobre este aspeto quando coloca a questão se os humanos terão no seu comportamento uma finalidade, o que não lhe parecendo acontecer, o leva a questionar que “relação extremamente bizarra é então essa com o mundo, social ou natural, em que os agentes visam fins que não põem como tais?” (Bourdieu, 1997: 109). A resposta ensaiada funcionará como o mote para a prossecução deste trabalho de pesquisa, na medida em que, como refere, “os agentes sociais que têm o sentido do jogo, que incorporam uma multiplicidade enorme de esquemas práticos de percepção e de apreciação funcionando enquanto instrumentos de construção da realidade, enquanto princípios de visão e de divisão do universo em que se movem, não precisam de pôr como fins os objetivos das suas práticas” (Bourdieu, 1997: 109). Quer isto dizer que os indivíduos, ou um conjunto de indivíduos, não vislumbram a uma distância longa qualquer plano para a sua existência, agindo com base em estratégias no que é plausível e com efeitos tornados lógicos pela globalidade das forças que jogam o jogo e apreendem o sentido, capturando daí o *modus operandi*.

Nos últimos anos, fruto da deslocalização de várias empresas para o leste europeu, norte de África e Ásia, vem havendo uma menor presença de capitais investidos na indústria, aspetos responsáveis pela retirada do grosso da população do Vale do Ave dessa relação, de pelo menos um século, com a indústria têxtil. Essa mão-de-obra, na maior parte das vezes, desqualificada, apesar de habituada a viver na incerteza dos dias recorrendo muitas vezes a segunda e terceira atividades, vê-se, desta forma, sem saídas profissionais que respondam de imediato às suas necessidades de ocupação profissional, engrossando as listas de desempregados inscritos nos centros de emprego. Apesar dessas dificuldades, as vidas desses indivíduos seguem em frente, não sendo possível descortinar, numa abordagem superficial, quais os recursos a que recorrem, quais os créditos responsáveis pela sorte forjada e, essencialmente, quais as estratégias ao seu alcance para a conquista de um novo emprego.

Bourdieu (2002) entende que a sociologia da ação tende a reduzir a «ação» à perspetiva intelectual daquele que observa, em vez de, ao contrário, o observador centrar a sua análise da ação exclusivamente no ponto de partida, ou seja, naquele que age. Ao apreender a ação do exterior mas introduzida da relação sempre diferenciada do observador, esta torna-se num conceito objetificado que não conta com a relação do agente com a sua ação. Assim buscam-se, no sentido repetido das formas de agir e atuar, explicações que ilustrem os modos de estar social, procurando apreender

os “esquemas classificatórios” (Bourdieu, 1998: 83) orientadores do sentido comum, traduzidos no “fundo de evidências partilhadas por todos que assegura, nos limites de um universo social, um consenso primordial sobre o sentido do mundo, um conjunto de lugares comuns (no sentido amplo), tacitamente admitidos, que tornam possíveis o confronto, o diálogo, a concorrência, ou ainda o conflito, e entre os quais é necessário dar um lugar à parte aos princípios de classificação como as grandes oposições que estruturam a percepção do mundo” (Bourdieu, 1998: 83).

Desta feita, sem dirigir a preocupação para os fins mas, antes, centrando nas práticas, nas estratégias e no modo como o social se constrói à margem do que, sendo por vezes aparente, não é forçosamente evidente; interessa-nos convocar explicações para alguns factos empiricamente observados no que diz respeito às estratégias de vida dos indivíduos sem ocupação. Aparentemente manifesta-se uma ausência de consequências socialmente negativas que respondam à alta taxa de desemprego que se verifica em praticamente todo o Vale do Ave, com especial incidência em algumas áreas geográficas, outrora predominantemente absorvidas pela indústria têxtil. Contudo, tal ausência de manifestações pode significar uma espuma encobridora de razões profundamente enraizadas no espaço físico onde “o espaço social é definido pela exclusão mútua ou a *distinção*, das posições que a constituem, quer dizer, como estrutura de justaposição de posições sociais” (Bourdieu, 1998: 118), resultando daí que “o espaço social tende a retraduzir-se, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e das propriedades” (*Idem*). Assim o espaço social constitui-se numa aparência onde os agentes “se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado” (*Idem*), denotando uma correspondência entre uma certa “ordem de coexistência (ou de distribuição) dos agentes e uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) das propriedades” (*Idem*), levando a que individualmente se caracterizem pelo lugar onde se situam de maneira mais ou menos permanente, seja pela “posição relativa” (*Idem*) que ocupam, seja pelo capital físico que possuem – como as suas casas, as suas propriedades –, seja pelos locais que frequentam, para não nos referirmos ao mais indiciador das classificações, a sua ocupação profissional.

Um primeiro olhar indica que estamos perante um fenómeno particular, consubstanciado num tipo de abordagem do desemprego a partir de práticas de sobrevivência, cuja génese remete para um passado longínquo. Tal parece materializar-se na capacidade dos indivíduos transformarem situações aparentemente negativas em saídas positivas, denotando uma

estratégia remetida para experiências práticas engendradas ao longo da formação histórica do tecido social da região. Manifestamente o indivíduo coloca-se no espaço físico convocando para si uma forma de existir segundo uma maneira de ser exigido pelo espaço social.

Esse sentido prático do jogo é o que Bourdieu tratou como a *illusio*, um móbil que confere uma “maneira de ser dentro do mundo, de ser ocupado pelo mundo que faz com que o agente possa ser afetado por uma coisa muito afastada ou até mesmo ausente mas participando no jogo com que ele se encontra cometido” (*Idem*). A conexão do agente com a terra que habita impõe-se através de uma ligação ao “lugar por uma relação direta, de contacto, que não é senão uma maneira entre outras de entrar em relação com o mundo” (*Idem*), explicando-se assim porque pensamentos e as ações podem ser afetados e modificados fora de qualquer contacto físico e até mesmo de qualquer interação simbólica, em particular na e pela relação de compreensão. No fundo, a ação ao longo do tempo, a história de atos repetidos e encadeados na lógica construída, torna o mundo compreensível e “imediatamente dotado de sentido, porque o corpo, que, graças aos seus sentidos e ao seu cérebro, tem a capacidade de estar presente no exterior de si próprio, no mundo, e de ser impressionado e duradouramente modificado por ele, foi longamente exposto (desde a origem) às suas regularidades” (*Idem*).

Fundada nesses alicerces profundos, no Vale do Ave verifica-se um tipo de relações laborais assentes num historial bastante longínquo cujas formas se estenderam pelo espaço social moldando os agentes em seres estrategicamente conhecedores na medida em que “se o agente tem uma compreensão imediata do mundo familiar, é porque as estruturas cognitivas que aplica são o produto da incorporação das estruturas do mundo no qual ele age, e porque os instrumentos de construção que emprega para conhecer o mundo são construídas por esse mundo” (Bourdieu, 1998: 118). Estabelece-se uma regularidade cujas respostas do ser social provêm de um certo formalismo cujas origens e desencadeamento se perdem num passado esfumado pelo tempo.

Porém, na atualidade, este agente percebe-se num momento em que “o laço entre o presente e o futuro parece cortado” (*Idem*) uma vez que se vive um tempo em que as pontes se esfumaram aos olhos de uma classe que pressente estar a viver um “jogo de azar”, caracterizado por um momento em que “o desejo de potência limitado que o *habitus* é se anula de certo modo diante da experiência mais ou menos duradoura da mais total impotência” (*Idem*, 198). Expostos a um tempo longo desocupado e desre-

gulado, “uma situação de crise” (*Idem*), dá-se o “aniquilamento das oportunidades” (*Idem*) o que impõe “uma espécie de desorganização generalizada e duradoura do comportamento e do pensamento” (*Idem*). Desaparece assim o sentido da realização e a lógica da *futuralidade*, a crença abstrata do amanhã, na medida em que os indivíduos desempregados se encontram perante uma situação que os priva “deste universo objetivo de incitamentos e de inclinações, que orienta, e estimulam a ação” e produzem toda a vida social não podendo, em consequência, viver o “tempo livre que lhes é deixado a não ser como o tempo morto, tempo para nada, esvaziado de todo o sentido” (*Idem*, 199), geralmente tempo tornado sem valor, desaproveitado por se manter desocupado de interesses.

Apesar do sentido negativo orientado para um destino cuja realização não se vislumbra dentro da lógica construída sob uma linearidade temporal, os agentes são possuidores de uma maleabilidade que os garante nos momentos de desordem. E apesar da classe operária denotar “comportamentos muitas vezes desordenados, ou até incoerentes e incessantemente contraditos pelo discurso” (*Idem*), como se se abandonassem “ao aleatório do que lhes acontece dia a dia e votados à alternância do onirismo e da demissão, da fuga do imaginário e da submissão fatalista aos veredictos do dado” (*Idem*), tal pode não passar da presença constante do desejo que tem o seu início e se elabora fora da realidade em busca de um fim concreto e realizável.

No Vale do Ave, toda a história laboral assenta não só na desconfiança e descrença na indústria têxtil mas, simultaneamente, no recurso sistemático a essa mesma indústria. Esta aparente contradição, perpetua um comportamento estendido pelo lençol resultante da teia e da trama da informalidade, urdido lenta e desconfiadamente na aprendizagem baseada na prática das coisas e nas relações de trabalho orientadas para a urgência da sobrevivência. Ainda fincados nas raízes profundas das relações laborais aí construídas, os agentes percebem hoje o porvir, não a partir da sua estratégia, mas sim assente no resultado da sua sorte.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO FACTO SOCIAL - GÉNESE E SUBSTÂNCIA DA TEORIA DA PRÁTICA

O pensamento de Bourdieu assenta genericamente numa filosofia da ciência em que as relações têm primazia, opondo-se muito diretamente às “rotinas de pensamento corrente” (Bourdieu, 1992: 188-190). Toda sua obra caracteriza-se pela preocupação na resolução de várias antinomias historicamente

apreendidas, que permitem uma abordagem sociológica das práticas exercidas *na e para* a realidade social, sobressaindo daí uma noção de realidade construída.

Bourdieu preconiza a necessidade de se construir os factos sociais para que estes sejam transformados em objeto de estudo, para o qual se torna necessário um quadro de referências construído a partir das questões constituintes da problemática. Neste quadro, o observador tem de separar as suas noções pré-concebidas do mundo e abarcar conceitos a partir de “relações objetivas” (Bourdieu, 1997a: 7) impossíveis de “tocar ou apontar com o dedo” (*Idem*) e que é preciso “conquistar, construir e validar através de trabalho científico” (*Idem*) que expliquem, a partir de uma análise sistematizada, as relações internas do objeto social, uma vez que só mergulhando nas particularidades da realidade empírica historicamente situada e datada conseguimos apreender a lógica mais profunda do mundo social (Bourdieu, 2002).

Na aceção deste autor, a estrutura enquanto conceito representa a força produzida pelo social a partir dos esquemas e percepção, de pensamento e da ação dos agentes, constituídas e sucessivamente reformuladas num contínuo diferenciado pelo efeito das práticas, porque em “suma temos o direito de nos recusarmos a reduzir a ciência social ao trazer à luz estruturas objetivas, mas na condição de nunca perdermos de vista que a verdade das experiências reside, contudo, nas estruturas que as determinam” (Bourdieu, 2002: 147). A sua tese tem por base autores como Levy Strauss para quem o conceito de estrutura se constituía como um fator independente e objetivo que residia fora da consciência dos atores. Mantém presente, mas não de forma determinante, a perspetiva das forças coercivas perspetivadas por Durkheim (Durkheim, 2001b).

O fenómeno social não é o resultado exclusivo da ação individual nem da presença de uma racionalidade permanente dos agentes na produção dessas ações, mas também o resultado dos constrangimentos estruturais que moldam não só a forma de pensar e agir dos agentes, assim como das condições em que essas ações são produzidas. Enquanto sistemas sociais são tidos como *campos*, no interior dos quais é produzida toda a dinâmica social, pelo que o “investigador, ao mesmo tempo o mais modesto e mais ambicioso do que o amador de curiosidades, visa apreender estruturas e mecanismos que escapam em igual medida, embora por razões diferentes, quer ao olhar indígena, quer ao olhar estrangeiro tais como o princípio da construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele visa representar num modelo que se pretende de verdade universal” (Bourdieu, 1997: 4).

Bourdieu apoia-se em Levi-Strauss quando este autor idealiza a sua conceção de estruturas baseadas na sincronia inconsciente numa perspectiva histórica. Porém a sua conceção é dinâmica e construtivista, fundada nas estruturas sincrónicas e inconscientes de que falava Levi-Strauss (1986), mas gizadas na corrente histórica dos acontecimentos a que está submetido o campo e a suas leis, gerando-se a partir da contextualização encontrada, a percepção individual ou do grupo pensável e julgado razoável na perspectiva do campo em que se inscrevem. Os agentes são assim sujeitos às condições da estrutura estruturada do campo através dos seus códigos e regras mas são livres da sua criação, das ações e improvisações a partir das matrizes inculcadas, numa manifestação do *habitus* resultado da estrutura estruturante (Bourdieu, 1987).

Esta noção congrega em si o mérito de ultrapassar uma série de dualidades apresentadas pelos autores clássicos da sociologia. Com Bourdieu são sanadas as contradições entre aporias tidas como irresolúveis e limitadores da compreensão da realidade social na sua totalidade, presentes nas teorias sociais clássicas, nomeadamente, cultura/sociedade, estrutura/ação, individual/coletivo, consciente/inconsciente, interessado/desinteressado, objetivo/subjetivo⁶ (Casanova, 1995a). A unificação dessas aparentes contradições metodológicas impõem o pensamento de Bourdieu como uma atração fundamental no estudo das sociedades enquanto culturas construídas a partir de práticas em que os agentes são, simultaneamente, componentes e compostos, num jogo permanente de encontro entre a totalidade e as partes que a conjugam.

Na superação destas dicotomias tidas como contraditórias, Bourdieu (2002) introduz uma nova noção a que atribui a designação de «praxeológico» que “tem por objetivo não só o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e tendem a reproduzir, ou seja, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.” (Bourdieu, 2002: 145).

Com esta nuance, Bourdieu refuta a ilusão objetivista do estruturalismo uma vez que só admite a análise das estruturas a partir da prática, numa conceção dinâmica, resultado de relações históricas, simultaneamente pro-

6 Apesar de entenderem o seu campo de ação como um envolvimento em que a totalidade e as partes constituintes se complementam, as escolas sociológicas estruturalistas secundarizam as interações e os saberes quotidianos, o que tem inviabilizado qualquer reconciliação entre o construtivismo estruturalista e o construtivismo fenomenológico (Cf. Corcuff, 2001 p. 32).

duto e produtora de ações (Bourdieu *et all*, 1990). Esta formulação tem o agente como um dos elementos integrantes da estrutura enquanto força estruturante do campo.

Desta forma distancia-se não só de Levi-Strauss como também de Louis Altusser, autores cujo pensamento estruturalista não atribui qualquer valor às ações dos indivíduos (Bourdieu, 1990). No entrecruzamento das “estruturas mentais” dos agentes e as “estruturas objetivas” constituídas pelos mesmos agentes, obtêm-se resultados, simultâneos e reciprocamente, condicionadores mas também condicionantes das ações (Casanova, 1995a).

O *habitus*⁷ traduz-se num sistema de disposições inculcadas no indivíduo ao longo da sua história, orientadores da sua forma de ser, de pensar ou de fazer, responsável pela forma de agir em determinada situação ou circunstância. No fundo, é um princípio “gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição num estilo de vida unitário, quer dizer, num conjunto unitário de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (Bourdieu, 1997: 7). A expressão, adotada por Bourdieu a partir da filosofia, liberta-se do objetivismo determinista sem se prostrar na exclusiva ação do indivíduo.

Daí as disposições não se apresentarem como um recorte determinado, pelo contrário, são propensões flexíveis, cuja força ou fraqueza permitem a sua incrustação ou não no indivíduo, podendo condicionar pela positiva ou negativa, funcionando como uma aquisição que se naturaliza e se torna parte das capacidades dos indivíduos, traduzindo-se num produto aprendido – e apreendido – a partir das rotinas físicas e mentais não conscientes que permitem o agir sem pensar.

É a partir das disposições específicas, nomeadamente o *habitus*, que se estabelecem lutas através de estratégias inconscientes (individuais ou entre instituições), nas quais os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição de formas de capital específico. O *habitus* socialmente construído, matriz inculcada no indivíduo a partir de disposições e gerador de estratégias individuais e grupais irá determinar as posições e o conjunto de disposições do campo (Corcuff, 2001).

A noção do *habitus* interliga os conceitos de estrutura e ação, numa conciliação harmoniosa dos clássicos Durkheim, Weber e Marx que vence

7 Antes de Bourdieu, Norbert Élias usou uma noção do *habitus* identificando-o como um “cunho social” incidido sobre a personalidade, portanto, “um produto de diferentes configurações no interior das quais um indivíduo age”. A definição de Bourdieu veio trazer uma precisão conceptual do *habitus* que praticamente lhe atribui a paternidade do conceito. (Cf. Corcuff, 2001, pp. 27 a 64)

as antinomias e as dualidades apresentadas na individualidade de cada um destes autores. É a partir desta conciliação que o *habitus* gera uma racionalidade prática irredutível à razão teórica, adquirido a partir da interação social, sendo condicionante e condicionador das ações. Torna-se assim numa “natureza” construída do indivíduo, uma espécie de biografia mesclada de percepção, ação e reflexão presente no corpo e na mente (Casanova, 1995b). Esta “naturalização” adquirida pela experiência implícita e explícita segundo uma intencionalidade sem intenção, funciona como estratégia dirigida aos interesses dos agentes, permitindo contudo agir e responder às circunstâncias sem cálculo ou controlo consciente, não contando antecipadamente com algum fim específico como objetivo declarado (Bourdieu, 1997).

O *habitus* é relativamente autónomo e representa condições impostas pela história do agente e da estratégia que o campo permite. Designa ainda as estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradores de práticas e representações) que concebem e são concebidos pela lógica do campo, de modo que os agentes se tornam condutores de uma estrutura estruturada que se transforma numa estrutura estruturante.

A estrutura do campo é um espaço relacional de posições que podem ser analisados independentemente. Compreende-se assim que Bourdieu (2002) não conceba as instituições de forma substantiva mas sim de maneira relacional, numa espécie de configurações de relações entre agentes e coletividades. Dessa forma “cada campo é simultaneamente um campo de forças – caracterizado por uma distribuição desigual de recursos e, por isso, uma relação de forças entre dominantes e dominados – e um campo de lutas onde os agentes se confrontam para conservar ou transformar essa relação de forças” (Corcuff 1995: 41) e onde se constitui a face da exteriorização da interioridade do processo.

Assim, todo o campo vive o conflito entre agentes que o dominam e os demais, isto é, entre os agentes que monopolizam o capital específico do campo, pela via da violência simbólica contra os agentes com pretensão à dominação. A dominação é em geral não explícita, não evidente mas subtil e violenta. Uma violência simbólica que é julgada legítima dentro de cada campo, inerente ao sistema, cujas instituições e práticas revertem, inexoravelmente, os ganhos de todos os tipos de capital para os agentes dominados.

Cada campo tem as suas características e os seus interesses específicos que se tornam comuns a todos, nomeadamente às diversas formas de capital que irão determinar as posições sociais. Como explica Corcuff, é no “encontro do *habitus* e do campo, da «história feita do corpo» e da «his-

tória feita da coisa» que constitui o mecanismo principal de produção do mundo social” (Corcuff, 1995: 45). A cultura dominante impõe-se a partir do conflito entre os agentes e as instituições, tendendo para a reprodução e legitimação inconsciente do *habitus*, nomeadamente na manutenção, não só das desigualdades sociais, mas também das formas de agir.

A noção de capital traduz-se em recursos, no fundo «aquilo que se tem», quer porque se herdou, quer porque se ganhou – ganho no sentido de ter o que se não tinha antes – e que representa poder que Bourdieu, pela mão de Casanova (1995) apresenta sob um modelo multiforme: “estes poderes sociais fundamentais são, de acordo com as minhas investigações empíricas, primeiramente o capital económico, nos seus vários géneros; em segundo o capital cultural ou melhor o capital informacional, de novos nos seus diferentes géneros; e em terceiro duas formas de capital que estão muito fortemente correlacionados, o capital social, que consiste em recursos baseados em relacionamentos e associação de grupos, e o capital simbólico, que é a forma que os diferentes tipos de capital tomam quando são percebidos como legítimos” (Casanova, 1995: 64).

A juntar a esta multiformidade, Bourdieu acrescenta ainda a ideia que as diferentes formas de capital são transmissíveis e reconvertíveis entre si de forma diferenciada, o que explicaria “a predominância social de certas formas de capital sobre outras. Volume, estrutura e trajetórias dos diversos tipos e capital seriam, então, elementos decisivos a ter em conta na análise que respeita à identidade de atores sociais relevantes bem como na configuração dos seus *habitus* e das suas práticas” (*Idem*). O volume e quantidade de capital determinam a posição relativa na estrutura. A distribuição de capital no campo é sempre desigual, o que implica um conflito permanente nos campos, levando a que indivíduos e grupos dominantes procuram defender seus privilégios contrastando com o inconformismo que se apodera dos restantes indivíduos.

A noção de capital cultural assenta na perspectiva de que as condições de acesso que os indivíduos estão sujeitos aos bens culturais são responsáveis pelo destino da pessoa, contrariando assim o pressuposto que os indivíduos nascem com um “dom” ou “aptidão” que os guia e direciona na hierarquia social. O autor distingue três estados do capital cultural: o *estado incorporado*, o *estado objetivado* e o *estado institucionalizado* (Bourdieu, 1979).

No estado incorporado estamos perante o que podemos chamar de *capital inicial da pessoa*, na medida em que este é o primeiro capital a que o indivíduo pode aceder. “Está ligado ao corpo e pressupõe a sua incorpo-

ração” (Bourdieu, 1979: 3) e resulta da obrigação que o agente impõe sobre si próprio para a sua capitalização.

Não existe capital cultural objetivado sem que tenha havido capital cultural incorporado, podendo afirmar-se que “o capital cultural no estado objetivado detém um certo número de propriedades que se definem apenas na sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada” (Bourdieu, 1979: 5).

No estado institucionalizado o capital cultural traduz-se numa certificação, através de um diploma, de competências que “confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura” (Bourdieu, 1979: 6), reconhecidas como credenciais que se traduzem numa certa fórmula resultante da magia e “alquimia social (...) que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, num dado momento histórico” (Bourdieu, 1979: 6).

1.3 SOCIEDADE PRAGMÁTICA

Numa das sete vilas situadas no concelho de Guimarães, um jovem entra por uma loja de informática adentro munido de um papel nas mãos. Na loja encontra-se o gerente e o autor destas linhas que ultimam os pormenores de uma negociação comercial. O gerente pára a sua explanação, hesita entre levantar-se ou manter-se sentado, parece que vai manter-se à margem do jovem que entrara na sua loja, mas como impelido por uma qualquer força misteriosa, pede desculpas, explicando breve e gestualmente que é coisa rápida, e desloca-se em direção ao jovem, à partida e para todos os efeitos, aos olhos do investigador, um cliente habitual daquele espaço. O diálogo entre as partes não será contudo nos termos da relação cliente – fornecedor, mas sim entre duas pessoas conhecidas, urbanamente educados, porém de conteúdo contraditório tanto na forma como nos termos em que cada uma das partes aborda a outra:

Gerente (G) – Então, tudo bem?! Há muito que não aparecia aqui não é?

Jovem (J) – Sim, faz agora seis meses...

G – E então, a vida?

J – Continua igual.

G – Ai é, não apareceu nada?

J – Não, está tudo muito difícil... Nem sei o que fazer... Acho que não se pode fazer nada nestas circunstâncias, não é?

G – É verdade... Tem aí o papel? Precisa dele assinado certo?

J – Sim, se não se importa.

G – (dirigindo-se ao observador) ...não se importa de aguardar um momento? (A que o investigador acenou que não se importava... Nos momentos que se seguem o gerente preenche um formulário a que, no final, assina depois de apor um carimbo da sua empresa, entregando-o ao jovem). O jovem recebe o documento, agradece de forma cordial mas não subserviente. Mantém o corpo ereto sem demonstrar altivez quando sai da loja. Não sorri, nem denota qualquer expressão de infelicidade; dir-se-ia que faz um apelo a alguma frieza. Nota-se que está asseado e não passa despercebida a forma como comunica, simultaneamente, esclarecedora na descrição verbal codificada da dificuldade que enfrenta (afinal está ali perante um estranho) mas silenciosamente implícita na solução do problema que é remetido para o gerente da loja.

Depois da saída do jovem, o gerente da loja irá colocar o investigador ao corrente do que se passa: “trata-se de um jovem desempregado que mora *ali mais acima*. Eles agora têm este problema e não custa nada ajudar”, dirá... “De outra forma perdem o subsídio de desemprego... Já viu, não basta estar desempregado e ainda por cima uma pessoa tem de se humilhar... É por isso que quando aparecem aqui desempregados assino logo... Já lhes disse que podem vir quando quiserem...”

O que fará o investigador deter-se neste particular é a contradição na forma de ser concebido o ato da obrigação. Em nenhum momento o gerente da loja deixou perceber que estava a fazer um favor. Pelo contrário, ao confidenciar a sorte que acompanhava o jovem, convocava para si a obrigação de o proteger de uma burocracia que poderia colocar em perigo o recebimento da sua subsistência. A sua percepção do assunto era, ainda assim, mais profundo, não admitindo a humilhação extensiva a que o jovem estava agora sujeito, provavelmente, porque a procura ativa de emprego numa região onde o número de empregos decresce a cada dia que passa, remete para um trabalho com rara probabilidade de sucesso.

Por seu lado o jovem denotava ter o seu papel bastante bem definido, sabendo de antemão o que poderia esperar do gerente, apesar de apenas o ter contactado pela primeira vez há seis meses atrás. A postura física do jovem, assim como o seu léxico, a sua comunicação corporal e a sua verbalização transmitiam, mais do que confiança, a certeza de que o por si pretendido era comumente aceite e geralmente apoiado, fazendo parte de uma *praxis* condizente com uma certa forma de proteção social gerada no seio da comunidade com o objetivo de promover a coesão entre os seus membros.

Apesar desta relação entre desconhecidos se estabelecer mediante valores arreigados no tecido social gerados na perspectiva da ajuda mútua, a mutação a que está submetido o mundo empresarial impõe novas necessidades no que diz respeito à qualidade da mão-de-obra necessária.

Outrora a chegada a um emprego fazia-se através de meios informais e bem definidos que implicavam familiares próximos, vizinhos e até pessoas ainda não conhecidas mas que se sabiam existir, numa lógica em que «o conhecido do meu conhecido, meu conhecido é». Talhada neste recorte, a lógica da procura de emprego circunscrevia-se à moldagem das fronteiras da freguesia de residência, quando muito, a alguns quilómetros que tinham, forçosamente, de serem poucos. Esta lógica de proximidade estabeleceu-se e entranhou nas correspondências salariais aproveitando patrões e empregados, os primeiros pagando pouco, os segundos contentando-se, vivendo e organizando-se com o pouco que recebiam.

Muitos anos depois de a mecanização ter invadido o espaço do Vale do Ave, praticamente um século depois, o recrutamento para o trabalho na fábrica continuava a ser feito no pressuposto de que não se estava perante um problema de grande monta. Terminada a escola primária dava-se por finda a relação com as letras, que diga-se, raras vezes eram usadas e procurava-se um lugar nas linhas de produção, lugares de refúgio da lavoura, “porque, apesar de tudo, o trabalho fabril era melhor remunerado, mais livre e mais prestigiante” (Alves, 2002:67) o que levava a aceitar “resignadamente as dificuldades vividas, sem expectativas de grandes melhorias a não ser o aumento de salário” (*Idem*).

Perante a existência de excedente de mão-de-obra, o esquema baseava-se mais num pressuposto de captação em que usualmente era preciso fazer um pedido e ficar à espera. Para obviar o tempo no encontro de um lugar na fábrica recorria-se à rede relacional próxima, constituída por familiares, amigos ou vizinhos. Esta rede encarregava-se de conseguir uma colocação muitas vezes na mesma unidade onde já trabalhavam pais ou irmãos, resultando daí que, variadas vezes, famílias inteiras se empregassem na mesma fábrica constituindo assim o local de trabalho não só uma extensão da habitação mas também uma área de submissão familiar ao poder do mesmo patrão (Alves, 2002).

A fábrica aceitou sem grandes delongas a sua responsabilidade no *enfileiramento* dos indivíduos no seu processo, transformando o ensino ministrado ao indivíduo numa dívida que este jamais poderia pagar. Este processo de *enfileiramento* do futuro operário não carecia de um instrutor responsável. Na realidade tratava-se de um tipo de aprendizagem em que, só

aparentemente, cada um dependia de si. Em boa verdade, a aprendizagem de qualquer ocupação no Vale do Ave era concebida como o resultado da imitação e consequente repetição intensa e sucessivamente realizada, num processo em que o exercício do mesmo movimento durante o tempo necessário para a realização da tarefa moldasse o corpo na direção da rotina e da perfeição do gesto dirigido para a obtenção de determinado objetivo.

A aprendizagem tinha o seu início através do olhar do trabalhador, aliás, este só conseguia imaginar esta forma de abordar o seu ensino profissional^[8] (Alves, 2002). Esta aprendizagem só se considerava totalmente realizada quando um superior declarasse ao agente-aprendiz que estava autónomo para a tarefa. Em geral esta forma de aprender começava muito cedo na vida dos indivíduos e podia durar muitos anos. Por vezes podia até durar toda a vida sem que o aprendiz passasse dessa condição. Desde que esse operário estivesse alinhado com as necessidades produtivas, a fábrica entendia-o como um trabalhador de excelência.

A prática como resultado da repetição e imitação constituía assim a verdadeira escola dos indivíduos. Só esta podia fazer almejar uma aprendizagem que, em alguns casos, podia significar a única oportunidade de contacto com o aprender um ofício. Esta forma de inculcamento do ofício tinha uma dupla vantagem para o empregador: por um lado sabia que havia todo o tempo disponível para que aquele aprendesse a sua ocupação – caso demorasse anos a aprender, tanto melhor, porque assim sempre podia continuar a insistir enquanto o empresário não era obrigado a pagar trabalho especializado. Aos operários, a aprendizagem pela prática limitava-os à lida com determinada tarefa o que os tornava, ao invés do aparentado, numa espécie de escravos, na medida em que não sabiam, nem sequer imaginavam, poder mudar de tarefa. Com o hábito da repetição, mecanizavam-se os movimentos de tal forma, ao ponto de se tornar em perda de tempo qualquer veleidade na aprendizagem de novo conceito tarefairo.

8 Detenhamo-nos sobre um inquérito realizado em 1973 pela Escola do Serviço Social onde são inquiridas 254 operárias de várias freguesias vimaranenses. Questionadas sobre a sua aprendizagem inicial, estas ficam tão surpreendidas com a pergunta achando-a tão descabida, interrogando em forma de resposta: «para que é que a gente quer os olhos?». Cf. Alves (2002)

1.4 FUNDAMENTOS DA CLASSE TRABALHADORA

1.4.1 *Orgulho e fragilidade*

Fundamentalmente constituída por indivíduos adultos envelhecidos e originários da classe localmente dominante em número, os operários transformaram-se ao longo dos últimos cem anos numa das mais estabilizadas posições sociais do Vale do Ave. Neste grupo social estamos perante uma fração totalmente dependente do assalariamento na indústria têxtil (Pereira, 1999). Trata-se de uma classe dotada de capitais escolares muito frágeis que ocupa uma posição baseada numa “trajetória laboral que parte do trabalho operário, os agentes da pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio «devem» tudo à fábrica e ao investimento que esta – através dos encarregados e patrões – coloca e/ou colocou na avaliação do «talento» pessoal demonstrado no posto de trabalho” (Pereira, 1999: 199). Nasce aqui o que é comumente apresentado por gosto pelo trabalho, uma vez que se investe na fábrica e é-se investido pela fábrica, resultando daqui uma posição fruto da “estruturação de um capital social bastante razoável” (*Idem*) responsável pela existência de uma atividade relacional intensa entre as partes que produz um certo otimismo no modo como se encara o mundo. Esta relação, profundamente ligada à fábrica, é particular e negativamente evidenciada nas situações de vivência de desemprego, principalmente quando atinge as pessoas mais velhas, na medida em que “depois de uma vida consagrada à empresa é colocado em causa não só a existência material mas também, e com especial relevo, o modo «positivo e confiante» com que enfrentou a vida” (*Idem*) sobressaindo nesses momentos, frases como «de que me valeu ter trabalhado tanto e ter acreditado neles [os patrões]?». Conforme o tempo vai passando e este tipo de situações se vão sucedendo, aumenta a sensibilidade “à urgência da mudança do futuro profissional e, com isso, crescem as expectativas colocadas na educação dos filhos e dos netos” (*Idem*).

Os operários realizam as suas vidas debaixo de baixos salários o que gera uma grande fragilidade económica e social muito acentuada. Este diminuto salário será, mais tarde, responsável por prestações sociais correspondentes quando chegada a idade da reforma. Esta fragilidade económica e social é tanto mais significativa quando é sabido que o assalariamento industrial implicou localmente uma progressiva quebra de ligações com a terra e o trabalho no campo.

A fragilidade económica explica o facto dos agentes desta classe tenderem para a realização de práticas de consumo em ambientes dotados de

alguma humildade onde se praticam preços baratos. Por vezes, após grande esforço torna-se possível a compra de um pequeno e simples automóvel que servirá de meio de transporte para, de vez em quando, se deslocarem a pequenos passeios. Aspetos que traduzem a prática de uma vida baseada na austeridade.

Sendo a parte dominante no Vale do Ave, este grupo social caracteriza-se por ser normalmente constituído por adultos-jovens e por velhos. Comporta, para além dos agentes ativos, um número geralmente alto de reformados, fração muito visível pela exposição a que se dão os indivíduos na condição de aposentadoria. É neste grupo que se encontram também os desempregados, uma condição que afeta em proporção superior as mulheres.

Os capitais escolares dos operários, geralmente muito ténues, por vezes, a roçar o analfabetismo, são uma marca muito presente nos indivíduos mais velhos, nomeadamente nas mulheres. A 4.^a classe é o nível a que a maior parte conseguiu aceder, mais os homens do que as mulheres, encontrando-se em algumas franjas dos adultos mais jovens o resultado dos alargamentos legais da escolaridade obrigatória possuindo assim o 6.^o e o 9.^o anos de escolaridade. Constata-se que o “operariado industrial caracteriza-se, assim, por uma muito limitada assimilação da escola, havendo lugar para a reprodução geracional de ciclos de exclusão escolar” (*Idem*: 205). Ao operariado do Vale do Ave assiste uma urgência do abandono da escola traduzida numa espécie de contrapartida imediata verificada com a entrada na fábrica. Trata-se de uma quase obrigatoriedade que recolhe a “velha lógica da aprendizagem dos saberes profissionais no posto de trabalho, plena de autodidatismo, da partilha de experiências entre colegas e de uma ou outra formação profissional” (*Idem*).

No fundo o operário incorpora a sua atividade como uma roupagem que lhe dá poder uma vez que a sua técnica, apesar de, na maior parte dos casos, só se aplicar exclusivamente a si, traduz-se no capital profissional adquirido com orgulho e sob forte aprendizagem autodidata, contendo por isso o valor do virtuosismo austero. Na sua rede social, as relações lentamente construídas ao longo de muitos anos de trabalho e estreitadas em laços apertados de sociabilidade, “vão projetando nestes agentes a imagem da respeitabilidade necessária à mediação simbólica e ideológica exercida na fábrica, na vizinhança e na família” (*Idem*: 200). Em geral, do ponto de vista do capital social centra a sua rede relacional no seu universo mais restrito. Trata-se por isso de uma rede relacional de laços apertados, circunscritos entre a família, vizinhos e os colegas de fábrica “assim se entendendo que com o envelhecimento, a reforma e o desemprego as redes relacionais

destes agentes tendem, com especial relevo, a reduzir-se” (*Idem*: 206). A redução da rede de relacionamento traça no indivíduo uma existência confinada, de onde o horizonte se esvanece numa barreira como uma névoa intensa.

1.4.2 Traços do espaço operário

Apesar de imensas melhorias nas suas condições de vida, os trabalhadores produtivos continuam, na maior parte dos casos, desfavorecidos (Verret, 1979). São-no tanto para a superfície visível como no conforto das suas habitações mantendo-se a uma grande distância em relação aos serviços. Atirados na maior parte dos casos para a periferia, estão também distantes do centro onde o poder se realiza. Em resumo, mantêm-se desfavorecidos tanto para o valor de troca como para o valor de uso. A única vantagem que verdadeiramente encontraram nestes últimos anos reside num tempo de trajeto entre o domicílio e o lugar de trabalho, mais reduzido, aspeto que foi de encontro à vivência de outras classes.

Apesar de termos de admitir que a maior parte dos trabalhadores escapou à miséria, estamos perante uma especificidade irreduzível com origem nas normas de pedra que, longe de esmagar, contribuem para garantir. Essas normas de pedra têm uma origem apoiada em alicerces profundos, traduzidos nas condições de existência do proletário moderno, assentes na forma clássica do modo de produção capitalista, industrial e urbana, que o torna no “primeiro explorado a conhecer historicamente a separação integral em relação à totalidade das suas condições de existência” (*Idem*: 16-17).

Este trabalhador encontra-se separado de todos os meios suscetíveis de fazê-lo beneficiar de um bem comum “exceto esta parte inalienável de ele mesmo que é a sua força de trabalho” (*Idem*: 17) geradora de energia que continua a ser a sua única, mas não valorizada, propriedade. O trabalhador encontra-se assim posto perante a “questão da sua existência, espaço de existência incluídas” (*Idem*). O seu espaço físico, isto é o lugar que ocupa sobre a terra, “depende do seu lugar sobre o mercado de trabalho, que depende por sua vez do sistema dos lugares – isto é, colocações – do capital no espaço de produção” (*Idem*: 18).

Daí estar este ser perante a imposição de vender para “um tempo dado o uso da sua força de trabalho desempregada – e para si mesmo desocupado – aos que dispõem das condições do seu emprego”, reencontrando durante algum tempo “as condições da sua existência” (*Idem*: 17). A casa habitada pelo operário, micro espaço da intimidade, não é o resultado da

sua força de trabalho no processo de produção mas sim, “apenas condição da sua reprodução sobre o mercado de trabalho” (*Idem*) encontrando-se nesta aceção também os seus novos limites.

Os limites impostos remontam aos tempos em que o trabalho se estabelece na exploração dos campos. Trabalhando a terra, o camponês trabalhará sob um solo cuja propriedade do produto lhe é vedada, na medida em que o proprietário fundiário exclui, total ou parcialmente, o camponês trabalhador do direito à apropriação do produto da terra. Neste jogo de forças, entende-se que não o exclua “do direito à apropriação da terra pelo trabalho” (*Idem*). Também não o excluirá da casa porque esta constitui a base espacial deste trabalhador. Isto é, “apropriando-se privativamente da totalidade ou parte do espaço, uma parte do espaço pode privar outra” (*Idem*), num tipo de privação que atinge primeiro o próprio espaço de produção, embora menos o espaço de residência. Funda-se nesta relação um ancoramento cujas amarras são o resultado da ação do proprietário fundiário a que se submete o trabalhador. São estas amarras que mais tarde, sempre presentes, obrigam o espaço operário a fechar-se sobre si numa segregação que apenas permite a sua realização no seu interior: “vive perto da fábrica, porque a escala é a do degrau, a sua sombra e o seu horizonte” (*Idem*, 18). O espaço circunscrito reduz este trabalhador à condição de um homem fechado, limitando os seus desejos numa esfera balizada por paredes invisíveis.

Estabelece-se assim uma dicotomia que Verret (1979) denomina de «lei do duplo sentido» traduzida na ideia de que as regras relativas ao alojamento são suscetíveis de um uso contraditório de classe. Esta regra explica porque, por um lado, a classe operária não se identifica com a cidade – cuja existência remonta antes da indústria, tendo-a acolhida sem nunca a integrar verdadeiramente no seu seio. Do outro, a classe operária destacou-se profundamente da terra quanto que esta se urbanizou. Não falta aqui um paradoxo suplementar: o *habitat* coletivo não provocou necessariamente o aparecimento de um espírito coletivo, enquanto o alojamento individual, suprimindo a saturação dos constrangimentos, leva as ilusões do paraíso mas também às desilusões, fonte de lutas comuns.

O operário é útil até ao momento em que o resultado da sua existência deixa de estar associada à produção. Deixando de ter utilidade, “todo o operário não preciso e que se torne excessivo e não necessário torna-se supérfluo” (*Idem*, 19), pelo que a partir desse momento também se o “trabalhador fica supérfluo, o seu alojamento deixa também de ser necessário” (*Idem*). Quando a força de trabalho do operário deixa de ser útil para o capital por motivos diversos, seja por deficiência de uso, consequências de crises ou progressos

técnicos, o “trabalhador perde, com o emprego, a garantia monetária do uso do alojamento” (*Idem*) cumprindo a prática da sua existência frágil.

Mesmo quando a classe operária tem acesso à propriedade, esta condição não transforma o trabalhador em burguês nem mesmo em pequeno burguês, não somente porque não o arranca à limitação imposta pelo salário mas porque agrava a sua vulnerabilidade com o peso da dívida e a rigidez no emprego que a fixação ao solo provoca. Neste aspeto, as famílias operárias funcionam como ilhas muito unidas à casa individual. O tempo fora de trabalho reúne-o em casa para, conjuntamente com a família aí promover as suas refeições, ouvindo e vendo televisão, entretendo-se com *bricolagem*, realizando-se a cultura do homem comum que mistura os prazeres massificados com a intimidade doméstica. Evoca assim as múltiplas variações de acordo com a composição da família, as combinações do bairro, da comunidade. A conclusão convida a construir a cidade brilhante onde as barreiras de classe serão desmontadas. A estabilização da classe trabalhadora seria então exigida pela secagem até em reservas naturais, da força de trabalho, qualificações exigidas e a diminuição da sazonalidade da indústria.

1.5 RECURSOS E ESTRATÉGIAS EM TEMPO DE MUDANÇA

1.5.1 *Capital social e rede relacional*

Na sociedade industrial tradicional e estável desenvolveram-se algumas teorias sobre as formas de aceder a um emprego. Baseadas num pressuposto de regularidade, essas teorias desenvolveram-se assentes no pressuposto da existência de um mercado cujas regras estavam disponíveis para permitir o acesso daqueles que a ele queriam aceder. Esse mercado de trabalho organizou-se a partir de uma dualidade das suas características, consubstanciadas na separação, por um lado, dos postos de trabalho estáveis e bem remunerados e, por outro, dos postos de trabalho desqualificados daqueles que possuem trajetórias instáveis e têm empregos precários e mal remunerados. Para aqueles que experimentam a procura de emprego, existem dois tipos de capital a ter em conta: o capital escolar e o capital relacional (Portugal, 2004). Este último capital relaciona-se com a capacidade de “aceitabilidade social” que não é passível de ser comprado mas é possível de ser obtido através de um investimento em relações com membros colocados em lugares chave⁹ (Faroldi, 2007).

9 A autora baseia-se num trabalho de Requena Santos (1991) realizado em Málaga em que era perguntado a desempregados: “De que forma procuras trabalho?” As conclusões permitirão

O capital escolar constitui a dimensão marcante que determina os destinos dos indivíduos condicionando as trajetórias profissionais. Marca o tempo e o modo de acesso ao emprego sendo o nível escolar fundamental para definir o tipo de emprego que poderá obter e determinante para a sua idade de entrada no mercado de trabalho. Por seu lado, o capital relacional é também um fator preponderante que ganhou relevância desde os estudos de Granovetter (1982) sobre o impacto das redes sociais na procura de emprego, tendo este autor evidenciado a importância do capital social em detrimento das teorias do capital humano, confirmando que a presença dos laços fracos e a “importância fulcral das redes informais no acesso ao emprego em detrimento dos meios formais e oficiais” (Portugal, 2004: 140). Apesar dos contributos de Coleman (1988) e Putman (1993), a noção de capital social baseado em Bourdieu (1980) subsiste na sua amplitude e profundidade, traduzindo-se no “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento, ou, noutras palavras, pertencentes a um grupo como conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis” (Bourdieu, 1980: 2). Esta notação concebe o capital social como um conceito dotado de mobilidade e não determinado de qualquer posição histórica do agente. Pode, por isso, variar de acordo com a mudança de posição dos agentes e, ao produzir-se essa mudança, os indivíduos realizam a possibilidade de alargamento das suas redes de relações, dando-se alterações estruturais significativas.

Os dois tipos de capital – capital relacional e capital escolar – entrecruzam-se na definição de padrões quanto ao primeiro emprego, à trajetória profissional, às condições de trabalho, impondo-se a perspetiva de que as “redes relacionais são preponderantes no acesso ao emprego, no tipo de emprego, no percurso seguido” (Portugal, 2004: 140), destacando-se aqui a importância das “redes familiares na transição da escola para o mercado de trabalho e o impacto diferenciado de laços fortes e laços fracos consoante

observar que os jovens (16 a 30 anos) e os adultos (31 a 65 anos) empregam os mesmos procedimentos na busca de emprego, sendo as principais as relações pessoais, distinguindo-se, contudo, entre familiares e amigos. Os jovens usam mais frequentemente os canais familiares, enquanto os adultos utilizam mais os canais da amizade. Este fenómeno encontra a sua explicação na estrutura de relações onde é identificado o poder: os jovens têm nos pais os únicos indivíduos com influência enquanto os adultos podem encontrar esses contactos na sua rede de relações. Por seu lado, os adultos tiveram maiores possibilidades de gerar contactos para além dos familiares. Para além disso, a maior experiência e conhecimento do mercado do trabalho leva os interessados ao uso de canais de amizade, reduzindo-se ligeiramente os canais assentes em mecanismos institucionais e formais. (Cf. Faroldi, 2007)

falamos do primeiro emprego ou dos seguintes” (Granovetter, 1973: 1373). É possível distinguir também entre redes sociais subjetivas (Requena, 1991), compostas por indivíduos em que o sujeito acredita que poderiam recorrer em caso de necessidade, e as redes sociais objetivas, as formadas por pessoas a que realmente se pede ajuda em caso de necessidade (Faroldi, 2007).

As vias informais são predominantes no acesso ao emprego com maior evidência no caso do primeiro emprego (Faroldi, 2007). Tal acontece porque “as redes informais são fundamentais na transição do sistema escolar para o mercado de trabalho” (Portugal, 2004: 140), predominando os laços fracos. Porém, deve-se ter presente que, no caso do primeiro emprego, os laços fortes têm mais expressividade do que os laços fracos nos empregos posteriores, destacando-se aqui os familiares e as relações de amizade, ambos com um peso significativo na estratégia de acesso ao emprego.

Geralmente não são necessários mais do que dois intermediários para se aceder ao emprego, o que confirma a hipótese avançada por Granovetter (1982) sobre a eficácia das cadeias curtas. Por outro lado, as cadeias longas são muito pouco utilizadas na procura de emprego. Deduz-se assim que “a presença dos laços fortes é um dado importante para perceber a dimensão reduzida das cadeias de acesso ao primeiro emprego” (Portugal, 2004: 141), uma vez que “as relações familiares têm bastante mais importância neste caso do que na procura posterior de trabalho” (*Idem*: 142), promovendo-se uma espécie de escolha consciente entre as competências escolares e as competências relacionais traduzida num maior ou menor investimento que se faz numa ou noutra competência.

Quando há recurso à rede familiar este concebe-se, sobretudo no sentido vertical, nomeadamente aos pais, quando estes dispõem de capital social e/ou económico para intervir, mas também aos tios, a primos mais velhos, ou mesmo, tios e primos dos pais. Geralmente “existe uma mobilização das gerações mais velhas no apoio à entrada dos mais novos no mercado de trabalho, possível dada a posição já conquistada no mercado” (*Idem*). No entanto, a importância dos laços fortes não se limita aos laços familiares, estendendo-se também à rede de amigos, sobretudo aos «amigos da família», ou seja, amigos dos pais. Estas relações de amizade ativadas na procura do primeiro emprego têm um carácter intergeracional.

Quando nos centramos e questionamos a eficácia dos laços fracos, o estatuto dos intermediários adquire uma importância superlativa na medida em que o acesso ao primeiro emprego torna-se mais facilitado, mas deve-se ter em atenção o facto da posição de poder nos laços fortes ser fator fundamental para a sua ativação (Granovetter 1982).

A introdução da estrutura dual do mercado de trabalho, ou seja quando se relaciona capital escolar e capital relacional, constata-se que “para o caso do primeiro emprego, por um lado, a importância dos laços fortes se torna fundamental para aceder a postos do mercado de trabalho secundário e, por outro lado, que os mecanismos formais têm, nesta fase, um peso mais importante no acesso ao mercado primário” (Portugal, 2004: 142).

Quanto ao recurso a mecanismos formais para aceder ao primeiro emprego é possível identificar uma série de observações caracterizadoras. O seu papel, apesar de secundário, é mais importante no primeiro contacto com o mercado do que na procura posterior de emprego, onde passam a prevalecer os contactos informais, sendo essa importância significativa para aceder a postos de trabalho do mercado primário. Estes processos formais são utilizados sobretudo por indivíduos com formação escolar média ou superior a eles recorrendo quem está num processo de mobilidade social ascendente. Tais pressupostos permitem chegar à afirmação que “os mecanismos formais são sobretudo utilizados por aqueles para quem o capital escolar é a via de acesso privilegiada aos melhores postos de trabalho. Dada a importância dos laços fortes no acesso ao primeiro emprego, os indivíduos oriundos de famílias de fracos recursos económicos e sociais têm como único trunfo para jogar no mercado o seu capital escolar, uma vez que o seu capital relacional e da sua família dificilmente os conseguiria incluir no mercado primário” (*Idem*: 142). A persistência num historial de baixo capital escolar por parte dos indivíduos de famílias humildes tende para determinação e reprodução social das condições de vida dessas famílias.

É certo, até pelo seu pouco tempo de existência, que a juventude tem fatalmente menos capital relacional. Daí que quanto mais jovem e menos escolarizado é o indivíduo, menores são os seus laços fracos e, conseqüentemente, maior é o recurso que faz aos laços fortes e, entre eles, aos laços familiares” (*Idem*). Apesar de tudo, mesmo parecendo uma contradição, “a orientação da rede é fundamentalmente para fora das relações familiares, ativando laços de amigos e conhecidos, laços fortes e laços fracos” (*Idem*: 144), simultaneamente. Tal quer dizer que apesar da importância pressentida nas relações constituídas por laços fortes, sobretudo, na força aparente “que os laços familiares têm nalguns domínios e para alguns indivíduos, a preponderância dos laços fracos no acesso ao emprego é notória” (*Idem*: 144). Na atual circunstância das relações vividas, os laços fracos têm uma maior preponderância na gestão de relações de empregabilidade, uma vez que se tornaram “essenciais na procura de trabalho, nas mudanças ao longo do percurso, na criação de projetos autónomos de emprego” (*Idem*: 143). Praticamente tornaram-se im-

portantes para qualquer segmento do mercado de trabalho, mas de forma incisiva e quase permanente no mercado secundário de trabalho.

Embora a ação dos laços fracos seja diferenciada e diferenciadora consoante o capital escolar do indivíduo, o tipo de emprego e de trajetória seguida, esta é um dos domínios onde a importância de uma rede social ampla que vá para além dos limites das relações familiares é fundamental para assegurar o acesso a um tipo específico de ocupação. Neste caso, o capital relacional adquirido ao longo do percurso profissional traduz-se num aspeto fundamental para se obter um emprego.

Não existe uma polarização determinante nas redes de acesso ao emprego, o que é explicado pelo facto da própria rede encerrar em si várias classes de indivíduos. Porém, as posições de poder detêm um grau superior quando são chamadas a manifestar-se, até porque como atrás se sublinhou, a importância do estatuto dos intermediários, demonstrada nos estudos de Granovetter (1973), é fundamental no acesso ao emprego. Aqueles que são capazes de abrir as vias para se conseguir um emprego, uma mudança, uma alteração de estatuto, uma nova oportunidade são os que detêm uma posição vantajosa no mercado de trabalho. Nesta circunstância, “os pais, os tios, e outros familiares mais velhos são um exemplo, no caso do acesso ao primeiro emprego; os patrões são outro exemplo claro para a mudança de estatuto no mercado de trabalho” (Portugal, 2004: 145). A presença destes atores é manifesta, de uma forma ou de outra, quando um indivíduo pretende aceder a um emprego.

1.5.2 *A flexibilidade do (des)emprego*

Na atualidade, o emprego transformou-se simultaneamente num substantivo (quando se refere ao local onde é executado o trabalho) e num adjetivo (quando caracteriza a ocupação profissional de um indivíduo) corporizando em si um papel determinante na sociedade pós-revolução industrial. Constitui por isso uma construção social da modernidade não só responsável pelo estado ocupacional dos indivíduos mas também uma força integradora numa determinada lógica a que toda a sociedade se submete.

Toda a orientação e normalização social abarcam a capacidade do indivíduo apreender competências que sejam apreciadas, úteis e com valor para incluir num processo produtivo que, no limite, impõe uma ocupação a cada um. Manter os indivíduos desapossados do tempo livre, dedicados a um fim com sentido, naturalizou a existência humana nos nossos tempos dando coerência aos atos individuais. O sentido do emprego é-lhe dado

pelo lugar que ocupa na rede de relações que se estabelecem e que criam uma lógica que vai muito além da noção de relações sociais uma vez que se torna fulcral na organização lógica do mundo vivido.

Esta construção tem por base a organização económica e social centrada no trabalho que constitui o elemento fulcral da sociedade. Apesar de, muitas vezes, ser associado à escravatura, o “trabalho é muito mais do que escravidão, ou as pessoas não se sentiriam tão perdidas e desorientadas quando ficam desempregadas” (Giddens, 2004: 377) por vezes com consequências drásticas. Nesta perspetiva o trabalho torna-se num elemento essencial no estabelecimento da ordem, sendo este responsável pela noção de obrigação e responsabilidade a que os indivíduos se submetem.

Igualmente, a ocupação com o trabalho proporciona “frequentemente uma base para a aquisição e o exercício de certas capacidades” (*Idem*) e mesmo quando os indivíduos estão submetidos a um trabalho rotineiro, “fornece um ambiente estruturado no qual as energias de uma pessoa podem ser absorvidas” (*Idem*), servindo como elemento de controlo tanto da excitação como do ócio. Diversifica os contextos proporcionando contactos que possibilitam a criação de laços de amizade e oportunidade de partilha com os outros. Aos que detêm um emprego fixo, o tempo ocupado organiza e estrutura o dia “de acordo com o ritmo de trabalho” (*Idem*) proporcionando-lhe uma lógica e dando uma ordem naturalizada das coisas. O emprego torna-se assim um local de realização dos indivíduos, não só profissional mas também social, sendo um dos fatores que veiculam a felicidade. Ter uma ocupação tornou-se num normativo da vida do ser social na medida em que toda a organização da sociedade direciona o indivíduo para essa vida encarrilhada^[10].

10 Socorrendo-se de trabalhos de James S. Coleman que analisou através da perspectiva histórica as relações entre famílias, Machado Pais (2001) distingue três fases do “potencial de investimento do capital humano no que respeita às novas gerações”(Pais, 2001: 33). A primeira fase consiste num tempo em que as sociedades ainda estão ruralizadas vivendo praticamente daquilo que oferece a agricultura de subsistência. Aqui a maior parte do que é produzido é também consumido por quem produz. Toda a mão-de-obra disponível é importante porque está em causa a sobrevivência, resultando daí o uso da mão-de-obra infantil na produção. Vive-se assim uma época pré-moderna caracterizada por uma intensa transmissão de saberes práticos e uma quase linear reprodução social no que diz respeito a crenças e valores. A segunda fase é caracterizada por se viver um tempo pós-agrícola, em que as sociedades centram-se numa “economia de trocas” baseada no assalariamento. Vive-se nas cidades e trabalha-se na indústria. O investimento familiar no “capital humano” intensifica-se fruto da ideia de investimento no futuro: os pais investem nos filhos esperando que estes sejam o seu garante na velhice. A terceira fase caracteriza-se por se dar num momento pós-industrial em que persiste a insegurança. Não existem certezas sobre a educação dos filhos, nomeadamente não é possível determinar um investimento que assegure o futuro profissional. Algumas funções da família são transferidas

A certa altura, numa das suas obras, uma pergunta é colocada por Giddens: “como se sentiria se pensasse que nunca mais encontraria um emprego?” (*Idem*: 377). Usada no texto como uma pergunta retórica, o autor não responde à sua questão, optando por usá-la no reforço da importância de se ter um emprego nas sociedades modernas, até para “preservar o respeito por si próprio” porque “(...) o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades diárias” (*Idem*: 377). Pela mesma ordem de razões, o não-trabalho imposto aos indivíduos, seria psicologicamente desestruturante transformando em doentes aqueles que deixavam de receber a energia da ocupação diária.

Dá-se, contudo, hoje a circunstância de muitas pessoas desempregadas viverem com o sentimento de que nunca mais irão encontrar um emprego – sentimento esse que não tem forçosamente de se transformar em realidade eterna, mas que é a realidade enquanto dura – e, a partir daí, sentem-se perdidas e desorientadas. O exemplo mais evidente pode ser encontrado naqueles trabalhadores cujas vidas foram orientadas numa lógica de responsabilidade em que o trabalho e a família se conciliavam e constituíam o centro da existência do indivíduo. Caídos numa situação de desemprego após longos anos de trabalho rotineiro mas coerente, esses indivíduos descobriram com horror que a sua utilidade tinha desaparecido, a sua técnica era inútil e a sua experiência desvalorizada porque desapropriada. Deslocados da lógica apreendida e aprendida ao longo dos tempos, resta a esses indivíduos uma nova aprendizagem que, partindo da extensão e consequências do trabalho enquanto campo regulador da organização social, terá forçosamente de se traduzir numa adequação a uma ordem ainda desconhecida que dê sentido à existência do indivíduo no mundo.

Ora, seguindo-se aqui o ponto de vista durkheimiano de que os factos sociais se impõem para além das consciências particulares dos indivíduos (Durkheim, 2001a) e mantendo a perspetiva da presença, quase constante, do fenómeno «desemprego» na vida das pessoas – como se de um acidente não previsível se tratasse – percebe-se que o desemprego, enquanto desocupação, constitui só por si um facto social com particularidades próprios e consequências diversas na forma como é gerado, absorvido e combatido no quotidiano dos indivíduos. Diferente hoje do que era ontem, o desemprego submete-se, nos nossos dias, a uma nova conceptualização e uma

para outras instituições, como por exemplo creches e escolas, numa clara substituição da família pelo Estado. Com a perda de influência da família na formação dos filhos, desinveste-se no “capital social” de origem familiar. (Cf. Pais, 2001)

nova relação com a realidade do qual não se deve descurar a capacidade de adequação dos indivíduos.

No final da década de noventa do século passado, o sociólogo Richard Sennet^[11] produziu uma análise crítica sobre alterações promovidas pelo capitalismo, caracterizada pela introdução de uma natureza flexível da abordagem do trabalho em substituição das formas burocráticas tradicionais. Segundo o autor, esta mudança suporta-se no desaparecimento das narrativas linearmente construídas, sustentadas na experiência e no uso disciplinado do tempo assentes numa expectativa de uma orientação baseada em histórias de vida antecipadas e planeadas pelos seus atores. No fundo, “fatores como segurança do emprego e empenhamento na empresa mantinham as pessoas nos seus lugares” (Sennet, 1998: 124) e produziam sentido capaz de fazer perceber alguma certeza nos indivíduos.

Porém, a rotina e os seus malefícios, traduzidos no embrutecimento do trabalhador, foram usados como elementos fundamentais para sustentar a introdução desta alteração nas relações de trabalho. Reestrutura-se desta forma o uso do tempo, promovendo-se instituições mais flexíveis onde impera não só o trabalho descontinuado e deslugarizado, fatores diligenciadores do desligamento do trabalhador não só com o espaço, mas também promotores de uma rutura entre o passado e o presente.

Ascende daqui uma nova relação do trabalhador consigo mesmo, responsável por uma não linearidade existencial caracterizada pela ausência de relações afetivas. Simultaneamente, este regime flexível transfere para o trabalhador grande parte do risco da organização, uma vez que o risco “já não se destina a ser apenas terreno de capitalistas de risco ou de indivíduos extremamente aventureiros. O risco torna-se numa necessidade diária suportada pelas massas” (*Idem*: 125). Promove-se uma nova ética, isto é um novo carácter pessoal em que a incerteza passa a coexistir com o fracasso e “não mudar é tomado como sinal de fracasso parecendo a estabilidade quase como uma morte em vida” (*Idem*: 134). Uma espécie de desadaptação permanente é imposta ao indivíduo como uma força que o domina e o obriga a viver uma narrativa sem qualquer sustentáculo histórico.

11 No livro *A Corrosão do Carácter* (1998), Richard Sennet não só diagnostica “as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” como produz, a partir desse diagnóstico, uma análise da mudança ética preconizada pela introdução da flexibilidade nas relações de trabalho que, a seu ver, propiciam uma degradação humana e um sentimento de esvaziamento castradores do sentido existencial dos trabalhadores. Apesar da pertinência e notabilidade da obra, usaremos aqui apenas parte da sua sustentação teórica e não as suas conclusões, uma vez que o tema aqui tratado se direciona para outros pontos cardeais.

O trabalhador passa a viver num sentimento de insegurança, a característica mais presente dos que vivem em situação de risco intenso. Ainda que trabalhando numa ocupação precária, insustentável e coexistindo numa rede de relações inexistentes numa desconhecida mas presente malha larga, o trabalhador conviverá também com um fantasma do reverso desse momento. Que pode ser o desemprego no dia de amanhã.

O desemprego enquanto território de estudo isolado, em que se procura conhecer o interior dos desempregados a partir das suas experiências, não tem sido área que polarize o interesse dos sociólogos (Caleiras, 2008). Porventura porque estamos perante uma anomalia social que os Estados ocidentais consideram inadmissível e intolerável, é assumido que o desemprego tem mais do que um tratamento, sendo um deles o acolhimento pelos próprios Estados das consequências económicas desses desocupados, facto que não é alheia a inimputabilidade individual do desemprego, geralmente atribuído a causas exteriores aos indivíduos, sendo estes vítimas, na maior parte das vezes, indefesas. Parece ser este o motivo pelo qual os estudos existentes tendem para o conhecimento das vivências e consequências diretas nas vidas desses desempregados, geralmente a partir de Schnapper (1981), autor cujas teorias são desenvolvidos na perspectiva da mudança de identidade, como é o caso, por exemplo, de Duarte (1998) que analisou os processos de recomposição identitária e transformação de modos de vida de operários mineiros colocados na situação de desemprego com o encerramento das minas do Pejão.

O trabalho está a autonomizar-se desligando-se do indivíduo. Esta perspectiva implica a inexistência de um local onde se realizem as tarefas inerentes e onde o indivíduo prossiga a sua existência dentro da lógica ocupacional que atravessou os últimos dois séculos. Este facto é responsável por o desemprego tender hoje a extravasar o âmbito identitário, pelo menos no recorte imaginado das reconstruções. Fruto de novas dinâmicas socioeconómicas e do alinhamento de novos paradigmas baseados em formas recentes de abordar o trabalho^[12] – podíamos aqui recordar a noção de flexibilidade profissional –, os indivíduos apercebem-se da probabilidade,

12 Para Kóvacs “são evidentes os sinais de crise do modelo de emprego que vigorou durante o regime de acumulação fordista e a sociedade industrial. Entre eles, a redução da estabilidade/segurança dos vínculos laborais; a multiplicação de formas flexíveis, frequentemente precárias de emprego; o aumento do desemprego; as lacunas ao nível da protecção social, da integração social e das regulações sociais e, ainda, uma certa crise da identidade individual e colectiva” (Kóvacs, 2006: 8). Tal como a perspectiva aqui seguida, também a autora é da opinião que estes sinais aparentam ser “mais consentâneos com a transformação e crise de um certo modelo de trabalho do que com o fim do trabalho e do emprego” (*Idem*). (Cf. Kóvacs et al, 2006)

cada vez maior, em contactar com tempo desocupado de trabalho imposto por circunstâncias cada vez mais presentes no quotidiano.

Esta maior probabilidade e maior frequência, apesar de não transformarem o desemprego num facto social isolado, aumentam a percepção dos indivíduos, levando-os a protegerem-se através da incorporação no seu imaginário da admissão da desocupação nas suas vidas. Resulta daí a criação de resistências mentais aos períodos de desemprego que acontecerão ao longo da vida. Quer isto dizer que, aproximando-se dos indivíduos, numa quase ameaça permanente, o desemprego, continuando a constituir uma anomalia social – uma doença de que todos fogem – transforma-se, em parte, num acontecimento normalizado na vida das pessoas.

Tanto mais é assim, se tivermos presente algumas áreas de trabalho criativo – como por exemplo os jornalistas, os *designers*, os publicitários, os artistas – assim como noutras áreas de expressão técnica e científica, como os consultores; nos últimos anos estas áreas têm reorientado a capacidade produtiva profissional para ações em que o tempo ocupado – o equivalente ao emprego mas flexibilizado – é da responsabilidade do indivíduo. Apesar do elevado grau de dependência e da existência, ou não, de ocupação, remeter esses indivíduos para uma condição de insegurança – uma vez que quem detém a capacidade de tornar ou não útil o resultado do seu trabalho são as empresas –, os indivíduos submetidos a esse tipo de atividade, geralmente designado «por conta própria»^[13], tendem a diversificar a proveniência do seu trabalho, fracionando a sua origem. Desse modo diminuem os riscos tanto do tempo ocupado – o emprego – como do tempo desocupado – o desemprego.

13 Sem dúvida que os autores estudiosos das questões de emprego tendem para classificar como negativo o trabalho flexível. Porventura fruto da ideia da imutabilidade das lógicas do trabalho, nomeadamente, por se estudar o trabalho dissociado das componentes de protecção social, opõe-se trabalho flexível a trabalho com contratos de duração ilimitada, sendo este o tipo geralmente considerado “trabalho positivo”. Por outro lado, a própria longevidade das empresas foi trocada por uma necessidade de mudanças rápidas e sucessivas num processo em que muitas organizações sucumbem. Num estudo sobre emprego flexível em Portugal, Kovács evidencia, através de dados estatísticos de 2002, uma forte proporção de auto-emprego, “sobretudo nos países da Europa do Sul”: Grécia (45,7%) Itália (29,6%), Portugal (25,1%) e Espanha (20,2%). Estes países apresentam níveis muito superiores à média europeia situada nos 15%, o que quer dizer que, no futuro, teremos forçosamente que integrar nas nossas vidas a possibilidade de trabalho flexibilizado. Deve-se contudo manter aqui a perspectiva de que o resultado do auto-emprego em sociedades com um nível de qualificações muito baixas, como é o caso de Portugal, tende para a precariedade e consequentemente para relações laborais assentes na fragilidade. Assim, como refere a autora, para uns este tipo de auto-emprego pode ser uma opção e para outros uma imposição. (Cf. Kovács, 2004)

2. UMA SOCIEDADE URDIDA

2.1 SOCIOGÊNESE DO TRABALHO NO VALE DO AVE

2.1.1 *Dispersar para sobreviver*

Imersos na utilidade impessoal de um *não lugar* ao estilo de Marc Augé, uma pergunta acompanha-nos: qual a relação entre o percurso de uma autoestrada e o estudo das estratégias de desempregados de uma região? Aparentemente a pergunta é descabida, descontextualizada e a convidar para as redondezas da retórica. A não ser que estejamos perante a abordagem de uma aparente *não-temática*, nada que convide, portanto. Porém, apesar da aparente aberração, foi exatamente no percurso da monotonia da autoestrada Famalicão-Guimarães e na contagem das passagens superiores que cruzam essa via que o autor deste texto se interrogou sobre algumas das particularidades que caracterizam o Vale do Ave e que, a seu ver, poderiam explicar aquela notícia, já sem novidade, que a rádio insistia em emitir sobre mais uma unidade fabril que fechava e atirava umas quantas pessoas para o engrossamento do rol dos desempregados da região.

Estas trespassagens por vezes superiores, por vezes inferiores, apesar de aparecerem como soluções para as características adquiridas pela morfologia, são na realidade imposições aos engenheiros da construção de estradas como que a dificultar o que, à partida poderia ser fácil, produto da malha urbanística dispersa e da geografia construída aos longo de muitos anos, resultado da forma como várias circunstâncias se conjugaram na envolvência do tecido social, urdido no cruzar da teia e da trama de um imenso lençol, cujas linhas são amplamente conhecidas dos seus habitantes mas que, na maior parte do tempo, apenas se dá a conhecer sob a forma de um desenho estampado, uma fantasia a que não corresponde a realidade prática.

Marques e Domingues (1987) experimentaram a sensação do contacto com a intrincada malha do Vale do Médio Ave confirmando a primeira impressão de quem se aventura por estas paragens “é de um território aparentemente anárquico que (...) apresenta um mosaico difuso de localização mesclado de diferentes atividades – a agricultura, a indústria, os serviços, o comércio retalhista... – ligado por uma configuração viária capilar não nitidamente hierarquizada que vai estruturando o desenvolvimento de manchas de povoamento e unidades produtivas. Com esta malha linear de urbanização do território (...) coexistem a nuvem do povoamento difuso percorrida por caminhos rurais e uma rede densa de aglomerados urbanos que ora correspondem a antigos assentamentos populacionais (as sedes de concelho, sobretudo) ora correspondem ao desenvolvimento mais ou menos recente de núcleos industriais que se foram posicionando em locais privilegiados que a redefinição das acessibilidades foi catalisando – Pevidém, Caldas das Taipas e Vizela, no concelho de Guimarães, ou Trofa e Vila das Aves no concelho de Santo Tirso, são exemplos bastante expressivos desse fenómeno^[14]” (Marques e Domingues, 1987: 268).

O ponto de partida deste texto é o pressuposto de que a génese desta dispersão na ocupação do espaço explica, na medida das interações humanas, uma forte presença estratégica na formação do social da região do Vale do Médio Ave, caracterizada por formas práticas orientadas para soluções particulares das vivências.

Guia-nos o pressentimento que o Vale do Ave é atravessado por um facto social histórico que não se manifesta exclusivamente no destino desse social mas também e, essencialmente, nas moldagens estruturais a que a região e os seus habitantes foram submetidos ao longo da sua formação histórica, com uma incidência marcante no período da tardia industrialização, o que, no contexto do que aqui se apresenta, representa uma fronteira e um marco que estruturou as práticas futuras dos seus habitantes.

Instalada próximo dos cursos de água de forma a possibilitar a obtenção de energia^[15], essa tardia industrialização, consubstanciada no incremento e desenvolvimento da indústria têxtil, começou por se misturar com a geo-

14 Os exemplos apresentados pelos autores foram ultrapassados pela autonomia concelhia adquirida por Vizela e Trofa em 1998. Porém outros exemplos poderiam aqui ser apresentados, inclusive, aglomerados que adquiriram expressão após a elaboração do texto citado. É o caso das Vilas de Brito, Moreira de Cónegos, Lordelo e Ponte em Guimarães, ou S. João do Coronado em Santo Tirso.

15 Em boa verdade, veremos mais à frente que a localização das fábricas tem mais a ver com as populações que já residiam próximo dos rios trabalhando o linho. Não por coincidência, a 4ª fase do trabalho de produção do linho denomina-se *enriar*. (Cf. Carvalho 1941)

grafia campesina, substituindo gradualmente a confecção do linho, remetendo esta ocupação feminina dos tempos sobranes da faina agrícola para um ato residual por troca com o algodão que, no dizer de Alves (2002) ganhou um papel determinante, por via das inovações revolucionárias do trabalho industrial, que o transformam num produto popular, de baixo custo e com facilidade de transformação. Esta atividade de transformação algodoeira ganhou um lugar de atração ao ponto de evoluir de tal forma que se tornou na primeira indústria nacional cifrando-se, em números redondos, nos 25 mil operários em 1900, 50 mil em 1940, e 75 mil em 1974 (Alves, 2002).

Contudo, apesar desta aparente adesão popular ao operariado têxtil, no Vale do Ave não se verificou, ao longo dos anos, uma evidente e clara conscientização operária que levasse à construção de uma identidade desses trabalhadores, pelo contrário^[16]; as práticas e estratégias dos operários tiveram sempre em conta uma profunda desconfiança da própria indústria têxtil, na medida em que esta se caracterizou ao longo dos anos por estágios mais ou menos prolongados em crises cíclicas que, na maior parte das vezes, teve os trabalhadores operários como principais vítimas.

2.1.2 *No começo era o linho*

O linho desde a sua produção nos campos agrícolas até à sua comercialização, passa por fases tão complexas, maturadas, trabalhosas e engenhosas ao ponto de qualquer referência ao labor no Vale do Ave se obrigar a uma reflexão mais demorada. A razão parece simples: o linho constituiu o elemento principal

16 A este propósito vale a pena determo-nos em Villaverde Cabral: “Ora parece certo que a junção do operariado têxtil e, mais globalmente, do proletariado das regiões de pequena exploração agrícola familiar, com as vanguardas operárias das décadas de 1910 e 1920, nunca se consumou. Basta reparar na relação desse operariado com a organização sindical para nos darmos conta de que as suas lutas, na medida em que não conseguem autonomizar-se relativamente aos movimentos do capital, transcorrem segundo tempos já «queimados» pelas secções de vanguarda: a primeira conferência sindical da têxtil, criando a Federação, só se realizou em Setembro de 1925, quando os operários agrícolas do Sul, por exemplo, já estavam no seu 5.º congresso e os operários da construção civil no 6.º. Repetimos: em minha opinião, a hipótese a aprofundar é a de que o numeroso proletariado das regiões de pequena exploração camponesa familiar, cuja força de trabalho é reproduzida segundo aquela economia, e não segundo a economia de mercado pura e simples, e cujo salário é visto, as mais das vezes, como um «complemento» a adicionar ao rendimento global da família rural, este numeroso proletariado, dizíamos, nunca se fundiu totalmente no movimento da classe porque, para ele, a crise, o desemprego e a carestia, que serão o fermento daquele movimento, se não colocam nos mesmos termos que para o operário da grande cidade ou mesmo para o rural sem terra” Cf. Cabral, Manuel Villaverde (1977: 424 a 425)

em que se forjaram e se centraram as relações socioeconómicas no Vale do Ave. Pode-se com alguma certeza afirmar que o seu cultivo, transformação e comercialização, intrincadas na importância e valorização adquiridas pelas qualidades manifestadas pelo produto, estão na génese da vida quotidiana, sendo responsáveis pela imposição deste elemento como fulcro central das relações, não só de produção mas também de reprodução do social, que se estabeleceu e se desenvolveu no Vale do Médio Ave.

A forte densidade populacional e a existência de razoáveis vias de comunicação, apesar da intensa concorrência, tornam Guimarães no Sec.XVI um importante centro regional de produção de linho aonde acorriam vários mercadores estrangeiros. Alberto Sampaio (1884: 238) elabora um registo quase fotográfico da região onde a seu ver “é preciso percorrer todo o concelho, é preciso atravessar os vales e subir pelas vertentes das montanhas, para ver que é rara a cabana em que se não houve o som seco e alternado do tear, ou o som constante e monótono da roda na dobagem do algodão ou enchimento das canelas” (Sampaio, 1884: 238). A habitação é simultaneamente posto de trabalho, numa dispersão de trabalho ao domicílio, que tanto pode significar o desenvolvimento da pequena indústria como uma forma de trabalho precário que se vai instituindo.

O linho tem um pedestal tão reservado na história ao ponto de ser colocado num lugar de distinção divina para o sagrado dos altares “tal como azeite e a cera”, tendo estado em destaque elevado no período áureo das navegações e conquistas, incrustando vestígios vimaranenses na epopeia das descobertas, consubstanciados na presença de várias mercadorias “da sua afamada produção linheira” (Carvalho, 1941: 45). O seu valor é tão presente e afamado ao ponto de aparecer inscrito no “Livro dos Roubos” – depositados na Torre do Tombo – em rezas originadas nos comerciantes da terra que, após desaparecimento da mercadoria, dirigem-se ao rei D. João III, clamam por justiça, certos de que “em França se não faz justiça de semelhantes Roubos”^[17] (*Idem*: 62). O seu valor simbólico é tão elevado que se torna impensável imaginar-se a boa e fina indumentária sem a inclusão de uma peça ainda que da sua variante mais pobre, a estopa de linho.

Sendo produto de primeira água, compreende-se que aprender a trabalhar o linho desde tenra idade era uma obrigação a que nenhuma mulher podia faltar uma vez que, como refere Alves (1999: 2) a tecelagem era “parte integrante da educação das jovens”, sendo o tear “as aras do casamento das filhas” (*Idem*), constituindo até um marcador não só de honestidade mas

17 Note-se a grafia usada pelo autor da frase desvalorizando o país com minúsculas e valorizando a palavra «roubo» com maiúsculas, o que só aparentemente é um descuido do escriba.

também de posse de recursos, na medida em que, como referia o jornal *Luctador* de 20 de fevereiro de 1901 “casa que não tenha um tear ou é de fidalgo ou é casa onde a miséria entrou desapiedadamente” (*Idem*), o que tornava a tecelagem indissociável da casa agrícola. Se por aqui também existia a lã, era o linho, todavia, especialmente na variante *galega*, que surgia representado como uma cultura generalizada, largamente valorizada nos documentos mais antigos.

Mesmo o poder instituído tinha o linho vimaranense numa conta tão alta que não permitia qualquer tipo de misturas, protegendo acerrimamente o seu mercado, ainda que para tal tenha, inclusive, de desobedecer a decisões judiciais para impor sanções à venda de linho de outras paragens^[18].

Na realidade estas posições do poder nada tinham a ver com a economia ou a putativa defesa dos pobres até porque estes, provavelmente, tinham a aquisição de linho no fim da lista das suas prioridades. As posições camarárias da altura estavam mais próximas da defesa dos comerciantes locais e na defesa do baixo preço pago por esses comerciantes linheiros, não permitindo que ao negócio pudessem aceder mercadores não só do reino mas também de Espanha dispostos a pagar mais pelo produto. O processo de concorrência incluindo estrangeiros era desde logo anulado protegendo-se e ajudando-se os comerciantes locais, ainda que os forasteiros estivessem dispostos a valorizar mais a mercadoria, comprando-se contudo não aos comerciantes mas sim aos produtores^[19].

É certo que a preocupação monopolista preocupava o poder político e mesmo as atitudes e leis saídas da atenção da *governança* local demonstra

18 Um acórdão do ano de 1606 constando “que se não venda o linho de Coimbra «a maior preço de quinhentos reis», com pena de quinze cruzados he trinta dias de cadea”. Tendo tal acórdão desagradado a muitos linheiros da terra, resolveram estes recorrer dela, pelo que o tribunal viria a dar-lhes razão. Apesar da sentença, dada a autonomia jurisdicional que as Câmaras nesta altura gozavam, viria a manter-se a proibição camarária. Sem desistirem os negociantes linheiros levam o assunto a recurso onde são aduzidos argumentos, vindo a decisão da Relação do Porto a ser favorável à Câmara contrariando a pretensão dos comerciantes do linho. Os fundamentos acabaram por levar a Relação a decidir a favor da Câmara e contra os comerciantes para “não beberem o sangue dos pobres” (Carvalho, 1941: 52)

19 Na reunião de 16 de fevereiro de 1624 a Câmara de Guimarães faz aprovar vários acórdãos, nomeadamente: 1) que todo o mercador que vier a esta Villa para comprar linha ou pano de linho, venha a esta Câmara declarar o dia que chegou e por quanto tempo acha necessário ficar; 2) que nenhum mercador ou pessoa moradora nesta Villa aceite dinheiro de mercadores de fora para se empregarem e comprarem linha nem tão pouco linho para eles; só comprarão para si e com o seu dinheiro e não para outrem, com pena de vinte cruzados e trinta dias de cadeia...; 3) [acórdão que qualquer] pessoa que vender linho não o venda fiado, e vendendo fiado não será por preço mais elevado do que está disposto em dinheiro na mão, que é de quatrocentos e setenta reis a pedra, sendo bom, com pena de dez cruzados de dez dias de cadeia para cada vez que tal se verificar (Carvalho 1941: 53)

todo o cuidado posto na defesa de tão precioso produto. Exemplo disso é o combate da Câmara aos mercadores locais que tentavam servir de intermediários (Carvalho, 1941: 57-60) gerando-se assim uma nova classe aproveitadora a operar entre os produtores e os mercadores estrangeiros. Na reunião de 24 de Julho de 1640, o Senado Municipal, perante os homens da governança e homens bons do povo, produzirá um «*acórdão solemne*», estabelecendo regras muito apertadas “que pusesse termos à praga de regatões e mercadores arrivistas” (Carvalho, 1941: 58) que, entre outras situações, eram responsáveis pelo prejuízo que fazia com que se perdessem “os pobres e mais povo desta terra, por do trato da dita linha depender o total remedeio e sustentação deste povo” (Carvalho, 1941: 60).

Não ficavam por aqui as preocupações defensivas de tão valioso bem. A evolução na técnica de se fazer justiça comercial em que vendedor e comprador dispusessem de armas claras e comumente aceitáveis teve uma resistência só compreensível pela desconfiança do que chegava de novo ao burgo vindo pelas mãos dos mercadores. Por isso, por vezes, elementos que constituíam novidades científicas não eram bem vistos, o que levava o poder camarário a impor-se num cenário de clara resistência à mudança nos hábitos de aferição. Daí não haver dúvidas que “era bem que se acabasse com «a novidade» dos pesos e balanças, voltando-se a vender a linha a «olho» (...) como dantes se costumava e fazia, antes de os mercadores inventarem os ditos pesos, de maneira que [os locais] não compravam por nenhum modo linha por peso, nem os terão para esse efeito” (Carvalho, 1941: 53).

E para que não andassem por aí a coscuvilhar o mercado, determinava-se ainda em 40 o número máximo de dias que um mercador podia residir na vila, findos os quais só seria possível o regresso passados três meses. Desta forma, evitava-se que estes mercadores estrangeiros ganhassem confianças locais a quem passavam o dinheiro para tentarem impor preços mínimos. Aliás, o prémio por delação foi a forma encontrada para incentivar a fiscalização aos mercadores externos e, assim, quem quisesse acusar alguém teria direito a metade dos duzentos cruzados de multa, revertendo a outra metade para o cofre municipal^[20].

A partir de 1880 inicia-se um processo já há muito ansiado no empreendimento de uma nova era do progresso traduzida no desenvolvimento da indústria têxtil. A cultura e preparação do linho mantiveram-se em baixa escala até ao início do Século XX, continuando a constituir um auxílio fi-

20 A sanção acessória de degredo “para terras de além-mar” podia completar a sanção pecuniária. Foi que aconteceu a João de Barros na sessão de 6 de Maio de 1643 condenado “em duzentos cruzados e três anos de degredo para «*hum dos lugares de África*»” (Cf. Carvalho 1941).

nanceiro das famílias para o equilíbrio do orçamento doméstico (Marques, 1988: 57-58). Porém, nessa altura, ainda final do Sec. XIX incrementa-se o desenvolvimento da indústria algodoeira, substituindo-se assim, os tecidos de linho na produção têxtil. Dessa forma a cultura do linho diminui em extensão, libertando-se os campos para o cultivo de cereais, mais lucrativo e menos trabalhoso.

2.1.3 Sobreposição

2.1.3.1 De artesãos a operários

A tradição do linho é manifestamente responsável pela trespassagem direta e a baixo custo para a nova indústria algodoeira que se verificará tanto no equipamento como na formação da mão-de-obra. Reconvertidos os teares de linho para o algodão, adequou-se a mão-de-obra à nova realidade, fatores que contribuíram para que a atividade se mantivesse dispersa embora com predominância das freguesias no sudoeste do concelho. A percepção de que a história da industrialização têxtil do Vale do Ave traduz-se numa história de sobreposição que junta o tradicional labor de fiar e tecer o linho produzido localmente com os flocos brancos das ramas de algodão que penetrando nas oficinas, alastra aos domicílios e acaba por projetar grandes unidades fabris (Alves, 1999: 3) está bastante presente na memória coletiva dos concelhos do Baixo Minho.

Esta história de sobreposição e adequação, ausente de ruturas e a aceitação tácita do destino imposto pela força do poder do capital, está na génese de um tipo de comportamento perante o trabalho no Vale do Ave remetido para uma aparente conformidade que, na realidade, mais não é do que uma inteligente articulação entre a economia camponesa responsável pelo incremento da tradicional tarefa domiciliária baseada numa produção a baixo custo e sem investimento significativo ao nível tecnológico, que irá permitir à família camponesa capitalizar e rendibilizar não só os tempos mortos mas também a intensa mão-de-obra disponível. Gera-se nesta sobreposição, segundo Alves (1999) as atuais fórmulas de subcontratação com microempresas de natureza precária no domínio da confeção que apesar de explicáveis por teorias de segmentação, encontraram no Vale do Ave uma naturalização explicadora da sua propagação um século mais tarde (Alves, 1999: 6), a que não poderia faltar uma quase ausência de formação.

Num trabalho de pesquisa de 1998, Fernando Guimarães analisou o nível de alfabetização decorrido em Portugal e no Vale do Ave em parti-

cular, procurando determinar as relações que se estabelecem entre a alfabetização e o desenvolvimento do Vale do Ave desde o início do século XX até finais da década de sessenta. Para além de se interessar pelos modos de vida, o autor verificou as “relações entre os níveis de habilitações literárias dos sujeitos em estudo, as suas representações acerca da escola, e as trajetórias profissionais destes trabalhadores pelos cargos desempenhados no sector têxtil e pela mobilidade profissional” (Guimarães, 1998: 2-3), partindo do pressuposto que a um maior desenvolvimento literário, em termos individuais, grupais e comunitários corresponde a uma maior liberdade de opção e mais elevadas oportunidades em termos socioprofissionais e socioculturais^[21].

O autor identifica os operários têxteis do Vale do Ave como pessoas pouco escolarizadas ou analfabetas, concentradas no uso de teares manuais, o que remetia o trabalho no sector têxtil, não só para um alto patamar de especialização mas sobretudo, para um elevado nível de esforço físico, daí saindo produção de bens destinados “fundamentalmente a um mercado nacional pouco exigente e com poucos recursos, o que não implicava grandes investimentos do ponto de vista das máquinas e dos processos de produção, nem a existência de uma mão-de-obra especializada” (Guimarães, 1998: 153), fatores que impõem, desde logo, uma fraca noção de exigência profissional com as consequências que tal representação transporta para as necessidades individuais de formação.

Apesar do esforço legislativo da I República no combate ao analfabetismo, o Vale do Ave acompanhou o resto do país num previsto insucesso uma vez que “nas escolas se continuava a privilegiar a instrução, ensinar a ler, escrever e contar” o que não permitia um “progresso efetivo em termos educacionais da população portuguesa” (Guimarães, 1998: 153). Quando

21 Não é esse o sentido de independência profissional que Marques (2005) encontrará, alguns anos mais tarde, num inquérito aplicado aos trabalhadores de duas unidades têxteis do Vale do Ave. Pelo contrário, a autora vai deparar com um esvaziamento de saberes e competências de ofícios que outrora se constituíam mediante muitos anos de aprendizagem num tipo de desvalorização extensível a muitas outras funções e que, pela melhoria tecnológica, são transformados em meros operadores e os conduz à perda do controlo do processo de trabalho. Mesmo os mais jovens, apesar de terem mais tempo de escolaridade, submetidos a tarefas de pouca ou nenhuma complexidade e, por isso, facilmente substituíveis, descobrem-se numa posição fragilizada e da qual, porventura, ao contrário do passado, não vale a pena investir por não ter futuro. Na representação do trabalho a autora vai verificar que 90% dos trabalhadores valorizam a destreza manual como uma das principais características do seu posto de trabalho, aferindo-se daí uma desvalorização “das exigências mentais e das necessidades de aprendizagem assumidas” (Cf. Marques, 2005: 195).

em 28 de Maio de 1926 Salazar chega ao poder a taxa de analfabetos em Portugal era de 61,8%^[22].

A partir desta data a forma de discutir o problema da educação alterou-se deixando o analfabetismo de constituir um problema, pelo contrário passou a ser um sustentáculo ideológico a partir do qual “alguns dirigentes políticos defendiam ser preferível manter o povo na ignorância, uma vez que dela decorriam a docilidade, a modéstia, a paciência e a resignação” (Guimarães, 1998: 100). Em pouco tempo foi reduzido o tempo de escolaridade obrigatória, acompanhada da “extinção do ensino primário complementar” e “encerramento das escolas normais superiores” passando a escola a ser vista como uma agência de doutrinação moral e política e um instrumento de controlo social.

No período pós II Guerra Mundial, fruto de desenvolvimento industrial e da alteração de equipamentos, nomeadamente substituição de teares manuais por teares mecânicos, levaram à exigência de indivíduos trabalhadores que se pudessem adaptar a tarefas mais especializadas (Guimarães 1998: 154). Porém, só aparentemente níveis mais elevados de habilitações literárias concorreram para a melhoria sociocultural na medida em que “os processos de alfabetização foram instrumentalizados durante o Estado Novo, tendo reduzido a educação à instrução e doutrinação”. E conclui o autor que “a valorização da cultura escrita e da escola que transparece pelos mais elevados níveis de habilitações literárias dos operários” (*Idem*) contém, na verdade, uma diminuição estrutural fruto da instrumentalização, o que não permite dizer que se tenha registado algum desenvolvimento sociocultural no Vale do Ave. Consequentemente, “os baixos salários que caracterizavam o trabalho na indústria têxtil, tal como as relações entre operários e patrões, levam-nos a pensar que estes processos de escolarização e desenvolvimento industrial promoveram a conformidade dos indivíduos” (*Idem*), espalhando, no tecido social, uma perspectiva diabolizada do conflito e da luta pela existência de direitos do trabalho.

22 Um eloquente quadro descrito por Rómulo de Carvalho (1986: 716) é elucidativo: “Os números esclarecem a situação da sociedade portuguesa diferenciada com maior nitidez. Começa porque de toda a população portuguesa em idade escolar não chegava a um terço da fracção que se sentava nos bancos das escolas (...). Algumas centenas de milhares de crianças, mesmo no termo da I República, ficavam condenadas a um analfabetismo total, à precária vida económica dos campos e à emigração. Desses, menos de um terço que recebia, nas escolas, as primeiras letras, 4 em cada 100 (menos ainda em 1930 do que em 1910) ingressavam no liceu. Dos 96 restantes grande parte reduzir-se-ia à capacidade de soletrar as cartas dos seus ausentes e rabisar as suas. Dos 4 em cada 100, uns tantos privilegiados alcançavam a Universidade e iam construir a fina-flor da Nação de onde saíria o poder do Estado com interesses inconfessados na conservação do sistema” (Cf. Guimarães, 1998: 100).

Esta conformidade é retratada, por contraposição, na forma como se empenharam diferentemente os operários têxteis do Porto na defesa dos seus interesses de classe. Pode-se inclusive afirmar que sete anos separam a maior e mais importante greve proletária verificada e a mais mal sucedida tentativa de reivindicação têxtil ocorrida em Portugal. A primeira aconteceu no Porto em 1903 e serviu para demonstrar um estado avançado de união na classe operária local. A segunda teve origem em Negrelos, Santo Tirso na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, com resultados péssimos, denotando claramente não só a inexistência de coesão entre o operariado do Vale do Ave, mas também uma estratégia centrada em formas vincadamente campesinas de organização social.

Antes dos acontecimentos do Porto ilustre-se aqui com o sucedido em Gouveia em Agosto de 1902, acontecimento que pode ser considerado precursor das greves reivindicativas, quando 800 tecelões decidiram encetar uma greve exigindo melhores rendimentos (Mónica, 1986: 156-205). Perante o excesso de mão-de-obra, os patrões tentam recrutar “amarelos”, o que não conseguem, porque as traições são poucas. Olhados como inimigos e amedrontados pela coesão demonstrada pelos operários os patrões exigem a intervenção do Governo e a presença da tropa porque entendem estar perante “uns terríveis selvagens” (*Idem*, 1985: 175). O que é pública e sumariamente desmentido por um manifesto onde os tecelões defendem-se, acrescentando a carta que haviam enviado aos patrões dias antes e que dizia das suas intenções^[23]. Após um sem número de peripécias e insucessos vários, a 17 de Setembro uma multidão próxima das 2.000 pessoas é recebida a tiro vindo a morrer dois tecelões. Mais tarde, em Novembro, uma Comissão operária é recebida pelo Presidente do Conselho ouvindo deste a sua impossibilidade de algo fazer uma vez que já havia falado particularmente com os patrões e nada conseguido. Inesperadamente, no fim de Novembro, os patrões cediam e davam-lhes o reivindicado, não sem antes, contudo, se proceder ao despedimento de 22 pessoas.

Logo a seguir, em Maio de 1903 rebentaria no Porto aquela que ficou conhecida como a maior greve havida até aí, com cerca de 30.000 participantes (Mónica, 1986: 177). Foi uma greve que provocou um sobressalto em toda a classe do poder tendo sido, inclusive, motivo gerador de um relatório do embaixador britânico. As reivindicações partiram dos tecelões

23 Rezava assim a carta: “A nudez das nossas mulheres e filhas é que nos leva junto de V.Ex^a. a suplicar-lhe que nos haja por bem atender, porque nós não queremos barulhos nem revoluções, mas sim vimos pedir que sejamos atendidos à boa paz, pois só a nossa mesquinha vida e a pobreza da nossa família nos obriga e este pedido” (Cf. Mónica, 1986: 176).

locais que exigem um aumento do seu salário. A estratégia demonstra um nível elevado de organização onde não falta a distribuição de um manifesto à população explicativo dos motivos da sua luta conseguindo a adesão de praticamente todas as oficinas e todos os operários, à exceção dos tintureiros. Persuasivos, convencem os rurais a não acreditarem na conversa dos patrões e, desta forma, impedem o aparecimento de fura-greves. Unidos, através de piquetes, impedem as tecedeiras rurais de entrar no Porto para vender os seus panos, melhor ainda, impõem aos patrões a afixação de um aviso informando que enquanto durar a greve não há fornecimento de matéria-prima. Com modos rudes obrigam ainda os tecelões da indústria caseira a paralisarem.

À reivindicação de melhores salários, os tecelões manuais pedem a “criação de ‘diplomas’ que impeçam os patrões de recrutar trabalhadores desqualificados, o cumprimento da legislação laboral e o fornecimento de acessórios pelos patrões e (...) menos horas de trabalho” (*Idem*, 178). Os trabalhadores mantêm-se firmes mesmo quando “os patrões mecânicos aceitam pagar pela tabela máxima a vigorar numa das empresas” (*Idem*).

Os operários portuenses aguentam a greve mais tempo do que aquilo que os patrões imaginam. Estes, desesperados, recorrerem a “amarelos” o que provoca cenas de tiros. Apesar de não se registarem mortos como em Gouveia, são presos 200 operários colocados num navio fundeado no Douro. A união dos resistentes parece dar-lhes mais força, acabando por contagiar as fiandeiras que se juntam solidariamente aos seus irmãos denunciando “os patrões que se pavoneiam pelas ruas do Porto de charuto na boca enquanto os operários de estoiravam de fome” (*Idem*), clamando por Oliveira Martins. A resistência dos tecelões ganha adeptos e, em finais de Junho, cerca de 40.000 operários, desde chapeleiros a sapateiros, incluindo tanoeiros, metalúrgicos, entre outros paralisam. Mesmo a igreja católica, normalmente ortodoxa e ausente e posicionada ao lado do poder, critica severamente os patrões que não pagam o que devem aos operários.

Após conversações, a 24 de Junho, é assinado um acordo que melhora salários e horário de trabalho. Os operários não conseguem os seus verdadeiros intentos, a concessão de certificados em forma de diplomas, o que leva a que não desistissem dos seus propósitos mesmo quando os patrões avançaram para aumentos de 10%. Porém, esta é uma luta inglória porque todos os patrões se recusarão a assinar a criação de diplomas profissionais. Apesar de tudo, durara três meses a maior greve do proletariado português, representando um marco com dupla face: por um lado, os operários portuenses demonstravam quão longe era possível levar uma luta em busca

de direitos mais justos. O reverso da medalha desta rebelião traduz-se, em termos muito práticos, na transferência do capital investido do Porto para o Vale do Ave.

Em Junho de 1910 mais de cinco mil operários do Vale do Ave entram em greve (Mónica, 1986: 186-187). Os operários têxteis da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, em Negrelos (Santo Tirso), seguidos por operários de outras unidades “reivindicam salários e horários iguais aos dos operários do Porto, o saneamento dos chefes, a abolição dos castigos corporais e ainda, o que revela a sua maior dependência, que o patrão não os obrigasse a ir votar” (*Idem*: 186). Perante a recusa da direção da fábrica, os operários dividiram-se e, revelando todo o amadorismo de quem não sabe lidar com a situação, centenas de grevistas reúnem-se num campo de milho para discutir freneticamente o que fazer. No meio da algazarra, sem que alguém se fizesse entender, e concluindo-se pela impossibilidade de chegarem a algum consenso, os delegados sindicais do Porto partem desiludidos com os seus colegas do Vale do Ave. Estes, confusos e baralhados, dividem-se entre os que querem trabalhar e os que não permitem que aqueles o façam, o que resulta numa luta entre colegas.

O sentimento da luta pelos seus direitos e as estratégias usadas têm pouco de proletariado seguindo os princípios bravios campesinos. É assim que um grupo de homens, mulheres e crianças parte em direção a Pevidém “munidos de cacetes e à frente um tambor” (*Idem*) anunciando-se intimidatoriamente, sendo recebidos com a barragem do caminho imposto pelos patrões. A luta extrema-se e os operários pevidenses cortam as correias de transmissão das fábricas, acabando por aderir à greve, apercebendo-se logo a seguir “da intransigência dos patrões” (*Idem*) o que leva, pouco a pouco, todas as aldeias aderentes a regressarem ao trabalho.

Uma réstia de contestação haveria de desabrochar, quando os trabalhadores das quatro fábricas de Pevidém se declararam em greve. Desta vez, os patrões cedem no que diz respeito aos horários. Uma reunião entre os industriais e os operários, realizada em plena estrada com a presença do secretário do governador civil, de um capitão e do administrador do concelho impõe a vontade dos patrões: não há aumento salarial. Terminava ali a primeira experiência grevista do Vale do Ave com o grupo de operários remetidos à sua condição inferior.

Esta mal sucedida tentativa de greve no Vale do Ave, se outras consequências não teve, permitiu pelo menos observar de que lado estava a força da incipiente indústria têxtil. Os patrões eram, sem dúvida, o elemento forte desta relação, tendo os operários percebido qual o seu lugar nesta meça de

forças com os detentores do capital. A força de trabalho, apesar de constituir um dos elementos mais importantes para a fixação da indústria têxtil no Vale do Ave, nomeadamente pela destreza técnica granjeada na manuseio do linho, não percebiam, ou não tinham consciência do seu valor.

Existem aspetos socioeconómicos a ter em conta nesta detenção do poder que importa ter presente, uma vez que se fala menos em coligações de patrões do que de empregados e essa parece ser a explicação para que os patrões sejam geralmente bem-sucedidos, ao contrário dos trabalhadores que recorrem a uma série de estratégias baseadas no que Smith designou por “clamor e desacato”, o que permite aos patrões colocarem-se no lugar da vítima e daí obterem vantagens, clamando o auxílio das autoridades (Alves, 2002: 112-125). Por outro lado, porque têm o poder económico, têm também maior capacidade de resistência na medida que podem sobreviver mais tempo sem o trabalhador do que este sem o trabalho regular, cuja posse é, em último caso, do patrão. Além disso, os patrões forçam a manutenção de uma espécie de acordo tácito, constante e uniforme “tendente a que os salários se não elevem para além da taxa que vigora no momento” (Alves, 2002: 113). Desta forma, apesar de todo o sistema salarial ser construído na perspetiva do cruzamento entre a lei da oferta e da procura, a verdade é que este mercado de trabalho não se constitui numa concorrência perfeita, uma vez que a procura é sempre grande e a oferta sempre manipulada por quem detém poder.

Acresce ainda o facto dos patrões se encontrarem numa situação de maior capacidade de pressão política, fator correlacionado com a menor capacidade de organização dos operários. Esta análise, seguidora das teses de Adam Smith, apesar de contar com mais de duzentos anos, persiste tanto no Vale do Ave de ontem como no de hoje, na medida em que na região se pratica uma espécie de mercado natural olvidando-se e ultrapassando-se as leis do trabalho, prevalecendo as regras impostas pelos patrões, o que é reflexo não só do incipiente movimento sindical mas também da feminização a que corresponde a força laboral do sector têxtil. Esta submissão ao poder imposta pela parte detentora do capital será a justificação para a pouca apetência e apetite sindical dos operários do Vale do Ave.

Apesar de tudo, convém manter presente que a atitude acrítica dos trabalhadores do Vale do Ave nunca foi bem vista por associações operárias portuenses nem por associações patronais que acusaram o Vale do Ave, no seu conjunto, de uma situação de concorrência desleal em relação às empresas do meio urbano. Nesta perspetiva, as empresas do meio citadino estariam perante um condicionamento, “uma vez dependentes de uma

mão-de-obra irrequieta, que atuava segundo princípios de consciência de classe e de ação coletiva” (*Idem*, 119), a que se devia atender ainda ao facto de que, situando-se próximas das instâncias públicas fiscalizadoras, estariam mais sujeitas a inspeções do trabalho, resultando desta situação um encarecimento do fator trabalho, saindo favorecidas as unidades do Vale do Ave, “com reflexos imediatos nos preços dos produtos” (*Idem*, 121). A ideia de que os trabalhadores operários do Vale do Ave constituíam-se sob uma condição conformista e não reivindicativa, cedo ganhou propriedade sendo aproveitada pelos empresários que, também por isso, passaram a procurar localidades campestres, distantes de um meio mais informado e rebojoso como é o meio urbano, para instalarem as suas indústrias.

2.1.3.2 *Do campo para a fábrica*

Trabalhar terra arável, arrendada ou própria, constituía o desejo marcadamente presente no imaginário do homem do Vale do Ave. Fosse porque tal representava o trabalho do linho e que permitia ao homem resolver a sua primeira necessidade e cobrir-se para se manter “um animal de sangue quente” (Verret 1979: 12), fosse porque tal constituía um investimento palpável, visível, seguro. Esta noção quase primária da relação com a natureza, que este homem conseguia dominar, não deixava dúvidas que a posse de terra anulava uma grande parte das incertezas da sobrevivência. A tradição, assim como a prática materializada das coisas, dizia-lhe que a terra tudo dá e que é daí que tudo se obtém. Por isso, quando houve a introdução de modos de produção diferenciados do usual da agricultura no seu espaço, não houve uma adesão genérica deste homem do campo, crente nos valores da terra e imbuído de ideias profundamente enraizadas no *húmus*, numa nova forma de obter ganhos para a sua sobrevivência. A ideia sempre presente neste passado, nem por isso muito longínquo, centrava-se na auto-suficiência, pelo que o recurso à família constituía, em si própria, uma unidade de produção que, a todo o custo, devia manter-se umbilicalmente ligada à casa e à terra como meio de realização económica, traduzindo-se a sua perpetuação como o mais profundo dos alicerces do tecido social.

O centramento identitário do Vale do Ave manteve-se quase sempre ligado ao campo e à vida aí produzida, a que assistia uma obrigação reprodutora. Evitava-se a todo o custo o desmembramento da propriedade agrícola, orientando toda a família para uma estratégia de manutenção da relação de produção em casa. Tal estratégia era tida como uma autoimposição do dono da casa, o lavrador patriarca, que tinha como obrigação encontrar no seio da

família alargada, em geral com uma boa ninhada de filhos, de onde haveria de aparecer o sucessor, normalmente o filho que melhor se adaptasse ao trabalho da lavoura. Esta imposição era levada numa conta muito séria pelo patriarca e constituía uma das suas maiores preocupações, obrigando-o bastas vezes a um tipo de atitude manifestamente egoísta dado que o seu falhanço neste campo teria consequências inimagináveis. Esta obrigação impunha por vezes estratégias de manifestação do poder paternal na determinação do destino dos descendentes, geradoras de grandes doses de conformismo e obediência forçada que chegavam por vezes a ser de violência rara. Para além da jornada longa, do trabalho duro e incessante, a casa de lavoura tinha como consequência obrigatória, para além da sua auto-suficiência, a produção de laços fortes não forçosamente entre os membros da família, mas sim dos seus membros com a materialização conseguida entretanto. Nesse tipo de estratégias os progenitores chegavam ao ponto de recorrer a táticas engenhosamente planeadas para produzir relações fortes que mantivessem os filhos ligados à casa agrícola. Conseguir “amarrar”^[24] os membros da família ao grupo doméstico, especialmente aquele que se mostrava mais talhado para as tarefas do campo, era um fim a que os progenitores se submetiam com aturada mestria, sendo demonstrativo do valor que a «casa» representava na estratégia coletiva que condicionava e se submetia todo e qualquer plano conjugal ou individual (Wall, 1998: 195).

Estudando as relações que se estabelecem internamente nas famílias do campo em duas freguesias de Famalicão^[25], Karin Wall vai encontrar, no final do século XX, aspetos das relações sociais que embora enraizados nos modos de produção da vida quotidiana do campo, estão num processo de mudanças fruto da desvalorização das terras enquanto meio atrativo de sobrevivência e da fuga dos assalariados agrícolas e dos caseiros para as fábricas e para o estrangeiro. Novas realidades caracterizadas pela concorrência, flutuações cambiais, formulação de preços e disposições legais comercialização impõem “recomposições que trouxeram para o vale do Ave as novas fórmulas de organização produtiva” (Wall, 1990: 214). A escassez produzida pelo minifúndio agrícola opera mudanças nos comportamentos na relação com o trabalho e, principalmente com o rendimento que o campo proporciona. A sobrevivência deixa assim de residir na agri-

24 A expressão “amarrar” é usada numa entrevista feita pela autora onde a entrevistada explica como o filho “não queria ficar, queria até ir estudar. Mas nós tentámos amarrá-lo. Entretanto ele tentou tirar um curso à noite, mas não conseguiu. Então ficou. Foi difícil mas conseguimos amarrá-lo” (Cf. Wall, Karin 1998, p.208).

25 Lemenhe e Gondifelos, freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão.

cultura para passar a observar-se também no trabalho assalariado nas fábricas, mantendo-se a tradição domiciliária, estabelecendo-se uma espécie de aliança que estimula a dupla atividade^[26]. Como refere Alves “uma das características do tipo de industrialização algodoeira que se vai fixar no vale do Ave é a compatibilização da indústria fabril com as estruturas minifundiárias da região, permitindo que as famílias camponesas possam aceder ao salário industrial por parte de alguns dos seus membros, sem terem de abandonar o amanho dos acanhados terrenos agrícolas que garantem uma parte da subsistência” (Alves, 1999: 6). Estabelece-se assim uma extensão linear entre as duas formas de ocupação, uma exercida no plano doméstico e outra submetida à oferta do exterior. Esta interligação funcional tornou-se numa noção presente na economia doméstica da classe trabalhadora do Vale do Ave.

Por esta altura “a família de lavradores adota novos critérios acerca do nível e do modo de vida levando-os a repensar os principais fatores de produção da vida familiar e a estabelecer novas relações entre eles” (Wall, 1998: 193). Perde-se a ideia de autossuficiência e abandona-se o pensamento de antigamente em que era pobre quem não trabalhasse terras. Nos dias de hoje, apesar de manter-se o estatuto elevado do possuidor de terra, a agricultura por conta própria já não é considerada num nível superior de sobrevivência uma vez que não é necessário possuir ou trabalhar terras para se ter de comer.

Aliviaram-se assim os *nós* que amarravam os indivíduos ao trabalho da terra, libertando-os para outras atividades mais desligadas do contexto sócio histórico. Por detrás desta perda de intensidade dos *nós* encontram-se novas facilidades na mudança das características da forma de abordar a agricultura enquanto atividade – nomeadamente no abandono da atividade agrícola a tempo parcial – e do avanço da sociedade semi-industrial contemporânea. Estas, já não promovem uma ligação intensa à casa agrícola na medida em que se tornou fácil o acesso a uma pluralidade de oportunidades sem necessidade de ir para o outro lado do mundo. Na verdade, ser-se independente, mudando da agricultura para outra atividade, não requer distanciamento da casa, basta mudar.

26 Quando se fala no Vale do Ave, invariavelmente depara-se com a questão da pluriatividade que se estabeleceu na região. Por pluriatividade, a generalidade dos autores pretende dizer que, a par da agricultura, foram mantidas várias outras atividades. Ora, no caso do Vale do Ave, parece-nos configurar um caso em que verdadeiramente não houve essa variedade de escolhas por parte dos agricultores. Por outro lado, no Vale do Ave estabeleceu-se uma inversão desta noção traduzida no facto de que a fábrica foi sempre tida como forma de alcançar um excedente para recompor a economia doméstica (Cf. Lima, 1986, 2007).

2.2 DISCURSOS DA SOCIEDADE INDUSTRIAL NUMA SOCIEDADE FABRIL

2.2.1 *Barreiro e Guimarães – uma comparação sempre a propósito*

Durante muitos anos alimentou-se a ideia de uma complementaridade entre a indústria e a agricultura no Vale do Ave. A ideia da complementaridade funcionaria como defesa dos seus habitantes nos momentos de crise da indústria têxtil. No caso, a agricultura seria uma espécie de reserva a que os nativos se socorriam estrategicamente mantendo assim uma atividade no campo, para onde, à partida seriam orientadas todas as suas atenções. Os rendimentos obtidos na fábrica seriam uma espécie de complemento do rendimento agrícola. Teria, por isso, a função de excedente na casa agrícola.

Como já vimos noutro Capítulo, a história do Vale do Ave é uma história de sobreposição de atividades e de uma quase imobilidade social. Não estamos perante uma sociedade de ruturas, mas sim numa sociedade muito lenta na absorção da novidade. Ana Nunes de Almeida (1993) apresenta o caso de Guimarães como oposto ao Barreiro na forma em que se estabeleceu a industrialização. Uma das questões abordadas pela autora nesta verificação dicotómica centra-se no facto de não se ter dado um aumento da população urbana na região vimaranense nem de se ter verificado um fluxo migratório tão intenso como acontecera no Barreiro. Aí, entre 1900 e 1981 a densidade populacional aumentara de 219 para 2.598,20 habitantes por quilómetro quadrado (onze vezes mais), enquanto a nível nacional apenas aumentara de 56,50 para 105,00 (duas vezes mais). Não há dúvidas que o desenvolvimento industrial vimaranense possui razões históricas que remontam “primeiro, ao trabalho do linho, e posteriormente à implantação da indústria têxtil algodoeira” (Almeida, 1993: 26) e que explicam a formação de um tecido social com variáveis muito diferentes da sociedade Barreirense.

Uma dessas variáveis com um efeito demolidor é a dispersão. A autora chama a atenção para o facto das indústrias têxteis e da confeção e vestuário ocuparem em 1981 mais de 49% da população vimaranense o que, inclusive, pode gerar alguma confusão de análise na medida em que “este tecido industrial é do tipo difuso” (Almeida, 1993: 26)²⁷ misturando-se no espaço, o que corresponder a dispersão do povoamento à dispersão dos locais de trabalho,

27 Não só o tecido industrial se apresenta difuso mas também todo o seu tecido social. A partir das freguesias de Lordelo, Moreira de Cónegos e Serzedelo, Elisabete Rodrigues estudou este tipo de território, a seu ver caracterizado por uma “multifuncionalidade de espaços com capacidades catalisadoras de unidades produtivas e de população”, tendo concluído que “a mobilidade que se regista nesses locais altera o formato de ocupação, dotando-o de lógicas urbanísticas e económicas complexas e distintas do seu formato original” (Cf. Rodrigues 2007: 143).

onde “as empresas, de médio ou pequena dimensão, com fraco enquadramento técnico ou terciário, penetram sem destruir, o meio rural” (*Idem*). Na génese deste povoamento difuso está o modo particular como se gerou a industrialização no Vale do Vale que, como já referimos atrás, se estabeleceu a partir da sobreposição à indústria artesanal do linho e todas as vicissitudes do seu tratamento até chegar à fase final de comercialização. Este modo particular de conceber explica o motivo por que a curva de crescimento demográfico no que toca aos vimaranenses se manteve moderada. Em todo o Vale do Ave o processo industrial não consegue arrancar os indivíduos das suas lógicas ligadas ao modo de produção no campo que, em geral, se traduziu – e continua a traduzir-se – numa acentuada ausência de mobilidade. Produziu-se a partir deste imobilismo social um fenómeno inverso àquele que se verificou noutras regiões onde nas primeiras décadas do século XX, se deu um movimento migratório intenso para as cidades. Dá-se então uma improvável inversão que autoriza a afirmação de que, ao contrário de toda a lógica, no Vale do Ave é a indústria que vai ao encontro da mão-de-obra e não o inverso, como seria de esperar.

Tabela 2.1 – População residente nos concelhos de Guimarães e Barreiro (adaptado de Almeida, 1993 e INE – Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001)

Anos	Guimarães				Barreiro			
	H	M	Total	Δ (%)	H	M	Total	Δ (%)
1864	21.284	25.591	46.875		2.483	2.060	4.543	-
1878	20.228	24.825	45.053	-4	2.551	2.292	4.843	7
1890	23.037	26.658	49.695	10	2.755	2.681	5.436	12
1900	25.241	29.354	54.595	10	4.177	3.667	7.844	44
1911	27.560	31.437	58.447	7	6.510	5.693	12.203	55
1920	25.989	30.242	56.321	-4	7.742	7.267	15.009	23
1930	30.676	33.310	63.986	13	10.827	10.215	21.042	40
1940	30.616	42.504	82.120	28	13.305	12.799	26.104	24
1950	46.984	50.080	97.064	18	14.760	14.959	29.719	14
1960	56.530	59.742	116.272	20	17.289	17.799	35.088	18
1970	58.220	62.925	121.145	4	28.615	30.440	59.055	68
1981	71.597	75.362	146.959	21	37.211	38.771	75.982	29
1991	70.639	73.345	143.984	-2	41.863	43.905	85.768	11,4
2001	78.212	80.685	158.897	10	38.283	40.729	79.012	-7,9

Enquanto no Barreiro o crescimento populacional é proporcionado pela chegada de indivíduos vindos de fora do concelho, em Guimarães, tal fenómeno não se passa, antes pelo contrário. Mantém-se uma impressionante homogeneidade no que diz respeito à entrada de população migrante “característica que Guimarães parece conservar ainda hoje” (*Idem*: 27). Nas duas sociedades em análise existe uma comprovação do sentido dos encontros: em Guimarães a indústria vem à procura de mão-de-obra, enquanto no caso do Barreiro a mão-de-obra vem do exterior à procura de emprego na indústria química e corticeira.

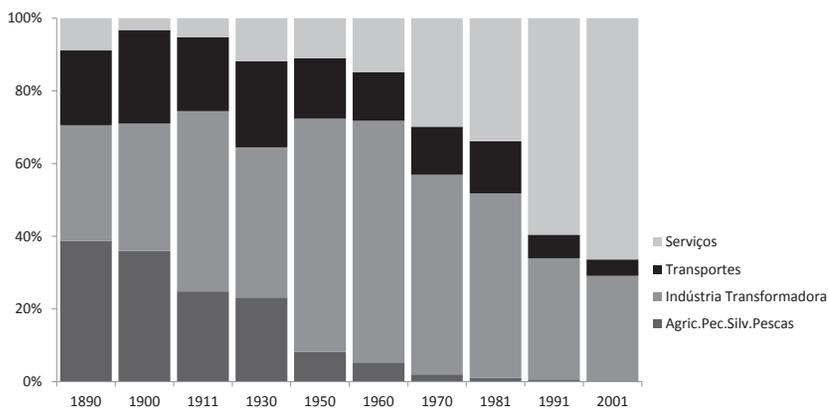
Como já vimos atrás, o capital disponível para o avanço da industrialização no Vale do Ave tem, na maior parte dos casos, proveniência no Porto, local de onde a indústria têxtil deu os seus primeiros passos no final do século XIX. A esse capital, geralmente atribuído aos «brasileiros»^[28] juntam-se alguns técnicos especializados franceses e ingleses que se propõem junto desse capital disponível avançar com fábricas das quais, entretanto, se tornam gerentes. Estas são instaladas junto aos cursos de água por forma a ser aproveitada a força motriz, geradora de energia elétrica, mas também junto da mão-de-obra que, séculos antes, também se instalara junto desses cursos de água para assim poderem cumprir com uma das mais demoradas fases do linho^[29].

28 Emigrantes regressados depois de fazerem fortuna no Brasil.

29 O trabalho do linho passa por doze fases desde o cultivo até se tornar num fio pronto a tecer, a saber: semear, arrancar, ripar, enriar, secar, malhar, macerar ou moer, espadelar, assedar, fiar, barrelar, dobar e tecer. A quarta fase de trabalho denominada “enriar”, consiste em apertar as manadas de linho já ripado em molhos que, então, são levadas para o rio para aí se fazer o curtimento. O linho é submerso na água durante seis a oito dias, a fim de separar as partes lenhosas do caule das fibras que vão ser utilizadas como têxteis. Um trabalho facilitado e tornado possível pela proximidade de um rio ou ribeiro.

Tabela 2.2 – Naturais do próprio distrito de residência (%), Barreiro e Guimarães (adaptado de Almeida, 1993 e INE – Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001)

Anos	Barreiro	Guimarães
1880	88.6	97.5
1900	80.1	95.4
1911	72.0	95.4
1920	71.1	96.0
1930	72.9	97.5
1940	62.2	93.9
1950	55.1	93.9
1960	52.7	96.2
1981	42.9	91.8
1991	47,0	90,1
2001	56,3	88,3



a) Barreiro

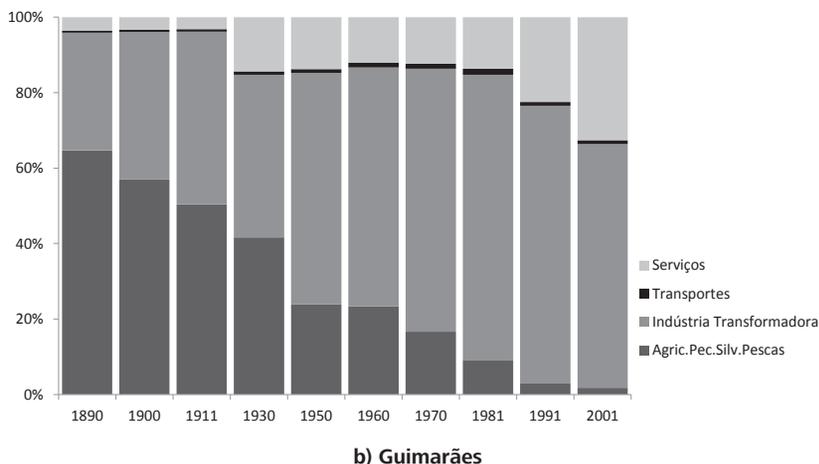


Figura 3.1 – A população ativa com profissão nos principais ramos de atividade económica: a) Barreiro; b) Guimarães (a partir de Almeida, 1993).

No Barreiro, até à década de 60, o crescimento imparável da indústria transformadora vai absorver por completo as atividades de agricultura e pescas. “O avanço do sector industrial significa o recuo definitivo do sector primário” (*Idem*: 30). Como já vimos atrás, em Guimarães não se dá uma substituição de um sector por outros, mas sim uma sobreposição da mesma atividade fundada no fiar e tecer que, predominando e estendido no tecido social, será responsável por uma experiência prática, geradora de uma especialização muito concentrada.

De facto, existe no concelho de Guimarães uma evidente e genérica especialização industrial, com a indústria têxtil a ter um comportamento quase hegemónico em relação aos outros ramos industriais, chegando a empregar mais do que 60% da população.

Mesmo o ramo dos transportes, área de negócio reveladora da predisposição social para a mobilidade, é manifestamente presente na atividade da população do Barreiro mas de uma grande insignificância no concelho vimaranense. Aliás, a predisposição para a mobilidade geográfica é também comprovado pela percentagem de naturais residindo no seu distrito de origem. Em 1981, 58% da população trabalhadora do Barreiro tinha nascido no exterior do distrito de Setúbal, enquanto em Guimarães, no mesmo período, 92% população ativa tinha nascido no interior do distrito de Braga.

Esses números são tanto reveladores se tivermos em conta que vinte anos depois, em 2001, fruto da menor dinâmica industrial e consequente abandono populacional sofrido pelo Barreiro, a sua população trabalhadora aí nascida tinha subido para 56%, enquanto, pelo inverso, os vimaranenses ativos naturais do próprio distrito tinham passado a apenas 88,3%. Este crescimento do número de estrangeiros – no sentido etimológico do termo – é explicado pelo abandono da agricultura em distritos fronteiriços e a natural procura do meio industrial como atividade de excelência. Este facto explica, por exemplo, que em 1991, a população vimaranense adstrita à atividade industrial tenha sofrido uma variação de 12,7%.

Estes dados permitem-nos inferir a ideia de que os operários vimaranenses estão colocados numa situação mais vulnerável, uma vez que “a forte especialização industrial de Guimarães em torno de um único setor sugere, à primeira vista, que a sobrevivência da comunidade operária local se encontra extraordinariamente dependente das fases de expansão ou recessão do ramo têxtil” (Almeida, 1993:32). Apesar disso, em fases de recessão o papel e a “presença constante do trabalho nos campos que a forte especialização industrial não desmantelou” (*Idem*) pode ter sido crucial, na medida em que a “fragilidade da condição operária é amortecida pelas alternativas económicas que a presença da propriedade agrícola familiar oferece” (*Idem*).

A última década tem evidenciado a decadência da sua indústria tanto no Barreiro como em Guimarães. Em 2001 apenas 28,7% da população local estava ocupada na indústria transformadora, enquanto em 1960 essa mesma população cifrava-se em 56%. No caso vimaranense, a ocupação na indústria transformadora cresceu exponencialmente até aos 73,7% da população atingindo o seu auge em 1991. Os censos de 2001 demonstram que durante a última década do Século XX a atividade industrial começou a perder atração acolhendo 64,5% da população ativa. Em contrapartida, a área de serviços entrou em franco desenvolvimento passando a ocupar 66,2% da população no início do século XXI. Mais lenta na absorção do terciário, a sociedade vimaranense tem assistido desde 1981 a um pequeno crescimento da atividade populacional ligada aos serviços, verificando-se uma variação de 11% em cada dez anos, cifrando-se, em 2001, nos 32%. Uma rápida leitura visual ao gráfico (figura 3.1b) que aqui se apresenta permite aferir a gradual substituição do secundário pelo terciário. Depois da sobreposição da indústria à agricultura, eis que presentemente se assiste a um crescendo sobreposicionamento dos serviços sob a indústria.

2.2.2 *Industrialização e fabrilização*

A cientista social Maria Otília Lage (1995) deteve-se no estudo de um caso no modo português da industrialização, uma comunidade em vivência na linha de fronteira entre tradição e inovação^[30]. Neste trabalho, a autora centra o seu estudo no mundo «social fabril» e o respetivo enraizamento num «mundo rural», “marcado por intensa mobilidade geográfica e pela predominância da pluriatividade, tentando, a partir do cruzamento de informação demográfica organizada com outras fontes históricas e informação oral” (Lage, 1995: 4), uma aproximação à ação quotidiana, à complexidade e singularidade da história dos indivíduos, perspetivando a passagem de esquemas tradicionais de organização social para o mundo complexo de hoje.

Também esta autora dá conta de um espaço construído sob determinadas particularidades que, regra geral, constitui uma certa malha dispersa sob “uma fragmentação da propriedade fundiária, fator que parece ter contribuído para a densificação da rede viária e a dispersão das construções” (Lage, 1995: 29), o que é resultado de uma grande variedade de estilos e experiências arquitetónicas e urbanísticas. Nesses espaços subsiste quase sempre a mesma abordagem na ocupação territorial, predominando uma parcela de terreno destinada à agricultura, ou então a ocupação dessas parcelas com construções dissimuladas que na verdade albergam “chafarricas”^[31] quase sempre localizadas junto a moradias unifamiliares, constituídas por uma parte habitacional no andar superior e compartimentos para finalidades várias no piso inferior, utilizações que dotam a célula básica numa polifuncionalidade.

Com base em Mendes (1994) e Nunes (1994), Lage (1995: 85) vai notar que as iniciativas empresariais não podem ser explicadas sem atender às estruturas produtivas locais. Porém, este aspeto não é possível ser compreendido sem que consideremos os mecanismos sociais locais de formação de poupança. Essa especificidade entronca nas relações económico-sociais de acesso aos recursos, geralmente provindos da família mas também os de

30 O trabalho de Maria Otília Lage situa-se num concelho com “características de enquadramento do Médio Ave”, um espaço de encruzilhada entre o Vale do Ave, Vale do Tâmega e o Vale do Sousa, sendo admitido que “desde 1979, seja preponderante o recurso a uma agricultura a tempo parcial” (Lage, 1995: 19). A freguesia onde decorre o estudo caracteriza-se por um contexto de encruzilhada, uma zona de transição aos mais variados níveis, o que sugere um *espaço de fronteira* desde as suas características físicas e populacionais até às de natureza histórica.

31 Geralmente um espaço contíguo à residência seja um barracão ou uma garagem, onde, apesar de inexistirem condições, se iniciaram muitas fábricas no Vale do Ave.

saber do ofício feito, ainda na mobilização de modos informais de interação e de cooperação.

Invoca por isso as mutações sociais provocadas por uma fábrica inserta numa comunidade rural, verificando então que toda a vida local, apesar de se orientar para a fábrica como se esta correspondesse um fim; nomeadamente num tipo de segurança do emprego, no estatuto dos que ali são aceites, traduz-se a partir daí num novo tipo de relação com o espaço reordenador do tipo de vida comunitária, pese embora, no que diz respeito aos hábitos, costumes, tradições e interações entre atores se manterem presentes aspetos da vida ruralizada. Estamos perante um local que deve ser tratado como uma “instância de articulação de escalas” (Lage, 1995: 84) que leva à inserção nas redes que se entrelaçam num modo singular de construção de identidades pessoais. Num primeiro momento a relação estabelece-se com a comunidade para depois se estender à fábrica, “local privilegiado de produção na era industrial, espaço de concentração e reprodução de recursos mas ainda, e sobretudo, nesse segundo momento, instância produtora das condições de reprodutibilidade da unidade familiar” (*Idem*: 85).

Gera-se a partir desta hierarquia de relações uma certa simbiose que interliga e entrecruza vários contrários – urbano/rural, industrial/agrícola, individual/social – que “influenciam decisivamente a afirmação e estabilização de um sistema onde as pessoas vão progressivamente fixando múltiplas raízes, quer pelas diversificadas oportunidades de trabalho, quer pela proximidade das coisas umas em relação às outras, nomeadamente a proximidade dos bens elementares de subsistência (produtos agrícolas), a proximidade dos locais de trabalho em relação à residência, a proximidade dos familiares, enfim, todo o sistema de proximidades em grande medida favorecido pelas assimetrias e localização em encruzilhada (...) que numa perspetiva global, contribui, inegável e contraditoriamente para a fixação das populações e o conseqüente estancamento dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros, de que afinal se está próximo” (Lage, 1995: 29).

Nessa perspetiva, subsiste a necessidade da existência de uma prioridade aos modos de construção de identidades sociais dado que estas “devem ser concebidas como realidades dinâmicas que se constroem e se deformam face aos problemas com que os atores sociais são confrontados, como formações que se não podem compreender senão examinando o seu desenvolvimento no decurso de um período suficientemente longo” (*Idem*). Paralelamente, o sentido das ações produzidas tendo por base a definição do político, coloca a estratégia daí sobressaída num campo de forças instável que é permanentemente reclassificado e reajustado, não restando

dúvidas que o exercício do poder é a recompensa dos que sabem explorar os recursos de uma situação e tirar partido das ambiguidades e tensões que caracterizam o jogo social.

O caso averiguado por esta autora assenta em alguns pressupostos particulares. Trata-se de um caso em que uma empresa praticamente se constitui no único elemento representativo da indústria. Esta empresa não só provocará uma mutação social profunda como produzirá um reajustamento e um reordenamento das vivências dos seus habitantes, no fundo, na mesma perspectiva em que praticamente todo o Vale do Ave foi submetido na invasão de várias fábricas que, como refere Almeida, entraram pelo mundo rural sem o destruir^[32]. Esta noção proporciona a dúvida sobre a aceitação e o arrumar teórico do conceito de industrialização. Em geral, o conceito declara-se na expressão *industrialização* a partir do momento em que se esteja a falar de produção mecanizada. Porém, tal como outros autores, Lage é renitente na aceitação da existência de uma industrialização *tout court*, declarada como uma existência substantiva. Ora, na verdade, o termo industrialização “encerra em si o significado de um estágio de desenvolvimento, o que, originariamente se reportou a um processo de transformação económico-social” (*Idem*: 349). A empresa em estudo não é o resultado de um processo de industrialização mas sim o resultado de um levar até ao limite o movimento de *fabrilização* “tornando-se assim, ela própria, ao longo de décadas, um «móvel imutável», isto é, um fenómeno económico e social, situado a vários títulos entre *fabrilização* e industrialização” (*Idem*). Este fenómeno perpassado pela presença da fábrica em áreas geográficas dominadas pela relação campesina, sem adesão total dos operários que lhe dão corpo e com uma noção existencial própria da vida agrícola, constituiu um traço de sociedade marcada por uma máscara da narrativa industrial, sem contudo se dar o efetivo mergulho na essência das transformações sociais impostas pela mudança do modo de produção artesanal para o modo de produção mecanizado. Resistência e fixação social no espaço agrícola, imobilidade geográfica, ausência de investimentos e melhoria nos fluxos de comunicação e rede de transportes públicos, não desenvolvimento da área de serviços à volta da indústria, tornaram a fábrica no centro de muitos indivíduos. A fábrica autora e atriz da *fabrilização*.

32 A referência ao mundo rural inviolado descrito por Ana Nunes de Almeida (1993) é concebível no quadro do seu trabalho aqui em análise e que remete para um período em que ainda não se falava nas tinturarias que vieram, mais tarde, desmentir este respeito da indústria pelo bucolismo e ambiente do campo, tingindo os cursos de água dos rios e riachos do Vale do Ave em cores dramáticas.

Apesar de carecer de provas de facto para vigorar enquanto conceitualização teórica, a autora propõe este novo conceito na medida em que o processo de industrialização é, forçosamente, mais do que a importação de um discurso ou mera existência de unidades fabris, “sem que lhes subjaza a coerência de um verdadeiro processo de profunda transformação histórico-económico” (*Idem*). A adoção do conceito de *fabrilização* em lugar do de industrialização tem a particularidade e o mérito de não nos encerrar num discurso cifrado cujos termos tende a obscurecer a especificidade do caso português, em geral, arrumado nas margens de um atraso que, sendo real não é de todo compreensível. Igualmente este termo está, seguramente, mais próximo da realidade portuguesa por congregar em si a perspectiva dos recursos contidos na fábrica mas também e, neste caso essencial, por traduzir uma não consciencialização de um novo tipo de relações do trabalhador com o trabalho que desse lugar, por exemplo, a uma consciência operária, consubstanciada no assumir desse estatuto ao ponto da atividade se impor como uma profissão socialmente relevante.

2.2.2 *A sociedade em rede e a sociedade enredada*

Surge sempre a pergunta cuja resposta poderia constituir um verdadeiro elixir da descoberta sabedora e certa: qual o início de cada sociedade observada? Onde e como começou tudo? Que determinante está na origem de certo tecido social? Que fatores históricos explicam as relações achadas e tidas como norma? O resultado destas perguntas – cujas respostas teriam o condão de simplificar e aclarar explicações permitindo explanações escorregadas sobre o tipo de relações engendradas numa certa sociedade –, escondem-se, diluídos numa espécie de lodaçal turvo onde desaparecem, no ventre de uma profundidade desconhecida, os alicerces bastante seguros de qualquer sociedade.

Explica Elias (1993) que “as sociedades não são de uma coisa de tal modo evidente; não apresentam estruturas que sejam diretamente visíveis, audíveis ou palpáveis no espaço”. Apesar dessa invisibilidade e aparente descoloração, essa imaterialidade do social, além de possuída por um certo encanto a que restam sempre certos mistérios, confere-lhe contudo determinadas regularidades que “na esfera do tempo, ou seja depois do passado e em direção ao futuro, permanecem abertas” (Elias, 1993: 31) fazendo com que um indivíduo, olhado na sua singularidade, se veja envolvido, desde o início da sua vida, “numa teia de funções com estrutura bem determinada na qual se tem de implantar, adaptando-se a ela e talvez continuar a edificar

a partir dela”, (Elias, 1993: 32) na medida em que grande parte de si e do seu percurso existencial limita-lhe a possibilidade de escolha dado que “esta depende significativamente do ponto em que ele nasce e cresce nesta teia humana, depende da função e situação do país, da formação que obterá de acordo com a mesma.” (Elias, 1993: 32).

Não existem pessoas dissociadas do ambiente construído no espaço que habitam. A força e o poder concentrados na comunidade obrigam o indivíduo a aderir aos costumes, modos de sentir e fazer sem questionar todos os seus hábitos, sendo estes a norma que se crava “nele como um cunho pessoal” (Elias, 1993:32). Gera-se assim o que se constitui como uma comunidade, expressão que unifica e realiza a totalidade e cuja semântica nos conduz para a ideia de estar numa unidade por todos comungada (Condeluci, 2002). Essa comunhão, mais do que impor-se aos indivíduos a partir do exterior e de originar a sua submissão a formas de sentir e agir, corporiza também uma espécie de causa comum que se constitui a partir de laços de dependência que interligam as “pessoas por inúmeras cadeias invisíveis, ora por ligações de trabalho ou propriedade ora por laços de instinto ou afetividade” (Elias, 1993: 32). Como observa Heinich (1997) lembrando Chartier, “trata-se de pensar o mundo social como uma rede de relações” (Heinich, 1997: 99) instituída por ligações numa malha de configurações diversas.

A reciprocidade nos atos entre os membros da comunidade parece ser o elo que estabelece as relações entre os membros desse sistema social. É desta forma que os indivíduos estabelecem entre si um sistema de trocas (Mauss, 1969) que não tem forçosamente de constituir uma retribuição mas que funda os relacionamentos e naturaliza o sentimento de obrigatoriedade dos seus membros compartilharem entre si, não só aquilo que vão elegendo como normas e valores, mas também as codificações latentes que se inscrevem nas estratégias de resposta dos indivíduos a situações anômalas.

Necessariamente este coletivo humano forma-se a partir de uma conexão de posições de uma estrutura muito específica com origens em “funções medievais relativamente simples” (Elias, 1993: 33) cuja origem não se estabelece, seguramente, em nenhuma decisão tomada livremente por parte de muitos, numa espécie de contrato social engendrado entre as partes mas sim num “fluxo contínuo de conduta” onde a “ação humana ocorre como uma *durée*” (Giddens, 2003: 3). Nesse tempo estendido os indivíduos vivem ligados uns aos outros porque realizam-se perante uma dependência funcional. Necessitam assim de estabelecer elos entre si, que formam correntes não “visíveis e palpáveis como correntes de ferro”, mas “elásticas, variáveis

e transformáveis” (Elias, 1993: 34) o que não as torna menos reais nem menos fortes.

Estamos assim perante infinitas formas de dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros. Estas podem apresentar configurações diversas tanto na sua amplitude como na sua complexidade. Há que ter em conta que o conceito de *dependências* aqui não são se traduz propriamente em relações equilibradas (Corcuff, 2001) mas sim de interdependência nas quais o indivíduo depende mais dos outros do que os outros de si. Como recorda Mondardo (2009), estamos perante sociedades projetadas “por tramas de relações sociais, de funções, de cadeias de atos a que Elias chama de «fenómenos reticulares», e que são produzidos no interior de uma rede móvel humana de relações de interdependência composta por estruturas, por cadeias, por limites e por possibilidades” (Mondardo, 2009: 3).

Para se saber qual o grau de dependência (ou de independência) de um indivíduo numa determinada rede social impõe-se a compreensão sociologia do funcionamento dessa mesma rede. Conhecer a estrutura social construída e moldada ao longo da história, nas várias vertentes estratégicas que o indivíduo tomou, ou foi forçado pelas circunstâncias a enveredar, é talvez o melhor caminho para perceber os fluxos e circuitos que inscrevem e ditam as relações.

Tendo chegado à Sociologia via Antropologia Social, o conceito de rede social, originalmente usado como metáfora, tornou-se central na sociologia na segunda metade do Século XX “constituindo-se como um domínio específico do conhecimento” (Portugal, 2007: 3) na medida em que a análise de redes sociais “capta adequadamente certos aspetos essenciais da experiência social vivida” (Harrison, 2009: 38). Desta forma podemos entender uma rede social como um conjunto de *nós* socialmente relevantes, ligados por uma ou mais relações (Carrington e Scott, 2005).

O seu sentido analítico centra-se em duas correntes: uma, emergente da Antropologia Social britânica, com preocupação orientada para uma análise situacional dos grupos e a segunda, americana, orientada para uma análise qualitativa no quadro de uma abordagem estrutural. As dificuldades dos Antropólogos em lidar com a “rigidez das propostas teóricas dominantes” (Portugal, 2007: 3) criaram alguma insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico, dado que os autores tinham muitas dificuldades em interpretar os laços mais complexos que atravessam a organização social dos sistemas sociais, uma crítica ao modelo funcionalista que autores como Giddens (2003) já haviam identificado no diagnóstico que remetia a estrutura para uma conceção dual. Esta dificuldade analítica

obrigou a antropologia a um desvio dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais, provocando o desenvolvimento e aprofundamento do conceito de *rede social*.

A determinação do conteúdo de uma rede social evoluiu de modelos quantitativos para uma análise qualitativa em que se procura analisar “as estruturas profundas que unem e separam os sistemas sociais” (Portugal, 2007: 5). A *conexidade* é o elemento cuja presença na estrutura mais se evidencia na medida em que estabelece a topologia das relações entre as partes, permitindo a distinção entre redes de *malha estreita* (aquelas onde existem muitas relações entre os seus membros) e redes de *malha frouxa* (aquelas onde existem escassos relacionamentos), estabelecendo-se que o “grau da segregação dos papéis conjugais relaciona-se com o grau de conexão da rede total da família” (Portugal, 2007: 5), isto é, quanto mais conexa for a rede maior separação existirá nos papéis.

Neste sistema de interesses configurados estamos perante um entrelaçamento de recursos que formam uma malha diversa de interações humanas. Apesar de duas linhas distintas, uma centrada sobretudo na morfologia das redes de cariz formalista, a segunda, reclamando-se de estruturalista, centra-se na relação como unidade básica, utilizando vários métodos para responder a problemas centrais da teoria sociológica.

Daí, seguindo Wellman e Berkowitz (1991), os membros da estrutura social representam um conjunto de *nós*, sendo as interconexões os *laços* desse sistema social. Nesta composição de rede social, um conjunto de ligações socialmente relevantes aproximados por uma ou mais relações, produzem *nós* onde os membros da rede são as unidades que estão ligados por relações cujos padrões são do interesse do investigador (Carrington e Scott, 2005).

Os estruturalistas associam *nós* aos indivíduos (ou grupos, corporações, agregados ou outras coletividades) enquanto os *laços* representam os fluxos de recursos, relações simétricas de amizade e transferência de relações entre os *nós* (Wasserman e Faust, 1994).

São quatro os princípios fundamentais que sustentam a teoria de redes sociais. Em primeiro deve-se ter em conta a existência de interdependência entre os atores e as suas ações. Segundo, os *laços* das relações entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais). Em terceiro, devemos considerar redes centradas no indivíduo têm nas estruturas de relações como meios que configuram a ação individual (Carrington e Scott, 2005). E por fim, os modelos de redes conceptualizam a estrutura como padrões constantes de relações entre atores.

Esta conceptualização autoriza a afirmação que, numa investigação, o ponto de partida não deve ser um conjunto de unidades independentes mas sim o “conjunto de relações que os interliga” (Portugal, 2007: 6). De outra forma não seria possível compreender a estrutura ignorando as relações que se estabelecem entre os seus elementos. É imperativo encontrar regularidades, grupos, categorizações, através da análise do conjunto de relações. É assim que a análise estrutural conduz-nos à realidade produzida pelas interações dos atores e não pelos efeitos independentes de cada um, permitindo estudar não só o modo pelo qual os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve mas também como eles o usam e modificam consoante os seus interesses.

O processo cumulativo que encerra a teoria das redes não se inscreve propriamente numa nova perspetiva nem é o resultado de nenhuma revolução no sentido que Thomas Khun lhe atribuiu. Pelo contrário, é o resultado de uma evolução continuísta, apesar de faltar à teoria das redes a hegemonia que fez o sucesso de outras escolas sociológicas. Desta forma, a análise micro e macro, tão caras às teorias sociológicas, obtêm aqui uma reconciliação que os interliga. Assim “o nível interpessoal deve prover bases para explicar atividades e estruturas de nível mais elevado” (Portugal, 2007: 9), fazendo entender, simultaneamente, o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações (Lozares, 2005), suplantando assim a dualidade simmeliana, “os indivíduos fazem a sociedade, as sociedades fazem os indivíduos” (*Idem*).

Estudos da análise de redes demonstram que as pessoas que conhecemos e aquelas que mais podemos contar influenciam o resultado das nossas vidas. Estudos dicotómicos sobre «comunidade» e as suas propagadas redes densas por oposição às imaginadas redes de fracas relações «urbanas» dizem que o urbanismo tende a produzir um estilo de vida diferente e não uma qualidade de vida diferente. A grande cidade oferece maiores oportunidades de encontro e associação entre indivíduos semelhantes, vivendo estes em metrópoles com redes mais vastas e mais densas de onde podem selecionar as suas relações, ao contrário dos habitantes das áreas rurais, cuja rede é mais estável e pouco móvel. Nestes estudos verifica-se que as trajetórias sociais dos indivíduos não são determinadas integralmente nem pelas suas posições estruturais, nem pelas suas decisões individuais (Lozares, 2005).

Um indivíduo inserido numa rede, embora de certa forma condicionada pela estrutura social, “tem garantido um certo grau de liberdade na

escolha de estratégias de ação” (*Idem*), estando-lhe possibilitada deslocações na estrutura social. Na perspectiva de Grannoveter (1982) quando, por exemplo, se procura emprego, os laços fracos são mais eficazes do que os laços fortes porque permitem um contacto com meios sociais diferentes dos habituais, acedendo o indivíduo a informações e contactos que se situam noutros meios. Conforme estabelece Lin (2005) “a morfologia das redes abre ou fecha possibilidades a indivíduos com posições semelhantes na estrutura social” (Portugal, 2007: 13). Estes porém, mesmo quando têm posições semelhantes na estrutura social, podem ter práticas diferentes, resultante de diferentes padrões de estruturação de redes sociais (Putnam, 1993), o que, por exemplo, se torna importante na discussão da participação cívica.

3. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DO ESTUDO

3.1 OPÇÃO METODOLÓGICA

O método de estudo de caso ou de análise intensiva é um processo de investigação sociológica que se destina a estudar um fenómeno concreto ou um caso particular, observando todos os aspetos, examinando a sua evolução e relacionando-o com todos os outros fenómenos que o rodeiam. Estuda situações que constituam protótipos de casos sociais, proporcionando um conhecimento aprofundado de um fenómeno, não conferindo contudo conclusões para o universo. É um método vocacionado para o estudo de pequenos grupos cuja análise não permite a generalização como, por exemplo acontece, no método de medida ou análise extensiva. Flexível do ponto de vista das técnicas, este método centra o seu interesse na análise profunda do pormenor, dedicando-se geralmente numa ou poucas unidades de observação. Proporciona conclusões de nível analítico, baseando-se em metodologias qualitativas, uma vez que “tanto as estruturas quanto os microprocessos de ação social devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia apropriada, a metodologia que melhor se adequa ao problema que se deseja investigar” (Haguette, 1987: 20).

As vantagens deste método evidenciam-se na profundidade que impõe na análise do objeto de estudo, fundada num olhar sobre múltiplos aspetos, ângulos e dimensões, permitindo, dessa forma, chegar às principais variáveis do fenómeno. O método de estudo de casos autoriza ainda uma ampla escolha em matéria de técnicas de investigação, propícias não só para a diversificação mas também para a contextualização e evolução do fenómeno

social a estudar. Esta flexibilidade permite o ajuste necessário à prática das técnicas mais adequadas, em geral determinadas em função do objetivo e gera um enorme volume de dados. Mesmo por serem muitos os dados gerados, o método de casos, impõe uma obrigação superlativa ao investigador uma vez que dependerá de si e das suas capacidades a emergência de um processo de análise baseado na interpretação desses dados.

Em contraposição são também apontadas algumas desvantagens ao método. Especialmente por aqueles que, fundando-se em metodologias de índole quantitativo não vislumbram, no método de estudo de casos, um verdadeiro método de ciências sociais. Acusado de pouca precisão^[33], falta de objetividade e rigor para a produção de conhecimento científico provindas, tanto das limitações impostas às capacidades interpretativas do investigador assim como uma incapacidade genética de generalização por este método (Guerra, 2006: 22-23), o método de caso vê-se em permanente necessidade de justificação. É certo que toda esta argumentação negativa tem por base uma hipotética desvantagem por os dados obtidos não serem submetidos a tratamento estatístico^[34] e a sua análise ficar ao critério do maior ou menor talento do investigador.

Necessariamente trata-se de uma falsa questão, desde logo porque, toda a análise dos dados recolhidos, produzidos a partir das relações sociais que moldam o fenómeno social estudado, baseia-se em conceitos profundamente debatidos e perfeitamente definidos, geralmente corroborados pela comunidade científica. É essa mesma comunidade científica que, fruto da interpretação e discussão crítica do trabalho realizado, identifica e denuncia possíveis enviesamentos do investigador, diluindo, desta forma, o carácter

33 Albertino Gonçalves demonstra que insignificantes alterações de forma, como por exemplo a ordem em que são colocadas as respostas de um inquérito por questionário, influenciam os resultados finais. Igualmente, a redação de determinada questão recorrendo a sua antítese que orienta, num caso para respostas positivas e noutra para respostas negativas, impõe padrões de respostas totalmente diversas. De igual modo, a parte final optativa de uma questão impõe-se como favorita nas respostas. Quer isto dizer que a acusação sempre facilitada de que as abordagens ditas quantitativas estão mais próximas da verdade do que as qualitativas, morrem pela base na medida em que estamos sempre perante processos de construção social em que, intervenções externas aparentemente imperceptíveis e não programadas, influenciam (ou podem influenciar) os resultados. Dessa forma, gera-se campo aberto para afirmação da profundidade da análise que os métodos qualitativos sempre podem proporcionar (Cf. Gonçalves, 2005)

34 A insistência da estatística como recurso de excelência na sociologia é um resquício da insistência da tradição francesa no uso de métodos quantitativos – afinal a metodologia fundadora da sociologia – o que acalenta e faz prosseguir esta discussão sobre o método que proporciona melhor análise sociológica. Em boa verdade toda a abordagem quantitativa é também qualitativa (ou vice versa) e o uso de um ou outro método representa tão só a escolha do caminho mais adequado para o objecto de estudo.

de subjetividade, presente em todas as opções metodológicas das ciências sociais (Alves-Mazzotti, 2006).

As metodologias qualitativas não são alternativas, por oposição, às metodologias quantitativas, apesar da “oposição frequente na literatura especializada que reflete uma visão maniqueísta que é de certa forma normativa, ao asseverar as vantagens sumárias de um modelo e os defeitos congênitos de outros, mas como uma necessidade e uma urgência da sociologia para aqueles que estão convencidos de que a sociologia é uma estrutura que se movimenta mediante a força da ação social individual e grupal” (Haguette, 1987: 20).

Alguns autores não aceitam a existência de uma dicotomia com distinção maniqueísta no uso de metodologias quantitativas e qualitativas ignorando mesmo a existência de uma oposição entre as duas técnicas descritas numa distinção entre o melhor ao pior. Na verdade, qualitativo e quantitativo podem ser apreendidas como reverso da mesma moeda a que, no final, não subjaz nenhuma diferença, na medida em que um e outro lado da moeda têm a mesma importância contribuindo para o mesmo valor. Nenhum dos lados vale mais, aliás, pesam exatamente o mesmo. Apesar de apenas um dos lados revelar o valor numérico, o valor nominal de uma moeda é dado pela sua dupla face. Importante mesmo é termos sempre presente que “...existe um substrato teórico, uma visão de como a sociedade funciona, por trás das metodologias, aparentemente “neutras”. As metodologias qualitativas derivam da convicção de que a ação social é fundamental na configuração da sociedade” (Haguette, 1987: 20).

3.2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Como se verificou da leitura até este ponto, este trabalho procura aprofundar o conhecimento das mudanças estruturais que se tem verificado nos últimos anos e que se traduzem numa alta taxa de desemprego na globalidade do Vale do Ave. A entrevista a indivíduos desocupados a fim de conhecer não só o seu momento atual, mas também as suas origens e trajetórias, constitui a estratégia central desta verificação empírica.

Definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual “uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1987: 86), a entrevista constitui só por si uma ferramenta extraordinária na reconstituição histórica e social. Não só porque se trata de uma técnica cuja oralitura permite

a transmissão de imensos dados mas essencialmente porque enquanto técnica de recolha de “dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte o pesquisador, nem de fatores externos que possam modificar aquele real original” (Haguette, 1987: 87)

A entrevista semidiretiva em profundidade foi a técnica usada para este trabalho. Trata-se de um tipo de entrevista em que o tema é indicado ao entrevistado e este goza de um elevado grau de liberdade dentro do tema proposto, “adequada para aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio conhecido” (Ghiglione, 2001: 70).

Entrevistaram-se 10 pessoas da freguesia de Lordelo, uma vila localizada a Sul de Guimarães com uma população predominantemente ocupada em trabalho fabril e atualmente com uma grande percentagem de desempregados. Apesar de estarmos numa região com muitos desempregados e de, como se demonstra no primeiro capítulo, podermos considerar a área sul do concelho vimaranense estruturalmente idêntica, entendeu-se que o recurso a pessoas da mesma freguesia dar-nos-ia segurança e anularia possíveis vieses não previstos. Contudo, no decurso de uma das entrevistas fomos surpreendidos: o entrevistado era natural de Lordelo onde trabalhara toda a vida, a esposa era de Vila das Aves onde também sempre vivera e trabalhara e a sua residência ficava na fronteira entre as duas freguesias. A sua vida profissional era feita em Lordelo enquanto a vida familiar desenrolava-se na Vila das Aves. Dá-se aqui o caso de nos termos deparado com a natureza do verdadeiro Vale do Ave relatado no capítulo dois e que não conhece fronteiras administrativas. Perante esta realidade social, sempre mais criativa do que a imaginação sociológica, entendemos que o projeto “Lordelo” não perdia nada em transformar-se no projeto “Lordelo e arredores”.

As primeiras cinco entrevistas realizaram entre janeiro e fevereiro de 2009. Para chegarmos até aos entrevistados recorremos a contactos antigos que nos ajudaram a identificar o tipo de pessoas pretendidas. Das indicações inicialmente anotadas faziam parte: um(a) jovem, um(a) encarregado(a) e três operários indiferenciados que estivessem desempregados há mais de seis meses. As restantes realizaram-se entre os meses de abril e julho de 2009.

Uma das preocupações insistentemente transmitidas aos entrevistados reportava-se ao local onde se iria desenrolar a conversa. A pedido do investigador, esta tinha de ser realizada numa divisão de sua casa, num período

em que não tivesse afazeres e fosse possível estar a sós com o entrevistador. Mais uma vez a realidade viria a trair as boas intenções científicas do investigador dado que a esposa de um dos entrevistados não só insistia em estar presente, como não se coibia de intervir corrigindo alguns dados que o marido transmitia (“isso não foi nessa semana, foi na semana anterior”). A questão da casa e local de realização esbarrou também no facto de um dos entrevistados ser solteiro e não poder dispor do espaço da casa dos pais na forma como o entrevistador lhe pedia. Aqui a solução apareceu através de amigos comuns que cederam o espaço de sua casa para aí se realizar a que seria a primeira deste conjunto de conversas. Esclareça-se que a questão da residência do entrevistado constituiu um dos dados silenciosos da entrevista.

É necessário “tentar conciliar o objeto de estudo e os lugares da entrevista, na medida do possível” (Ghiglione, 2001: 70). As referências aos problemas na logística destas entrevistas apenas aqui aparecem para se comprovar que, apesar dos cuidados, do planeamento e da antecipação dos problemas que pudessem intervir no conteúdo da entrevista, estas dificilmente se realizarão na exata forma planeada mas, nem por isso, esse facto traduzir-se-á em qualquer inferência do seu conteúdo. Estes são, contudo, problemas que poderemos referenciar como “exteriores” tanto ao entrevistador como ao entrevistado.

Os problemas “internos” da entrevista foram também avaliados e antecipados tendo dado origem a um guião. Estando perante entrevistas semi-diretivas, numa mescla entre o rigor do tema proposto e a liberdade necessária para se conseguir a adesão do entrevistado, este tipo de entrevistas goza da necessidade da atenção permanente do entrevistador. No fundo têm a particularidade de ser a forma mais “adequada para aprofundar um determinado domínio ou verificar a evolução de um domínio conhecido” (Ghiglione, 2001: 89). A construção de um guião, cuja ordem não é forçoso seguir, segue um esquema que “estrutura o indivíduo” (*Idem*: 84) e permite ao entrevistador a certeza de abarcar todos os temas e ângulos necessários à construção dos dados que sairão da entrevista. Isto porque, na entrevista semi-diretiva o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixado uma orientação.

4. NARRATIVAS DA PRÁTICA FABRIL

4.1 SOCIEDADE EM TRÂNSITO

4.1.1 O “engenheiro” e a superioridade da prática

Pode o trabalhador ter a certeza absoluta da sua circunstância, saber da sorte que se lhe atravessará, imaginar o que será depois, quando o desemprego chegar. Mas, ainda que fértil, a sua imaginação ficará sempre muito aquém da realidade. Quando em vésperas de falecimento, as empresas apresentam um ritual, cujos sinais qualquer pessoa com um mínimo de atenção pode captar: começa pela rotação de fornecedores, mesmo de pequenas coisas, certamente porque o crédito vai sendo cortado. A seguir nasce um processo de circulação de informações e rumores sobre dúvidas e metodologia; se sairão os mais velhos, se sairão os mais novos, se um banco tomará conta do capital pela totalidade, se existirá um comprador. Esses rumores ajudarão a manter a esperança de pé, mesmo que por vezes, essa esperança, com o passar do tempo, se vá esvanecendo, dando lugar à certeza de que algo de grave se passa. É nesse momento que o trabalhador, à beira de o deixar de ser, começa a passar em revista toda a sua história naquele espaço, geralmente uma história de anos, “uma vida” como dirão alguns.

(...) vinham as linhas de um homem e depois já vinham de outro... que era eu que assinava as faturas e dizia para mim: fonha-se esta semana vem de um homem, agora vem de outro e eu falava com o engenheiro e ele dizia: isto está mal dona H. Isto está um bocado atrasado, eles não vêm, não vendem fiado e tem-se de ir a outro lado... Mas eu nunca pensei que isto pudesse acontecer isto a mim e que ia ser assim de repente... E foi imediatamente antes pouco tempo do incêndio que começámos a reparar nisto... E depois deu-se o incêndio em 26 Março [2006]... aconteceu o incêndio e depois viemos logo embora. Que

eu até dizia aos patrões que era pecado o que estava a acontecer... tanta gente a levar o dinheiro sem ter o que fazer também era pena. E foi assim que aconteceu... Não sei bem os fundos bem daquilo que nem quis saber... E foi assim que começou, a dever, a dever, já devia aos confeccionistas, queríamos linhas, agulhas ou etiquetas e não tínhamos. Com tanto trabalho e as máquinas paradas... Às vezes dizia a elas, vocês tem o trabalho que isto está muito mal... mas nunca pensei semelhante... (Maria H., 48 anos).

Caído em si, inicia-se um processo de dor física. Os anos passados na fábrica tornaram o trabalhador parte dela ao ponto de não mais se poder viver sem aquele local de consumo do tempo. Quanto mais anos se passou na empresa, quanto mais elevado o cargo que se ocupou ou, então, quanto mais próximo se esteve do patrão, quanto mais se embrenhou no sucesso do empreendimento, maior será a surpresa, mais intensa será a dor que gradualmente se deixa substituir pela incredulidade, mais profunda será a desilusão. Inicia-se aqui um processo de dor física provocada por uma violação da planificação que o indivíduo pensa ter estabelecido para a sua vida.

Bastante mal, cismo muito... agora vou melhor... mas nos primeiros tempos andei até medicada que eu nunca fiquei doente nem tomei medicamentos, andei 35 anos na firma mas nunca tive um dia de baixa... só quando nasceu a minha filha estive 4 dias mas foi com o tempo acabado. Quando vim embora apanhei aquele trauma e então o médico deu-me para uns diitas... mas depois uma psicóloga que era muito amiga do sr. dr. Mário ia lá à nossa fábrica muitas vezes e sabia o que os patrões eram para mim e sabiam e disse-me que tinha uma amiga e disse-me, ela vai-te ajudar, porque tu não podes continuar; sabes o que eras para os patrões, por isso tens que alegrar; aconteceu o que aconteceu, não podes ir abaixo e então deu-me uns medicamentitos para aí para uns 15 dias mas não me deixou tomar mais... (Maria H., 48 anos).

Eis então o trabalhador, neste momento já vestido na negação *ex-trabalhador*, obrigado a olhar para um novo mundo, um mundo para si desconhecido porque desse mundo não fazem mais parte o seu quotidiano, as suas rotinas, as suas lógicas, os seus planos. Até ser completamente envolvido pela nova realidade este indivíduo realizará um processo interno de defesas o que, algumas vezes, tendo o choque sido violento e profundo, necessitará de ajudas externas, nomeadamente algum químico que dê cores ao novo mundo.

Tive uma depressão... Grave!.. Estive ano e meio a fazer tratamento e depois quando comecei a novamente a estudar então aí comecei a reagir... eu na

altura não conseguia falar da firma que eu desfazia-me em lágrimas... Porque eu interiorizei aquilo de tal maneira que eu pensava assim: dei a minha vida, os melhores anos da minha vida da minha empresa... Saí com o sentimento do dever cumprido e no fim fiquei a lucrar tanto ou menos até ainda do que um trabalhador que passava a vida com baixa e não ligava nenhuma ao serviço, percebe? No fundo, depois começámos a ter aqueles conflitos interiores com nós próprios... E foi um bocado difícil ultrapassar essa situação... (Maria J., 45 anos).

Porém a desorientação impõe-se. A rotina, o trabalho, os sítios por onde se tem de passar no dia-a-dia, as estradas que se tem de percorrer, criam a noção de domínio do indivíduo sobre o espaço e o tempo orientando-o numa lógica de afazeres integrados num sistema. O desemprego não é só o fim de uma relação. É o fim de todo o sentido produzido que faz sentido. É uma violentação aos hábitos tão profundamente incrustados que se torna difícil e quase inimigável uma nova orientação.

(...) Bem... Ao primeiro... Não dava com isto... Porque estava habituado a andar para aqui e para acolá... Não ter nada que fazer: pôr-me a pé e ir para o café... Do café para casa... De casa para o café... Aquilo ao primeiro... nos primeiros meses... foi um bocado complicado... (Luís C., 57 anos).

Investiu-se aqui a vida, a existência, todo o ser. Com o passar do tempo todas as lógicas do indivíduo passam a centrar-se no trabalho. Seja na tarefa executada, seja no local onde se processa a atividade, seja na organização do tempo, o trabalho torna-se no centro de tudo, passando a comandar a vontade, apesar do trabalhador continuar na ilusão de dirigir os seus atos, a decidir o seu futuro. Esta ilusão está tão presente no quotidiano que só pode ser vista de fora, chegando ao ponto de invadir a textura dos dias e inundar todos os espaços do real. Nesta relação do trabalhador com o quotidiano repetido e envolvente, lógico e escorreito, o operário tende para se deixar internar numa engrenagem em que os papéis de possuído e possuidor apresentam-se invertidos. Esta realidade, vista através do inverso do que é apresentado ao trabalhador fabril, permite aferir a existência de uma sociedade em que, a certa altura, pode-se afirmar que o emprego detinha um empregado.

O meu marido sabe que eu gosto de colocar um colar, um anel... pronto, a combinar com as roupas e eu saía de casa assim e ele dizia, Ó Zé tu hoje não pões um colar? Não pões uns brincos? Óh!... Não me apetece! Não me apetece... Para mim naquela altura o mundo tinha acabado... Não era a mesma pessoa... não

era a mesma pessoa... Desinteressa-me de tudo e de todos... parece que naquela altura para mim o mundo tinha acabado... foram 23 anos, os melhores anos da minha vida que eu passei ali... porque dei o meu melhor àquela empresa e aquilo acabar assim, de repente... E depois eu sair daquelas portas e olhar para aquelas paredes, incomodava-me... Foi a minha vida ali... (Maria J., 45 anos).

A vida ficou ali! O momento de abandono, por expulsão, do posto que se ocupou durante toda a vida, assemelha-se a uma espécie de morte em vida de parte da pessoa num quadro em que a própria consegue simultaneamente sentir e ver o seu sofrimento. Todas as perdas têm uma ritualização determinada para marcar a passagem e que ajudam a integrar essa perda na lógica do mundo vivido. Morrer é esperado por toda a gente mas ser despedido não! A sociedade preparou indivíduos para ocuparem um posto de trabalho, tornarem-se importantes numa engrenagem produtiva, afirmarem-se numa atividade profissional. Mas não preparou indivíduos para deixarem de ser o que toda a vida – melhor dito: grande parte da vida – foram. Ultrapassar este quadro impõe uma ritualização desconhecida, uma forma nova de abordar a existência. Guarda-se o luto não se sabe bem porquê: se pelo fim da fábrica, se pelo fim de parte da vida. O futuro torna-se mais desconhecido, inimaginado, incerto e angustiante. Assemelha-se ao pisar de um terreno movediço onde o equilíbrio se torna impossível até que uma nova aprendizagem volte a alicerçar o indivíduo.

Estamos perante o momento em que o trabalhador fabril se dá conta da fragilidade de toda a sua condição. Fiandeiros, encarregados, costureiras, afinadores de bobinadeiras, motoristas, analistas, etc. dão-se conta da insustentabilidade das suas posições. A fábrica conseguiu ao longo dos tempos proporcionar-lhes uma vida segura mas agora dão-se conta que tal consubstanciava uma visão de parte da realidade. Só agora percebem a profunda dependência a que foram submetidos. Ao contrário dos seus antepassados, agricultores, que tiveram forçosamente que aprender, através dos costumes, técnicas e truques na sua relação com a terra produtora, os operários repetiam movimentos de acordo com a organização de cada fábrica. Uma tarefa podia ser única para determinada fábrica não se repetindo noutras. Um trabalhador acometido nessa tarefa, especializava-se numa função sem mercado, isto é, tornava-se único para um único lugar. Tornava-se num ser dependente e sem autonomia. Um especialista de uma única especialidade. Ao invés, no campo, os lavradores eram independentes na medida em que o aprendido tornava-se parte do indivíduo e este, por sua vez, podia transportar o seu saber consigo. Quer isto dizer que na sobreposição da

indústria à agricultura, os trabalhadores perderam quase completamente a sua independência na medida em que a técnica, na sua totalidade, pertencia e era imposta pela fábrica. Um filho testemunha a noção de autonomia que por vezes os agentes procuravam dentro do campo.

(...) o meu pai foi uma pessoa que nunca gostou de ser mandado por ninguém, diz que sempre nasceu com a agricultura, porque os meus falecidos avós tinham uma boa quinta, não é? E o meu pai disse que já nos anos de fome, passou fome, mas pelo menos de pão e outras coisas nunca passou muito, porque faziam pra eles próprios e então, o meu falecido avô era um homem que andava... negociava em gados... nessas alturas e foram sempre habituados a isso e isso nasceu com ele (...) o meu pai foi habituado a isso e sempre trabalhou... Porque disse «eu trabalho, pago as minhas rendas, mas nunca ninguém vai mandar, nunca ninguém manda, e então, porque eu gosto de ir aqui, gosto de ir ver... quando quiser ir negociar, vou negociar e não tenho que pedir autorização a ninguém». (...) Sempre trabalhou por esse prisma... (M. Carvalho, 52 anos).

Apesar do orgulho na atitude independentista do progenitor, nem por isso o filho irá beber no exemplo paterno e partir para uma vida baseada em valores identificados com a autonomia.

(...) quando eu fui po... Corais & Aguiar, eu fui pedido, fui pedir à empresa se tinha um local pra eu trabalhar, fui pedir trabalho, eu queria ter, eu queria dinheiro, não é? Fui pedir trabalho. Colocaram-me nessa parte de trabalho. Primeiro tive uns dias a trabalhar na tinturaria a ver se me adaptava, que era onde eles necessitariam de mim, (...) fui logo cair nessa secção. Depois houve um período desse trabalho... passei para a parte de acabamentos uns 15 dias (...) mas depois voltou a aumentar o trabalho na outra parte de tinturaria e sempre trabalhei em tinturaria e como foi uma fase que eles gostaram do meu trabalho, do meu profissionalismo, a forma de que, era um profissional exímio no trabalho e então onde vieram, (...) disseram ao patrão que, que era um bom funcionário, que tinha capacidades pa desenvolver e que via bem, se eu tivesse uma formaçãozinha, nos laboratórios deles no Porto. E então concederam-me esse direito, fui a um estágio à Bayer... (M. Carvalho, 52 anos).

Demonstrando o conhecimento prático do funcionamento das regras estabelecidas no campo, o agente cumprirá o ritual de procura de trabalho no Vale do Ave fazendo “o pedido”. Sujeitar-se-á às necessidades fabris para iniciar um percurso. Porém, a todo o momento das decisões que lhe vão sendo favoráveis, não lhe restam dúvidas que a obtenção do lugar é o resultado do seu profissionalismo. Acaba de fazer exatamente o contrário do que

o seu progenitor lhe ensinou, submetendo-se ao destino que lhe vai sendo atribuído pela necessidade da fábrica. Até porque planeava algo diferente para si e para se ocupar durante a vida. Uma profissão verdadeira, tecnicamente dotada, socialmente reconhecida e não dependente de um mero gesto repetitivo.

Houve uma [profissão] que desejei ter desde novo e depois, mas envolvi-me sempre na parte agrícola, comecei a gostar um pouco e uma que eu gostaria de ser, era ter estudado para electricista, gostaria de ter tido isso e nunca... foi uma das profissões que eu gostaria de ter sido, electricista que acho que era uma área engraçada (M. Carvalho, 52 anos).

Quer isto dizer que, por vezes, a noção de autonomia esteve presente na cabeça dos indivíduos. Seja porque detentores de algum capital social, seja porque o campo anteriormente assim o permitia, os agentes perceberam a necessidade de possuírem capacidades próprias capazes de resistirem a imposições restritivas de ordem estranha e de se apresentarem pelo resultado da sua vontade, livres de qualquer fator estranho com uma influência subjugante, tal como alguma inclinação afetiva incoercível. Sendo certo que não é de todo possível uma autonomia total do indivíduo, na medida em que este não constitui uma ilha, a autonomia profissional representa um processo de consciencialização do agente que o guia nas suas atitudes a partir de si. Mas temos de manter presente que o agente não tem outra saída porque as forças que dominam o campo não lhe permitem outras soluções. Ainda que tenha ouvido falar muitas vezes de independência, este indivíduo é levado a um ato de submissão. Submete-se porque implicitamente percebe estar perante um poder muito forte do qual aos indivíduos só lhes resta a aceitação. Não se trata de resignação porque a malha da rede é tão estreita que, provavelmente, à sua volta, o agente não vislumbra soluções de recurso. Esta submissão a que o agente é obrigado não resulta da sua vontade, ou por outra, da sua escolha. No fundo há um reconhecimento de autoridade por parte daquele que se submete para com aquele a quem se sujeita. Não estamos perante um sentimento de desvalorização, dado que a submissão não rebaixa o indivíduo. Em resumo, não o faz sentir menos que o outro, mas obriga-o a reconhecer como maior a sua capacidade de conduzir. É, sim, uma força imposta do exterior, com o vigor de uma força coerciva a que ninguém tem qualquer veledade de se opor. No jogo estratégico da sobrevivência o indivíduo deixa confluír os seus atos com aquilo que a norma impõe.

E nunca fiz nada por isso, porque depois o tempo foi-me absorvido pelos tempos e eu num quis dizer muito não, porque eu apanhei fases de muitas horas de trabalho e já em Corais & Aguiar tive alturas de trabalhar vinte horas por dia e dezoito e depois fins-de-semana queria já era gozar um pouco e descansar. Porque houve períodos que trabalhei, aliás houve até um período que eu trabalhei trinta e seis horas seguidas (M. Carvalho, 52 anos).

Refém das necessidades da fábrica dir-se-ia que na melhor aceção do conceito, a industrialização tomou para si a capacidade de “amarrar” os indivíduos à sua lógica, desapropriando-os de qualquer conhecimento exterior. A indústria espraia-se no campo ocupando os espaços outrora dominados pela atividade agrícola. Conforme esta se vai estabelecendo e ocupando o espaço social, os agentes vão, cada vez mais, submetendo-se a uma lógica de dependência, conformados com a regularidade que a fábrica conseguiu impor. Na relação entre a fábrica e os seus operários, estes sentem-se, ou colocam-se – ou as duas coisas juntas – à margem dos acontecimentos geridos pela empresa como se não fizessem parte ou, fazendo parte, a eles não dissesse respeito a maior parte dos atos da empresa.

Assim se compreende a surpresa da generalidade dos trabalhadores no momento da falência da empresa, invariavelmente explicada por estes como o resultado de atos ilícitos, nomeadamente de locupletação e apropriação indevida por parte dos que representam uma classe superior. Servindo-se habilmente do desligamento a que foram submetidos durante grande parte do processo, nomeadamente ausência nos processos de decisão, a classe operária do Vale do Ave olha para si própria com um olhar de fora, colocando-se num patamar de superior moralidade, primeira – e muitas vezes única – classe defensora da unidade da empresa, do seu crescimento pelo trabalho braçal duro e persistente. Partindo do princípio que a sua presença desligada do conhecimento era da maior utilidade, a classe trabalhadora só se consegue ver na perspectiva de uma classe impoluta. Desligada mas impoluta. Por isso sabem sempre como tudo aconteceu, foram testemunhas e aperceberam-se de incongruências mas, remetidos à sua condição que a fábrica queria insignificante, calaram-se.

Porque eu trabalhava lá e via muitas coisas... que só... só quem estivesse mais dentro dos assuntos ouvia... como tinha mais acessos... eu por exemplo...no meu caso... Quem trabalha lá dentro das secções via também alguma coisa... houve ali... má gerência e... aqueles engenheiros... e muito desvio... com a aprovação dos donos... (Maria H., 48 anos).

Esta visão antecipada permite uma sentença que só pode provir de uma superioridade moral.

Má gerência... Não há hipótese... (Luis C., 57 anos).

A esta representação moral que de si própria tinha, os operários fabris contrapunham a classe profissional dos “engenheiros”, geralmente tida como os culpados de todas as desgraças que aconteciam nas fábricas. Em muitas conversas com operários existe um apontar do dedo à “engenhreira”, modo depreciativo e diabolizada que a profissão de engenheiro granjeou ao longo dos tempos. Existe uma explicação para este quadro de relações e que remontam aos tempos de instalação da indústria têxtil. Estas, na altura, através dos seus acionistas, contratavam em Inglaterra os seus gerentes, indivíduos em geral com formação em engenharia. Para imporem o ritmo de trabalho, estes gerentes-engenheiros permitiam e incentivavam os capatazes ao uso de uma rudeza inaudita para com os trabalhadores, chegando a ponto de violência física através de chicote. Em algumas greves no início do século XX, a reivindicação principal dos trabalhadores era o fim da violência e dos maus-tratos perpetrados por estes gerentes. É atribuído assim aos engenheiros um passado de confronto com os operários a que estes, apesar de desconhecerem o porquê, mantêm presente nas justificações.

A gente não pode estar revoltada contra eles [os patrões] porque tomara eles que isso não lhes tivesse acontecido. E até as pessoas grandes lá dentro... parte de engenheiros grandes... também lhes botaram a mão a qualquer coisa que ouviu-se dizer... que havia gente a roubar... que chegaram a roubar lá dentro... mas não foi por isso que a firma foi a falência que já estava a ir mal. (Maria H., 48 anos)

Anos mais tarde, na parte final do século XX, fruto da instalação de várias universidades, ampliou-se a disponibilização de indivíduos formados em engenharia a que as indústrias passaram a recorrer ocupando-os em lugares de chefia intermédia. No processo de conhecimento das especificidades de cada unidade fabril, muitas vezes sem se darem conta, estes engenheiros provindos das universidades eram submetidos a uma intensa avaliação pela classe operária. Não raras vezes este tipo de avaliação seria responsável pelo rebaixar da classe dos engenheiros por não entrarem nas áreas produtivas demonstrando conhecer e saber de tudo. Neste jogo de

conhecimentos, por vezes os chefes-engenheiros entravam impondo-se. Neste caso, a crítica fazia pela inversa: “tem a mania que sabe tudo e não sabe nada”.

(...) Este engenheiro foi com quem nós abrimos a confeção. Ele ia de um estágio, ele era mais novo que eu quatro ou cinco anos e fui eu que o ajudei na confeção... Ele tinha estudos e a formação dele e era para aquilo prontos... mas não tinha prática... quem lhe ensinou, quem lhe abriu os olhos daquele trabalho fui eu... (...) (Maria H., 48 anos).

Por detrás desta representação estabilizou-se a profunda crença que só a prática constituía o verdadeiro conhecimento técnico. Qualquer outro tipo de conhecimento baseado em princípios teóricos, anos de estudos e credenciais próprias, não tinha valor para a classe trabalhadora. O engenheiro era assim um estorvo incompreensível a quem, bastas vezes, era necessário ensinar, exemplificando, com coisas mais prosaicas... mais práticas...

E então eu disse: “Oh senhor engenheiro, o senhor vai-me desculpar, eu só lhe vou dizer uma coisa só: ‘Em minha casa, o meu pai, a minha mãe, são as mesmas coisas e provavelmente a mesma cama, somos sete irmãos, quatro rapazes, três raparigas, sabe explicar porque é que nós somos diferentes... E ele ficou assim... “sr. engenheiro, agora vou-lhe... isto é po seu entender: o senhor hoje vai tirar uma fotografia, fica muito bonita, amanhã o mesmo fotógrafo, a mesma máquina e o sr. fica com a cara torta, com uma pequena sombra” (M. Carvalho, 52 anos).

Na base deste tipo de raciocínio está o princípio de que existem acontecimentos que não têm explicação e acontecem porque acontecem. São, porque são! É assim porque é assim! Porque a prática das coisas na sua sabedoria limitada assim determina. Por detrás desta conceção está a crença de que algumas explicações não devem ser procuradas porque não existem. A crença seria então a verdadeira explicação abstrata do ininteligível.

4.1.2 *Entre a escola e a plasticidade do campo*

Na tradição do que o campo havia ensinado, a família do Vale do Ave fabril tinha de ser alargada, o que para além de corresponder a uma representação de vitalidade familiar, configurava uma mostra de maior capacidade de acesso a mais recursos. A quantidade de braços disponíveis na família, principalmente braços que tivessem aproveitamento no trabalho e aju-

dassem à produção, impunha a presença o mais rapidamente possível dos indivíduos existentes, não importava a idade. Aliás, nesta lógica de reforço da produção desde tenra idade, os indivíduos eram educados próximos dos animais, das culturas e dos processos agrícolas, com o objetivo de cedo lhes ser despertado o gosto pelas atividades da terra, num claro processo de uma inculcação orientada a partir de casa.

(...) Trabalhava lá no quintal a ajudar os meus pais... Nós éramos bastantes irmãos, éramos 17 mas eu era o que tinha habilidade para trabalhar no quintal... Depois fiquemos 12... Os outros andavam a trabalhar, eram 6 rapazes e 6 raparigas... Eu como era o mais novo dos rapazes e o meu pai andava na agricultura, começou a ensinar-me e eu comecei a tomar conta do quintal (Pedro V., 41 anos).

Sobrepunha-se assim a ideia de que o trabalho no campo, ou na fábrica, correspondia a uma aprendizagem verdadeira e inquestionável, até porque a sua utilidade era visível e manifesta e o seu resultado, uma vez traduzido em aumento de produção, também fazia corresponder o aumento de recursos e acesso a bens. Aos de casa não importava mais do que isso para o futuro do agente em aprendizagem. Daí que a relação com a escola e o tipo de aprendizagem que aí se processava se tornasse, quase sempre, numa obrigação legal a que os progenitores acediam contrafeitos. Despidos de responsabilidade nesta relação dos seus filhos com a aprendizagem escolar, aos pais só lhes restava reproduzir em suas casas aquilo que a eles havia sido ensinado, não permitindo qualquer acréscimo ao capital social entretanto obtido.

Éramos 10 irmãos... Por acaso a professora pediu aos meus pais para me deixar seguir [estudos] mas os meus pais como não puseram ninguém dos meus irmãos também não me iam por a mim... Tal como os meus irmãos fiz só a 4ª classe... quis ir trabalhar fui trabalhar com 13 anos... Naquela altura não existia o 5º. nem o 7º. ... lá não existia isso... senão seguíamos esses... mas para estudar mesmo não existia possibilidades... (Maria H., 48 anos).

Abandonar a escola o mais rapidamente possível, frequentando-a exclusivamente no tempo a que legislação obrigava, constituía, mais do que um imperativo estratégico, uma obrigação da família. Na casa do trabalhador fabril as conversas sobre a escola estavam ausentes, aliás, a obrigação só por si de frequentar aulas representava um desvio da mão-de-obra familiar para uma incompreensível realização a que o indivíduo era submetido

mas que, no olhar dos progenitores, nada trazia de benéfico. Ir para a escola representava uma cedência luxuosa, incompreensível, visto como um desbaratamento do tempo. Daí que o tempo a que a família era obrigada a ceder o seu filho à aprendizagem fosse sempre remetido para um tipo de incompreensão que constituía na maior parte das vezes um entrave à estratégia da família.

Éramos 11 irmãos e as dificuldades eram enormes. Quando comecei a ir trabalhar tinha repetido alguns anos, 2 ou 3 na terceira... fui para a quarta... o meu pai viu que não dava e meteu-me a trabalhar... Primeiro andei a ajudar um cunhado meu durante 3 meses a trabalhar na construção civil... Ele começou a berrar e eu saí e cheguei a casa eram três horas e o meu pai deu-me uma coça por eu sair e pôs-me a trabalhar na Sofil e desde aí foi sempre a trabalhar... (Manuel F., 50 anos).

A expressão “deixei de estudar porque não gostava da escola” coincide com o abandono no limite da escolaridade mínima legal, o que nos traz à presença o facto de que os indivíduos, mesmo não gostando de frequentar o ensino, a ele se submeterem até a um limite que, visto de outra forma, só por estranha coincidência poderia acontecer. Não se encontra geralmente circunstâncias em que, apesar do agente declarar este seu desgosto, se possa também ouvir que, apesar de tudo, os progenitores tenham tido uma ação insistentemente orientada para a frequência da escola. Não existem também marcos do esforço do próprio agente na busca de uma maior realização intelectual, aspeto compreensível se tivermos em conta o poder censório e restritivo resultante da envolvimento social.

Eu não gostava da escola... Era uma bocadinha rebelde... às vezes dizia que ia e não aparecia... não ligava nenhuma... faltava... agora arrependo-me porque uma pessoa precisa e não tem estudos (Pedro V., 41 anos).

Em boa verdade estamos perante uma desvalorização total da aprendizagem das letras que começava em casa. Expressões de desdém sobre o saber escolar serviam para rebaixar este tipo de aprendizagem a um nível em que o agente lhe fosse progressivamente desligando desse meio, reproduzindo assim a repetição infinitamente ouvida de que a escola pouco poderia ensinar. Para a geração que agora ronda os 45-65 anos, a frequência da escola no seu tempo, era tida como uma alternativa irreconciliável que, de todo, nada tinha de complementar, antes pelo contrário. A escola era um obstáculo à prossecução do que se havia constituído como norma:

Comecei a trabalhar muito cedo... Tinha 12 anos... Andava na escola... [Não era] nem bom... Nem... Era médio! Havia coisas que eu gostava daquilo mas para mim a parte de ciências ou... Escrever eu detesto escrever... Antes quero pegar numa sachola do que escrever... De resto... (Luís C., 57 anos).

A norma é estabelecida pela adesão da maior parte a formas de estar e agir, o que não invalida exceções que corporizam desvios. E estas exceções manifestavam-se nas famílias mais estruturadas, não só planeadas no número de filhos mas também detentoras de um capital social e relacional mais evidente e que, regra geral, se traduzia na presença de um visível capital económico. Podemos tomar aqui o exemplo de Maria J., hoje com 45 anos, filha de uma *modista* que trabalhava em casa e um pai operário têxtil contando também com uma irmã treze anos mais velha, um caso igual a muitos outros. Os pais, detentores de três propriedades em zonas distintas da freguesia, mantêm uma em produção agrícola a tempo parcial, outra arrendada a um caseiro e a terceira, a mais pequena, onde vivem. Aos 16 anos Maria J. ficou órfã de mãe. Por essa altura, em 1980, já tinha feito o 9.º ano de escolaridade tentando chegar à aprendizagem na área dos serviços, nomeadamente de contabilidade e secretariado. Ao mesmo tempo que tomará conta da mãe, “pessoa muito doente do coração”, frequentará a escola para aprender as técnicas dos ofícios que pretende alcançar. Antes da morte da mãe, empregar-se-á numa fábrica de um amigo de infância da progenitora, amigo esse que conseguiu aceder na difícil escala social. Irá desempenhar funções no que a empresa designará de analista de laboratório, uma espécie de antecâmara de verificação da qualidade do algodão. Para aprender a prática do ofício laboratorial, estagiará numa empresa de amigos do patrão. Fruto desta aprendizagem e da sua escolaridade, Maria J. será uma funcionária polivalente, com funções amplas que lhe possibilitarão um contacto com quase toda a atividade da fábrica.

(...) porque na nossa firma era assim: era eu que fazia as guias de remessa, as faturas... fazia toda a receção de tudo o que vinha para a minha secção (...) fazia a verificação dos pesos, depois vinha a qualidade dos algodões... Pronto... a parte da qualidade não tinha nada a ver com o meu curso mas o resto já tinha... Fazia aqueles mapas estatísticos que dantes vinham de Lisboa... eram uns mapas enormes (...) e que se faziam em três meses... tinha a ver com o algodão que recebíamos, os desperdícios... Mais tarde o sistema informático começou a trabalhar e então eu só fazia uma notazinha e depois ia tirar as faturas lá acima... Nos princípios era eu que fazia isso tudo... Vendíamos toneladas e toneladas de fio e eu que fazia as guias e remessa... (Maria J., 45 anos).

Com o crescimento da fábrica e o aumento de volume de trabalho produziam-se também novos nivelamentos sociais, não só hierárquicos mas também nas relações de poder que se iam estabelecendo. A obrigação de deslocação às áreas produtivas para aí transmitir informações podiam representar um poder sobre os operários. Mas esse poder tornava-se mais presente quanto menos viagens se tivesse que efetuar à base operacional da organização. Ainda que as mãos continuassem a tocar no produto, este agora é que faz uma viagem a um nível superior para aí ser analisado. Deixar de ir “lá abaixo”, mantendo-se “cá em cima”, remete para um certo tipo de privilégio, não oficializado e não declarado mas intuído e valorizado.

(...) Durante muitos anos, estive sozinha. (...) mais tarde o patrão meteu outra pessoa para me ajudar e então já não vinha cá abaixo... Já ficava só eu no gabinete e então a outra pessoa é que me vinha recolher os fios e as mechas para analisar... E então os mapas comecei a passá-los para a colega. Começamos a ter um armazém organizado e as coisas passaram a ser de outra maneira. Mas de qualquer maneira tinham as coisas a meu encargo e assim tive de passar a telefonar para o meu colega do armazém. Preciso disto, preciso daquilo, vou mandar para aí uma requisição porque... com urgência... menos urgência... enfim, ele estava na parte dos stocks e eu na de aprovisionamento... Na minha secção, sempre na minha secção (Maria J., 45 anos).

Como já vimos anteriormente, o início da vida de trabalho, nomeadamente a forma de acesso a um emprego tem uma relação muito direta com a vida familiar, não importa o tipo de estrutura da família. Em geral este acesso resultava de um pedido direto dos mais próximos, familiares ou vizinhos, efetuado ao dono de uma fábrica. Outra solução era o recurso a uma rede de conhecimentos que se encarregavam de realizar o pedido. Assente na mão-de-obra intensiva, as linhas de produção estavam sempre dispostas a receber mais um par de braços. Não era descuidado o controlo social necessário para se saber o grau de confiança do novel trabalhador. Daí que, as informações da rede social e a sempiterna proximidade física entre os agentes e a fábrica, tratavam de certificar se o agente era ou não confiável. Foi num destes processos que levou Maria H. a entrar para uma fábrica logo após completar os treze anos de idade. Por essa altura também já havia concluído a 4.^a classe, aliás o mesmo nível de instrução que os seus dez irmãos. Não fosse o caso de terem existido cinco abortos e quatro mortes em criança, a última com cinco anos, e o encargo familiar com educação seria estendido aos dezanove rebentos. Filha de pai alfaiate a mãe operária, Maria H. podia ter continuado a estudar, pelo menos essa era a vontade da

professora mas, perante os códigos familiares de partilha de tempo para o capital escolar, não poderia caber-lhe mais do que aos irmãos.

Eu tinha saído da escola há um ano e então via as minhas amigas a trabalhar e assim pedi à minha mãe e ela arranjou-me trabalho e fomos logo trabalhar... Como metiam gente eu e uma irmã gémea fomos logo trabalhar... Os meus pais foram lá pedir... (Maria H., 48 anos).

A biografia familiar não permitia grandes caprichos à partida, aliás ser aceite numa fábrica com pergaminhos, conhecida de todos e que, ainda por cima, os patrões fossem “boas pessoas”, constituía o desejo de todos os que almejavam um emprego. Não estranhou por isso que o seu primeiro trabalho fosse “revistar e dobrar obra”. A seguir passará para uma máquina de costura “das máquinas manuais de pedal” e aí ficará quinze anos pedalandando num intenso e repetido vaivém que a fará a melhor costureira da fábrica. Chegará inclusive a produzir desconfiança num fornecedor de novas máquinas que não se acreditará em tamanha destreza e rapidez a produzir.

Vieram então cá controlar-nos e fui eu a escolhida porque era eu que dava mais produção; ao controlar disseram: tem razão sr. Almeida se as costureiras fossem todas como esta senhora, você não nos ia comprar máquina nenhuma... O sr. Almeida então aí viu que costureira única de mais produção era eu... (Maria H., 48 anos).

Mais rápida do que a evolução técnica da máquina de costura, Maria H. tornou-se um caso à parte. Talhada para o trabalho, consegue desenven-cilhar-se em todas as tarefas, incluindo nas novas máquinas com as quais conseguirá produções altas. Aproveitará todos os momentos, todas as tarefas, para aprender mais alguma coisa. Orientará a sua estada na fábrica para desenvolver e dominar a perícia dessas tarefas. Tanta competência permitirá que a sua imagem se destaque junto dos restantes. Não demorará muito até que os patrões reparem nessa vontade e destreza e se socorram dela, não só para os trabalhos de confiança, como também para os trabalhos feitos a desoras, a qualquer momento da semana.

Quando pensaram em abrir a firma, eles já pensavam nisso, já era eu que fazia as amostras todas para os patrões quando iam para fora, para feira para Alemanha... Mesmo ao sábado às vezes havia amostras ou os patrões tinham qualquer comunicado ligavam-me e eu até ao sábado ia lá fazer umas amostras para

eles levarem de avião ou então... como era eu que fazia as amostras todas e tal, daí que quando formaram a confeção com máquinas superiores puseram-me a encarregada... (Maria H., 48 anos).

Encarregada! O lugar cuja responsabilidade impõe que o maior capital se traduza na confiança, a crença de um superior que o incumbido colocará os seus interesses pessoais abaixo dos do indivíduo de maior grau, tudo fazendo para defender os interesses do patrão elevando-os a uma alta consideração. A certeza patronal de que essa delegação lhe trará benefícios maiores do que se fosse o próprio superior a olhar pelos seus bens. Encarregada! Uma ocupação que na realidade se traduz na multiplicação dos olhos do superior e, a partir daí, num maior conforto, não só físico, mas também mental. Encarregada! O lugar místico que qualquer trabalhador fabril podia almejar... Poder, responsabilidade e acesso a um novo patamar de existência profissional. Ao fim de 15 anos como costureira, demonstrando dia-a-dia o seu empenho, chegando inclusive a ser a melhor costureira – e ser a melhor nestes casos podia constituir um destino traçado para aí se continuar toda a vida – Maria H. recebe com surpresa este salto hierárquico.

Na verdade que aquilo foi uma surpresa... e por eu ser aquilo que fui... Que à costureira que fui eu nunca pensei que me tirassem de costureira... E por eu ser a pessoa que fui lá dentro, uma pessoa tão importante, que me consideraram tão importante, eles subiram-me de posto sem ninguém contar... quando me chamaram ninguém contava, nem ninguém imaginava, eu fiquei surpreendida... (Maria H., 48 anos).

Tornar-se encarregada era um estreitar de laços que obedecia a um quase ritual de passagem na medida em que se incorporava um novo estatuto, uma vivência próxima só possível para os familiares. Daí que a “adoção” constituísse a forma de fazer aderir o incumbido a uma nova realidade a que ele forçosamente teria de aprender a interpretar, representar e defender.

(...) Fui a primeira encarregada depois de se montar a confeção nova e os patrões... eles diziam que eu era a segunda filha deles... prontos como me tinham lá muito bem deram-me toda a força disseram-me “sei que tens capacidades, sei que lidas com as encomendas, lidas com isto tudo sem coisa nenhuma, agora é formares a confeção à tua maneira e mais nada”, prontos e organizei a confeção... fui eu que a abri (...), organizei a confeção à minha maneira e depois que me habituei nunca tive problemas... (Maria H., 48 anos).

A forma de exercer a função de encarregada está muito ligada ao agente possuidor de uma espécie de “dom” que, descoberto, deve ser aproveitado e orientado o mais rapidamente possível. Bebida na mais velha tradição assente na fixação de pessoas a um lugar ou uma função e baseada na aceção de que se deve lançar mãos aos laços como estratégia para se “amarrar” a pessoa desejada, a função de encarregada corporizava nos tempos da indústria, o mesmo conceito transposto do campo traduzido em não se deixar partir o filho que reunia mais jeito para lidar com a lavoura.

Os casos de Maria J. e Maria H. são exemplos acabados de que o campo também predispôs uma maleabilidade plástica, por um lado para promover agilidade social dos seus agentes, por outro para que o próprio campo perpetuasse a sua existência através da capacidade de saber fazer, sem uma clara necessidade do saber-saber, nesta caso um tipo de competência secundária. Apesar desta maleabilidade se basear na família, os seus recursos e condições de acesso granjeadas na rede relacional, a vontade individual do agente em progredir dentro do campo não lhe estava vedada, sendo que, para tal acontecer, o agente devia possuir algum capital próprio, não forçosamente tangível. Nascerá daqui a possibilidade do agente ser dotado de um novo capital social fornecido pela plasticidade do campo que, tendo em conta a operacional do campo fabril, se poderá considerar, se não elevado, pelo menos responsável pela capacidade de resposta prática às circunstâncias que se irão atravessando à vida profissional do agente. Este é o resultado, em primeiro lugar, de acesso a um capital escolar mais elevado, cuja possibilidade deverá ser imputada ao capital económico detido pela família, e à conjugação dos laços estreitados nas relações entre os progenitores e a comunidade e, em segundo lugar, à tenacidade que sobressai da vontade humana na mudança do destino através da superação.

4.1.3 Um emprego perto de casa a todo o custo

Os exemplos mais marcantes do estilo de vida e da forma como o trabalho podia ser usado como exemplo bebem na imagem do empresário. Grosso modo, este indivíduo era um representante da burguesia ou mesmo da pequena burguesia local que tinha conseguido livrar-se das amarras do trabalho do campo e lançar-se no empresariado. O percurso deste indivíduo assentava numa capacidade muito grande de acumulação de capital físico, não só baseado na realização de horas de trabalho excedentárias mas também num comportamento ascético nos gastos. Com o decorrer do tempo este indivíduo, habituado a horas intensas de trabalho, conseguia

uma pequena unidade de produção, normalmente uma pequena e desqualificada *chafarica* onde, no final do período de horário normal do seu trabalho se desloca para aí realizar trabalho que as grandes fábricas tinham em excesso. Outrora, esse trabalho era canalizado pelas grandes unidades fabris para *trabalho ao domicílio*. A *chafarica* não é nada mais do que a evolução do *trabalho ao domicílio*, resultando da concentração de operários numa pequena unidade onde inicialmente é realizado trabalho excedentário. Aos poucos, com o aumento de encomendas, a *chafarica* vai crescendo, levando a que a certa altura o seu dono se transforme numa pessoa com poder. Vislumbra-se a partir daqui uma figura cujo comportamento dominará o imaginário do empresário do Vale do Ave. Este imaginário criará praticamente um tipo-ideal do empresário do Vale do Ave, imagem essa que apesar de estar longe da realidade e até constituir uma minoria, se imporá como o típico, na medida em que os seus atos se tornarão mais conhecidos e comentados.

Basicamente todos tinham medo dele... quando ele entrava toda a gente tinha medo dele... Tinha aquele ar todo imponente... (...) Carregava aquele sobrolho e as pessoas temiam-no... Dizia muitos palavrões... Gritava muito... (...) Ele era um daqueles patrões à moda antiga, do género: eu quero, eu posso e eu mando na verdadeira aceção da palavra mesmo... Ele é o típico... (...) o que eu sei é que, na têxtil, eram todos muito autoritários, pessoas muito mandonas, (...) se virmos aqui à volta é quase tudo mais ou menos igual... Uns mais outros menos mas anda tudo por aí... (Maria J., 45 anos).

Apesar dos qualificativos, a verdade é que este empresário, malgrado os seus modos rudes, era socialmente visto como o exemplo a seguir, não só porque tinha conseguido realizar o que para alguns configurava um sonho mas também porque o seu comportamento, apesar de sancionado como negativo, era geralmente olhado como o resultado de uma aprendizagem prática, forma apreciada de se aceder à riqueza, o que, de outro modo, não seria possível. Só assim se compreende que as referências a esta espécie de empresário-tipo sejam sempre acompanhados do elogio à sua capacidade de erguer uma obra, “um império” dir-se-á muitas vezes.

A minha convicção era assim: enquanto que houver... o velhote for vivo isto não fecha porque foi o suor dele... Ele nasceu do nada... isto era um império... Ele construiu um império... Temos de dar um louvor a uma pessoa dessas... Foi uma pessoa que veio do nada... (Maria J., 45 anos).

Por vezes os trabalhadores atingiam patamares de conhecimentos técnicos razoáveis ao ponto de se distinguirem e despoletarem o interesse de empresas do mesmo ramo – aqui não se pode falar em concorrência na medida em que no Vale do Ave raramente se estabeleceu concorrência entre empresas. Um desentendimento salarial podia funcionar como catalisador para se abandonar a empresa e ir-se ao encontro de uma nova realidade

Numa altura eu pedi (...) um aumento porque achava que estava a ganhar muito pouco para o trabalho que eu desenvolvia. E ele fez-me uma desfeita... Na altura (...) deu-me quinhentos escudos de aumento e, esses quinhentos escudos subiram-me no escalão do IRS e, no fim, o aumento foi zero... O aumento praticamente não era visível... E então eu nessa altura, uma vez que abriu a Lasa eu fui para lá... (Maria J., 45 anos).

Postos perante a escolha entre o “patrão-tipo” do Vale do Ave e um patrão bem-educado, cortês e de fino trato, notada a diferença entre o antes e o depois, seria de esperar que o comportamento da figura patronal fosse determinante

A mentalidade do patrão da Lasa era muito diferente (...) [porque] punha as pessoas mais à vontade, deixava-nos trabalhar à vontade... era uma pessoa completamente diferente... (Maria J., 45 anos).

Apesar dos pergaminhos, este último patrão nem por isso adquiria o privilégio do trabalhador. Um aspeto aparentemente incompreensível sobrepunha-se na escolha entre estes dois tipos bem diferentes de estar na fábrica. Tal acontecia porque, aparentemente, na estratégia dos trabalhadores estava incluída a submissão ao destino que lhes saísse em sorte. E se esse destino impusesse uma unidade fabril perto de sua casa, isso queria dizer que essa fábrica havia escolhido o trabalhador. A este não competia qualquer decisão e a sua vontade submetia-se ao existente. Por isso, no caso do acesso a um emprego talvez seja exagerado falar em estratégia dos trabalhadores, dado que lhes estava vedada a capacidade de decisão e de escolhas. Nas conversas e no imaginário dos trabalhadores do Vale do Ave conseguir que a fábrica mais próxima o aceitasse representava um alívio e a certeza de estar acometido pela norma, isto é, na fila dos que queriam aceder à fábrica, o indivíduo acabava de obter o seu lugar. O seu melhor lugar! A tarefa ou função a executar era de somenos importância, o que aqui interessava era o enfileiramento do indivíduo na fábrica. Esse alívio traduzia-se no ganho de tempo que, por um lado representava a ausência do custo de transporte –

um peso significativo no ordenado de um operário – mas, mais do que isso, a possibilidade, por exemplo de se deslocar a casa na hora das refeições, de não desperdiçar tempo em transportes.

(...) a distância não me era favorável porque os horários das carreiras não eram muito compatíveis com o meu horário de saída. Eu andava sempre a correr: vinha por aquela ribanceira abaixo da Lasa e era sempre a correr. Porque se eu não chegasse àquela hora, o autocarro não ficava à minha espera e se eu não apanhasse o das sete menos vinte... depois só tinha às oito... A outra alternativa era vir a pé... E eu como sou uma pessoa que gosto de cumprir com o meu dever tinha que largar o que estava a fazer porque tinha o autocarro à minha espera e eu não gostava disso e então nessa altura falei com o patrão com antecedência e ele meteu lá uma menina... (Maria J., 45 anos).

No imaginário coletivo a perda de tempo à espera de transporte, por muito pouco tempo que fosse, configurava um desperdício e falta de qualidade de vida. Justamente esta resistência à mobilidade traduzia-se na falta de utentes, pelo que, estará aqui explicado, ainda que em parte, o responsável pelo não desenvolvimento de uma área de transporte com dinâmica idêntica à indústria. Se uma oferta de emprego aparecesse numa unidade fabril mais distante, e não era necessário que fosse muito distante, qualquer meia dezena de quilómetros correspondia a um longo caminho que logo fazia desistir. Por isso não é de estranhar que, nas estratégias dos trabalhadores do Vale do Ave – quanto tal lhes era solicitado – o empresário-tipo fosse colocado no mesmo prato que outro qualquer, mesmo quando a benevolência patronal poderia fazer a diferença.

(...) Eu não tinha carta nem carro, dificultava-me um bocadinho porque a Lasa fica lá em cima ao lado da Filasa e eu tinha de andar a correr atrás do meio de transporte. Tinha que ir de camioneta de manhã, depois vinha para almoçar e à uma e meia já tinha que estar lá, tinha que apanhar outro autocarro e depois, à noite às seis e meia se não apanhasse o meio de transporte já só tinha autocarro às oito... e aquilo começou também a... eles a insistirem... pertinho de casa e eu lá... estava assim um bocado condicionada e eu sou uma pessoa assim que me entrego ao trabalho... (Maria J., 45 anos).

Ora, quer isto dizer que a um trabalhador do Vale do Ave existiam valores muito presentes que induziam as escolhas. Esses valores não tinham como objetivo aspetos como a valorização pessoal ou profissional uma vez que tais desideratos não configuravam, pelo menos no imediato, qualquer tipo de capital. Apesar da sua plasticidade como se viu atrás, o campo nem

sempre observava a totalidade de valores. Pelo contrário, a ideia de valorização profissional estava arredada das preocupações, exatamente porque a fábrica admitia um tempo indeterminado para a aprendizagem de qualquer função.

A qualidade do emprego, as perspectivas gizadas pela função desempenhada, a melhoria das competências adquiridas e a formação profissional foram, durante muitos anos, expressões ausentes tanto das práticas como dos discursos, tendo a partir desta ausência florescido um conceito do trabalho baseado na eternidade da função, na imutabilidade da forma de executar a tarefa, no imobilismo tecnológico, na rigidez dos mercados aquisidores.

O trabalhador vivia com a certeza de estar a executar o seu melhor, aliás, aspeto que não era negado por ninguém. A sua realização ligava-se mais a uma realização pessoal do que profissional. A sua satisfação com o emprego era assunto secundário porque ao trabalhador fabril estava reservado um papel de obediência e conformismo, onde a sua opinião e os seus estados de alma pouco ou nada acrescentavam à fábrica.

Não depois de estar ali era o trabalho de que eu gostava... ainda tinha um irmão que me desafiou mas... (Manuel F., 50 anos).

Esta, a fábrica, através do seu patrão, não estava submetida a nenhuma obrigação, sequer formativa, dos seus trabalhadores, pelo que, a sua responsabilidade terminava com a contratação, na medida em que, ao promover a inserção de um trabalhador no interior da fábrica, o patrão entendia estar a proporcionar a possibilidade de uma aprendizagem prática, algo que de outra forma o trabalhador jamais conseguiria obter.

A classe trabalhadora do Vale do Ave, apesar da sua relação com o espaço concebido para receber a indústria, fruto das vicissitudes do campo, nomeadamente a intromissão da fábrica no espaço agrícola, mantiveram, grosso modo, um certo desligamento das relações de poder que se foram estabelecendo na indústria, agindo como se as variações e os acontecimentos perpetrados no interior da empresa nada lhes dissessem.

Eu nunca pensei que isto ia acontecer... à firma que era... aos patrões que eram... eu nunca pensei... Aconteceu assim, logo que fui para o desemprego tentei procurar... não... Não há hipótese... (Manuel F., 50 anos).

O objeto da fábrica na vertente direcionada para a transformação, dependente do manuseamento da mão-de-obra, correlacionando-se o seu

uso com os resultados produzidos, traduz-se numa relação determinada e objetivada. O grau de dependência da mão-de-obra para o sucesso desta organização deveria produzir nos agentes detentores dessa mão-de-obra uma consciência presente da sua utilidade no processo transformativo na medida em que o sucesso da empresa não se daria sem este empenho.

Talhados perante a incerteza dos resultados da produção agrícola, geralmente atribuída a fatores externos – como por exemplo as condições meteorológicas, a sorte e a intervenção divina – as narrativas da classe trabalhadora do Vale do Ave explanam, subjetivamente, na transposição discursiva do campo para a fábrica, o mesmo processo de relacionamento com a produção, consubstanciada numa vivência, simultaneamente presente mas desinteressada, desconhecadora e não interventora.

Contudo valorizavam-se as relações, os laços construídos a partir do interior da fábrica. Tais laços tinham manifestação na convivência entre colegas de trabalho. Esses relacionamentos podiam ser responsáveis por um momento de consciencialização de um grupo de trabalhadores e resultar numa tomada de posição radical.

(...) tivemos [um litígio] uma vez, pelo carnaval... Nós ali trabalhávamos em turnos rotativos e nós pelo carnaval nós fizemos um contrato... nós trabalhávamos ao sábado, ao domingo... era sempre seguido não é... E queríamos os feriados, por exemplo, no dia de carnaval parava a firma, mas como eles tinham uma encomenda muito grande... eles pediram-nos para nós ir trabalhar...Nessa altura... Nesse dia de carnaval entrávamos às duas da tarde... O nosso chefe avisou-nos ontem... que era para ir hoje...não é... e nós não concordemos muito... juntemos-nos todos... nós éramos onze em cada turno... e diz um assim... “não vamos trabalhar”... e a fábrica parou... o primeiro turno foi... das seis da manhã às duas... e nós tínhamos que entrar das duas às dez... E não fomos... fiquemos todos cá fora... eu fui para Moreira [de Cónegos] mais a mulher ver o carnaval... e os outros ficaram a andar por aí... (Manuel F, 50 anos).

Um grupo num momento de desindividuação parte para a sua imposição num contexto à partida muito dificultado pelo exercício do poder. Pouco habituados a rebeliões do género, mas determinados, os responsáveis trataram de punir

No outro dia fomos todos trabalhar e... nós não entremos... “esse turno não entra!” disseram... e às quatro horas recebemos um telefonema para ir todos ao escritório... Eu apanhei logo três dias...Todos nós... e o cabecilha que era

colega meu ali de S. Tomé... apanhou oito... que ele é que foi o causador... Mas nós éramos todos cúmplices... Nós não tínhamos nada a ver com ele... (Manuel F., 50 anos).

Perante a justiça diferenciada o grupo volta a insistir impondo-se

E se ele apanhou oito nós também tínhamos que apanhar oito... Fomos ao escritório e o senhor Paulo Rocha diz: “ora bem o senhor Manuel vai apanhar três dias, o senhor fulano de tal, três dias e fulano... oito!”... E nós não concordamos... Ou era oito para todos ou três para todos... fiquemos em casa três dias e no fim fomos trabalhar... E o sr. Paulo Rocha disse assim: “uma vez que eles ficaram três dias em casa e um oito, nós vamos pagar esses três dias e a partir de hoje no dia de carnaval vai ser sempre feriado”... E foi... (Manuel F., 50 anos.)

Da rebelião sobressai uma espécie de negociação e uma determinação para o futuro, traduzida numa conquista de um pequeno grupo de onze pessoas que, em determinado momento, decidiram consciencializar-se dos seus direitos. Não deve escapar o facto de que o acontecimento nada tem a ver com a vida na fábrica, nem propriamente com uma violação legal da empresa na medida em que o carnaval não é, nem nunca foi, um feriado obrigatório. A questão reside na violação social da empresa a valores muito mais arraigados e remetidos para o campo religioso onde sagrado e profano, apesar de funcionarem como campos antagónicos, se interligam. O carnaval, uma representação profana da imperfeição da vida, corporiza nas sociedades cristãs um ritual de passagem, um momento festivo que entra em contradição com a ordem do mundo, aspeto escondido por detrás do trabalho enquanto conceito. Padrões tão intensamente interiorizados manifestam-se no tecido social sem que os agentes necessitem de as explicar

(...) Desde sempre nunca trabalhei no carnaval... não ia trabalhar nesse ano (...) acho o carnaval bonito... gosto do carnaval... de pegar na mulher e ir por aí fora... nunca trabalhei nesse dia... aquilo não foi obrigar... foi dizer vós tendes de ir... (Manuel F., 50 anos).

Muito lentamente, por vezes quase sem ação dirigida, a classe trabalhadora do Vale do Ave foi paulatinamente obtendo alguns ganhos de classe, mas nem sempre tal aconteceu por existir uma consciência operária que procurasse, através do seu recorte existencial, impor um programa com a adesão dos pares. Por exemplo, apesar das tentativas que foram existindo no

sentido de uma maior união, os operários fabris mantiveram sempre uma distância muito grande em relação aos sindicatos. Em alguns momentos de litígio, chega a existir a negação sindical, colocando-se a hipótese da troca do sindicato pela presença de um advogado contratado por um grupo de indivíduos pertencentes a uma fábrica.

A firma fechou...Fechou e logo a seguir tivemos aqui o sindicato... Tivemos logo a defesa dos trabalhadores... Houve logo algumas reuniões tanto com o tribunal como com o gestor judicial e pensávamos que tinham metido o processo de insolvência o que não aconteceu... Só aconteceu dois anos depois e muito por imposição da nossa parte... Foi uma reunião que os trabalhadores convocaram e não convocaram o sindicato porque pusemos a hipótese de arranjar um advogado para tomar conta do nosso processo... Porque não estávamos a ver isto a andar e então o sindicato, alguém lhes disse e nessa reunião eles apareceram aí e disseram-nos que no dia 6 de Maio tínhamos que ir ao tribunal e então que iam pedir a insolvência da firma e nós dissemos-lhe, “foi preciso estarmos a espera dois anos para vocês pedirem a insolvência?!” E o sindicato o que nos disse foi que estava à espera que o patrão pedisse a insolvência e eu disse: mas isso é quase impossível, acham que ele vai pedir a insolvência da própria firma? E nessa altura apercebemo-nos de que o sindicato estava a jogar num triângulo em que jogava connosco, com a Turcopano e com o Sr. Martins P. (Maria J., 45 anos).

Nos momentos de tensão, uma profunda suspeita provinda dos valores do campo agrícola colocará a fábrica num papel do estrangeiro e invasor a quem não se deve confiar totalmente. E assim, todos aqueles que se unirem à fábrica, ainda que por motivos de estratégia técnico-legal, tendem a ser interpretados da mesma maneira pela classe trabalhadora, ou seja, neste caso as negociações sindicais são interpretadas como uma provável aliança com a parte devedora – que, por acaso, é tida como a parte mais forte. Na realidade estes operários continuam a ser o resultado dos que investiram as suas vidas na fábrica pressentindo que a fábrica também investia neles; uma aliança em que as parte envolvidas demoraram quase um século a estabelecer. Não existe portanto contradição alguma quando um grupo exterior a todo o processo de realização social dos indivíduos, porventura crente numa missão imbuída da melhor boa vontade, descobre que a sua atuação não deve obedecer a uma estratégia centralizada e particular manifesta em atos inexplicados; pelo contrário, a estratégia para esta classe trabalhadora, deve ser de acordo com o sentimento geral do grupo.

4.1.4 *Disposições de mobilidade física*

Ana R., 20 anos, solteira, 12.º ano completo. Lá mais para a frente da conversa, emocionada pela sua condição, debaixo de uma sufocada voz e segurando as lágrimas, Ana produzirá um desabafo que, mais do que uma crença, representa, simultaneamente, a sua busca, o seu objetivo e a sua ideia de satisfação.

Desistir não faz a minha praia... nunca. Tentar para melhor sempre... Desistir nunca... Eu ainda hei-de fazer a minha praia... (Ana R., 20 anos).

Longe do conceito escravo a que o trabalho é bastantes vezes remetido – a expressão “trabalho como um escravo” é uma constante nos discursos – a ocupação do tempo com trabalho é remetido para o mesmo que a realização de um idílico. Mais ainda: “eu ainda hei-de fazer a minha praia” é uma afirmação esperada para uma conversa sobre estilos de vida, tendências recentes, definição de objetivos ou dimensões lúdicas. Neste contexto o dito é usado como uma isotopia do lema de uma estratégia profissional, o que à partida remete para a fusão de duas dimensões aparentemente antagónicas – expressada no contexto (trabalho) e expressada no sentido (praia) – que liga dois mundos outrora desligados: o mundo do trabalho e o mundo do lúdico e do prazer. Ana usa a expressão ‘praia’ em substituição do que antigamente se designaria por “o meu futuro”. Só que é uma forma de falar num futuro baseado numa das características essenciais da pós-modernidade: o hedonismo. A “praia” de Ana R. é esse futuro de prazer, de experiência a atingir, de fim experiencial que permite gozo e satisfação^[35]. A “praia” de Ana R. é, sobretudo, algo construído com um fim delineado, baseado no prazer e em mutação com o trabalho, uma espécie de fusão em que desaparecem as fronteiras da dor que outrora caracterizava o trabalho e o prazer que ainda caracteriza a “praia”. Porque a “praia” é prazer, emoção, ludicidade. Integrar o lúdico, o prazer e a emoção no trabalho é criar uma nova forma de encarar a ocupação profissional. É tornar aceitável uma praia construída, não típica, que permite tanto a estabilidade como a instabilidade.

35 Maffesoli (1987) fala precisamente desta tendência, desta busca renovada por identificação nos indivíduos. A ausência de um todo moral que identifique o indivíduo fá-lo andar atrás de experiências emocionais, de interesse não institucional. O autor fala de uma necessidade de “proximidade”, que faz com que o “individualismo contemporâneo” se converta em redes de atitudes por afinidade aos gostos, aos prazeres, aos modelos, com carácter efémero, mas dominadas pela emoção. Cf. Maffesoli

Ana vive na fronteira entre a aparente serenidade do rosto imberbe e a contenção do discurso pesado e pensado. Adivinha-se-lhe o desespero eminente. A sua história é comum a muita gente da sua idade. Filha de pais operários têxteis, Ana experimentou um percurso escolar típico dos residentes do Vale do Ave: apesar de nascida em Lordelo estudar em Moreira de Cónegos concluindo o 12.º ano em Vila das Aves. Fará um percurso escolar sem reprovar qualquer ano, apesar de não gostar de disciplinas técnicas como educação visual ou trabalhos manuais. Com este percurso Ana correspondeu ao que os pais tiveram como estratégia proporcionando-lhe um nível educacional planeado, muito acima dos 4 anos escolares que a eles, pais, havia tocado. Habituaados a um percurso que o campo tornou normalizado aos olhos dos seus agentes, Ana guardou as palavras dos pais como provindas de uma espécie de sapiência, pessoas efetivamente conhecedoras do modo de produzir uma vida: “se fizeres o 12.º talvez arranjas qualquer coisa melhor do que eu...” Palavras ditas e bebidas na certeza de um futuro pré-determinado, certo e sem dúvidas porque, imensamente repetido na história do campo.

Concluída a escolaridade, familiarmente entendida como o nível mais alto possível, Ana entrou para o mercado de trabalho aos 18 anos. Antes de aceitar ocupar-se numa confeção, correrá praticamente todo o tipo de empresas não só de Lordelo mas também das freguesias limítrofes à procura de emprego. Aí, trabalhará durante 8 meses até ser descartada por não haver necessidade de tantos trabalhadores. Ingressará depois numa sapataria onde o atendimento a clientes não a seduzirá por aí além. Regressará ao trabalho na confeção, indústria sempre à procura de mão-de-obra, uma ocupação não só fácil de executar como também quase sempre disponível. Descobrirá aí, na indústria da confeção têxtil, uma área praticamente inventada para acabar com o trabalho ao domicílio, que o capital escolar não tem utilidade nenhuma, aliás pelo contrário, a experiência prática, o labor intenso e acrítico, baseado na repetição dos gestos, afinal, aquilo que qualquer pessoa pode fazer, isso sim, é grandemente valorizado no interior da fábrica.

Ainda só se passaram dois anos desde que Ana R. entrou no mundo do trabalho mas já lhe experimentou as suas lógicas, as suas dificuldades e as suas vicissitudes. Uma delas prende-se com a responsabilidade das empresas para com os seus trabalhadores em aspetos determinados pela lei. Apesar de profundamente censurada subsiste a informalidade contratual e a cultura da irresponsabilidade social traduzida na não comunicação às instituições de proteção social da contratação de trabalhadores. Na lógica

desta forma de atuar, dois aspetos parecem impor-se: em primeiro lugar, uma visão a partir da empresa assente no fim da ideia do “tomar conta” da pessoa contratada através de um vínculo fixo e duradouro. Por outro lado, a aceitação tácita do trabalhador de que tal é o resultado da vontade do empresário e não de uma obrigação legal.

Trabalhei primeiro numa confeção. Foi o único tempo onde tive descontos... foram oito meses... depois fui trabalhando aqui e ali mas sempre ... clandestina, mais ou menos... Depois de umas horas eu pedia para me meter à caixa mas diziam sempre que não... “não posso...” e não sei quê... (Ana R., 20 anos).

O excedente de mão-de-obra é um elemento que introduz, simultaneamente, o medo à parte fraca e a força à parte forte, na prossecução da atual realidade socialmente irresponsável. Apesar de tudo, o interesse numa contratação informal, pode, por estratégia, interessar ao trabalhador, que tudo fará para “guardar” o período restante da isenção de pagamento à segurança social para convencer, no futuro, uma empresa que venha a interessar-se pelo trabalho nas áreas do seu talento.

Nesta última onde eu trabalhei eu não abordei muito essa situação... Embora nesta última eu não tenha abordado muito porque como tinha 8 meses de descontos eu não queria abordar... porque esta não era bem a minha praia... Eu não queria gastar o tempo todo do primeiro emprego aqui... Queria algo melhor ... Abordei uma vez e como não disseram nada, no fim do mês vim embora... Só estou há uma semana em casa... (Ana R., 20 anos).

No fundo Ana já percebeu que a sua região tem um tecido social com lógicas particulares de funcionamento que não se deve descurar: o sentido da ação deve ser orientado para o melhor para si. Percebeu também que, se “gastar” a totalidade do período legal de isenção à segurança social que lhe é granjeada pela sua juventude, isso significará que se moldou, durante três anos – o tempo que dura essa isenção – a uma lógica fabril da qual dificilmente sairá. Mantendo-se não inscrita na empresa Ana R. mantém a possibilidade de fugir ao destino, deslocando-se da lógica fabril para uma outra área de emprego. Frequentar formação numa área profusamente comunicada como essencial, salvadora da espécie e geradora de emprego sustentável, parece ser o início de uma solução.

Construção de sites, webdesign, modelação de imagens, vídeos, coisas assim... (Ana R., 20 anos).

Diversificar a formação, interiorizando e multiplicando conhecimentos em busca do paradigma perdido, como afirmava Edgar Morin (1991), permite uma amplitude, uma adaptabilidade e uma maleabilidade produtora de liberdade nas escolhas e de segurança nas atitudes

Fiz um curso de informática que é onde estou a apostar agora, um curso de logística e um curso de controlo de qualidade têxtil... mesmo assim nada... (Ana R., 20 anos).

Informática! Em cada momento que uma crise se instala algum credo aparece indicando o caminho da salvação. Mesmo que os agentes não encontrem resposta do campo, até porque este ainda não interiorizou a novidade tecnológica, esta, sendo *bibliificada* pela insistência comunicacional, torna-se num desejo sempre presente como se de uma alienação se tratasse. Apesar de ninguém saber explicar os modos em que tal instrumentação tecnológica produzirá efeitos, os agentes percebem que a incorporação dos comandos desta nova tecnologia nos seus saberes, alargará o seu acesso a outras áreas geográficas, produzindo-se a partir daqui a certeza que, no futuro, a disponibilidade para a mobilidade física será mais um elemento a interiorizar, porque daí advirão soluções.

Eu sempre gostei muito de informática. Já antes de acabar o 12.º tinha iniciado o tal curso que fiz mas nesta zona não se arranja trabalho para lado nenhum... e então nesta zona para informática é impossível... não há... tem que ser ou Porto ou Lisboa... e eu também não quero fugir daqui... por isso... (Ana R., 20 anos).

Mobilidade física e geográfica dos agentes na busca de emprego. Na sociogénese do Vale do Ave este tipo de disposição para a mobilidade representa uma contradição no *habitus* tanto do campo como dos agentes. A admissão da necessidade de mobilidade, não sendo transversal ao espaço, é reduzida a uns poucos, configurando-se aos que se predispõem a encontrar ocupação profissional fora de um limite que os olhos não alcançam. Em geral, esta nova configuração relacional com o espaço apenas foi detestada por aqueles que dispõem de algum capital escolar, seja porque já o haviam adquirido, seja porque decidiram reforçá-lo nos dias que correm.

Agora estou para tudo, arrisquei para o Porto, Braga, arrisquei para as zonas urbanas... (Ana R., 20 anos).

Poderá parecer que esta predisposição pela mobilidade física se relacione exclusivamente com grupos mais jovens. Porém, esta propensão estende-se também àqueles que, na sua longa existência profissional, dedicaram a vida à fábrica.

(...) até porque estamos na era da mobilidade. Ter um emprego à porta de casa, na altura era muito importante por causa do meu pai. Como nós perdemos a minha mãe, o meu pai também ficou muito só e havia aquela necessidade de, se eu trabalhasse o mais próximo de casa possível, (...) porque entretanto ele ficou reformado, eu podia vir almoçar com ele... à noite chegava a casa às 7 horas e estava com ele... Eu hoje tenho 45 anos, se eu tivesse por exemplo 25 anos, não me importava de ir para longe, até se calhar era uma opção mesmo ir para a Madeira ou Açores eu não me importava... Naquela altura eu estava ao pé do meu pai, da minha família, mas se fosse hoje já não passava da mesma maneira que penso... (Maria J., 45 anos).

Com o decorrer do tempo, lentamente vai-se processando novas incorporações tanto no campo como nos agentes. A tendência para não se deixar amarrar pelos laços mais fortes evidencia-se, não só porque estes já não existem, mas essencialmente porque o emprego à porta de casa nos novos moldes de um passado muito recente força a procura de ocupação noutras paragens. Trata-se de uma predisposição que também coincide com uma requalificação da indústria têxtil e o conseqüente abandono – aparente, pelo menos – de um tipo de indústria baseada na mão-de-obra intensiva como elemento gerador da mais-valia do produto final.

4.1.5 Disposições de fixação no espaço

Ao fim de vinte e sete anos numa fábrica, Pedro V. foi mandado embora! A sua história é uma metáfora do trabalhador sem qualificações e sem competências atribuídas, uma representação acabada da tal mão-de-obra que engrossou as áreas produtivas da região. Casado, pai de dois filhos, acaba de receber a notícia de que também a esposa passa a usufruir da condição de desempregada. Recebe-nos em sua casa próxima de Vila das Aves na linha de fronteira com Lordelo ao lado da margem direita do Rio Ave. Na verdade, Pedro habita um anexo a que chama casa, constituída por uma sala, dois quartos e uma cozinha cujo acesso se faz pelo exterior. Uma cobertura plastificada une este seu espaço a uma outra casa promovendo um corredor a que aproveitam os moradores das duas casas. Ao fundo dessa espécie de corredor vislumbra-se um terreno que por esta altura – estamos em Janeiro

– apenas mostra umas couves com aparência muito raquíticas. Na verdade, ao lado, numa construção semelhante, débil e humilde, reside a sogra, já reformada. É ela a dona das duas habitações. Por enquanto Pedro paga renda mas já sabe que num futuro próximo terá de contar com a intensidade dos laços familiares para continuar a ter uma habitação.

Moro aqui na casa da minha sogra... se não puder pagar a renda, a luz e água não pago... Logo que puder pagar pago... tem que ser... Eles vão vivendo com as reformas e logo que possa pagar as coisas pago... (Pedro V., 41 anos).

Laços fortes unem os destinos no vale do Ave. Uma das defesas da classe trabalhadora quando em tempos de dificuldades, reside no recurso aos laços familiares. Estes laços, geralmente construídos sob uma malha muito estreita, baseiam-se na proximidade física dos agentes e no entendimento da existência de um destino a que atos de bondade devem acudir. Tanto os agentes como a globalidade do campo tendem para uma imediata compreensão das circunstâncias adversas, predispondo o campo para uma imediata tomada de posição

Na fábrica, a ocupação de Pedro V. traduzia-se na vigilância à lubrificação das máquinas. Durante 22 anos, Pedro V. acumulará essa tarefa com uma outra, a de *olheiro* da estação de tratamentos da água necessária para a tinturaria, um trabalho que, no seu dizer, devia ser feito por três pessoas. No verão, quando os poços secavam, Pedro quase tinha de dormir na fábrica tal o número de avarias. Avarias essas que ainda por cima eram muito frequentes, o que impunha a sua presença. Verdadeiramente, Pedro demorou uns bons anos a aprender a função mas, finalmente, ao fim de sete ou oito anos, estava formado. Ou quase formado.

Há uns 7 anos atrás ou 8 começaram a comprar bobinadeiras e havia lá um senhor que vinha de fora (...) Andei com ele muitos anos a aprender a ser mecânico na bobinadeira... e cheguei ao ponto de ficar eu à frente do serviço e o senhor só vinha lá quando havia uma avaria grande que eu não me desenrascasse... ou pelo telefone ... senão era eu que estava à frente... (Pedro V., 41 anos).

Mesmo assim há a registar as dificuldades encontradas por Pedro V. neste longo período formativo

Na bobinadeira aquilo foi um bocado difícil... que aquilo era difícil, tinha muita electrónica... Para detetar as avarias era preciso uma pessoa conhecer bem a máquina, ensinava-me tudo... Às vezes iam lá eletricitas e não sabiam...

Não tinham curso de electrónica, eram só eletricistas e eu até desenrascava mais do que eles porque a nível de isso... (Pedro V., 41 anos).

Ao fim de alguns anos, após várias avarias se repetirem, repetindo-se também as soluções num processo de imutabilidade tecnológica, pode o agente vangloriar-se de uma aprendizagem prática e de domínio da técnica melhor do que qualquer outro

Embora eu não tenha estudos, a nível de conhecimento da máquina se houvesse uma avaria eu já sabia o que era... Só se fosse uma avaria mecânica em que partisse alguma coisa aí já era mais complicado porque aquilo já é um bocado difícil... Nessa altura o senhor vinha lá à noite ajudar-me e os dois em conjunto já era melhor... Mas agora para o fim ele já não lá vinha... Eu já tomava bem contra do serviço... (Pedro V., 41 anos).

Pedro não se dá conta que nunca foi responsável por nada e que teve sempre alguém supervisionando o seu desempenho. Mas a crença na sua intensa utilidade, induzida pela sua constante presença, imposta pelo número de avarias da máquina, elevavam o seu interior a um nível de conhecimentos que verdadeiramente só adquiriu por imitação. A história de Pedro e a sua quase ausência de competências, muito lentamente adquiridas mas apreendidas como uma formação para a vida inteira, traduziu-se numa repetida representação interiorizada pelos agentes. Na hora em que se deparam com o desemprego, os agentes lamentam que todo o seu labor, a que atribuem um valor superlativo no funcionamento do sistema organizacional, tenha sido em vão e sentem-se profundamente injustiçados nos processos de encerramento das fábricas. Na verdade, a relação que estabeleceram com as tarefas do dia-a-dia aprofundaram os seus sentimentos profissionais, ligando-os e moldando-os, não só à atividade que exerceram mas também ao lugar que ocuparam na empresa e que cada um conseguiu transformar num elo muito importante de uma cadeia.

(...) E agora?! Como é que vou arranjar emprego, com 41 anos e a 4.^a classe... Complicado... Tantos anos na fábrica... Um homem passa lá a vida... Um homem é fabricado lá... Na fábrica... E depois não tem para onde ir... É muito triste... (Pedro V., 41 anos).

Homens e mulheres fabricados na fábrica! Debaixo do seu quase inexistente capital escolar, Pedro V. sintetiza este trabalho. Pressente-se que o seu desalento é grande. A sua descrença é profunda. Nos dias que correm,

fruto da imensidão de indivíduos a procurar trabalho, Pedro parece ter desistido na procura de uma solução para a sua vida. Por isso nem se dá ao trabalho de procurar emprego, vivendo resignado à sua sorte

Porque somos muita gente no desemprego... e eu falo com os meus colegas e eles preenchem fichas e fazem tudo e mais alguma coisa... Pessoas com mais estudos do que eu... Depois há desculpas: se viesse ontem... Foi pena... Para não dizerem que não, dizem que veio tarde, já nem ligo... (Pedro V., 41 anos).

Tal como a generalidade do campo, o momento que se vive no Vale do Ave espalha um sentimento de fim de linha. Algo chegou ao fim. Não só uma certa forma de empresa com negócios assentes na mão-de-obra mas também a necessidade dos indivíduos se envolverem em novas dinâmicas, novas aprendizagens. Para alguns, é necessário verem um sinal no horizonte para acreditarem nos resultados dos processos de requalificação formativa. Educados num percurso de vida em que a aprendizagem apenas é entendida como a prática das coisas, alguns agentes recorrem aos saberes que lhes foram incrustados na sua juventude, num processo estratégico básico, como por exemplo, imaginar que a agricultura de subsistência poderá resolver a sobrevivência da família.

Isso [formação] não... Eu não faço porque eu não acredito... Um gajo vai perder tempo para quê? É melhor um gajo dedicar-se à terra, dedicar-se ali ao terreno e esperar... Enquanto que vem este é sempre algum... é esperar a ver se há dias melhores... Se isto melhora... [Vou] esperar porque eu faço qualquer coisa... (Pedro V., 41 anos).

Nos limites da sua residência, Pedro tem a sua horta. Os rigores do inverno não permitem vislumbrar capacidade para aquele terreno produzir algo mais do que extensão desregrada de ervas. Porém, é o próprio a caucionar não só as capacidades da horta, mas também a intensa criação caseira que faz de galinhas e coelhos. A agricultura, acredita ele, parece estar-lhe no sangue, afinal trata-se de um jeito que lhe vem desde criança e que sempre cultivou com gosto.

Às vezes ficava em casa a ajudar o meu pai no quintal. Outras ia passear... ia brincar com os meus amigos... (Pedro V., 41 anos).

Antes de estar desempregado gostava de ocupar o primeiro turno – das 6 às 14 horas – para ficar com tempo para dedicar à sua horta

Fazia de tudo um pouco... Punha planta, couves, cebolo, favas, ervilha... Era de tudo... Punha de tudo o que pudesse... Ainda agora ponho... (Pedro V, 41 anos).

Pedro tem noção de que o que a sua horta produz tem efeitos positivos na economia familiar. Agora intensificou a produção agrícola e a criação de animais

Sim, também tenho coelhos, galinhas. Andam à solta... Tenho um terreno bastante grande que vedei e as galinhas e os patos andam aí à solta... É o que se pode fazer... (Pedro V, 41 anos).

Existem formas de enfrentar o desconhecido que só a biografia mais profunda e detalhada pode explicar. O recurso à agricultura como estratégia representa uma matriz transversal, um sistema de disposições inculcadas no indivíduo ao longo da sua história, orientador da sua maneira de ser, de pensar ou de fazer; responsável pela forma de agir em determinada situação ou circunstância. A crença de que nada mais vale a pena e que o trabalho corporizado na produção agrícola é uma solução para a sobrevivência, traduz uma fixação em valores provindos de uma cultura ligada ao amanhã da terra, valores esses transmitidos e reproduzidos de pais para filhos numa consolidação profundamente interiorizada pela estrutura social.

A desvalorização de uma nova aprendizagem é entendida do quadro de um indivíduo que demorou mais de sete anos a obter recursos profissionais reduzidos, o que, por seu lado, é explicado pelo insignificante capital escolar que esse indivíduo detém. Em contrapartida, a certeza do auxílio da estrutura familiar num recurso aos laços fortes existentes, possibilitam ao agente um tipo de estratégia imensamente entranhado nos hábitos do campo: tratar da terra, vivendo da agricultura e obtendo a sobrevivência numa área previamente fixada e da qual, durante o dia, não se quer perder de vista. Na escolha que os homens fazem do seu destino, Pedro V. continuará a viver próximo das margens do rio Ave, num retorno da fábrica ao amanhã de um pequeno quintal.

4.1.6 Pluriatividade, complementaridade e singularidade

A necessidade de manter mais do que uma atividade que permitissem rendimentos foi uma constante do Vale do Ave enquanto se processou uma complementaridade entre a indústria e a agricultura. É desse tempo o de-

envolvimento da ideia de uma região dominada pela pluriatividade de muitos agentes. Como pudemos ver num capítulo atrás, a agricultura enquanto sector económico há muito que deixou de ser uma área interessante para ocupação dos agentes na medida em que a produção agrícola passou a reger-se por leis económicas de oferta e procura que lhe retirou sentido enquanto fator de sobrevivência. Perdeu-se, por isso, a ideia mítica de autossuficiência, desaparecendo, em consequência, o pensamento de que era pobre quem não trabalhasse terras. Ideia que inclusive, colocava o salário da fábrica no campo do excedente que melhorava a economia da casa. Sem dúvida que nos dias de hoje ter terra ainda é um referencial de estatuto elevado mas, a agricultura por conta própria, já não é considerada no nível superior de sobrevivência uma vez que não é necessário possuir ou trabalhar terras para se ter de comer.

Desaparecida a agricultura, desenvolveram-se outras configurações de complementaridade, por vezes, na exata forma em que se processava na relação fábrica-agricultura, isto é, na ocupação do tempo sobran-te ao da fábrica. Digamos que apenas o sector sofreu alterações, passando agora o excedente complementar a ser obtido através da relação fábrica-comércio.

Não [estudo à noite por]que eu tenho a loja... Tenho a minha loja há 21 anos... (Maria J., 45 anos).

Sim uma loja de pronto-a-vestir... Foi uma vida de muito trabalho... A minha irmã estava durante todo o dia na loja e quando eu chegava eu fazia o caixa e depois vinha ver o que era preciso encomendar e a fazer as compras e depois ao sábado estava eu a tempo na loja que fica logo à entrada desta casa por onde o senhor [refere-se ao entrevistador] passou... Foi um complemento que arranjei... (Maria J., 45 anos).

Conciliar a vida na fábrica com a vida de empresária a tempo parcial tem, forçosamente, consequências, nomeadamente alguns sacrifícios retirados ao tempo de lazer.

Consegui, mas trabalhava muito... Abdiqueei de muitos fins-de-semana, muitos feriados para poder organizar a loja, porque é assim: no início das coleções eu não saía... O domingo à tarde era para me dedicar à loja, para marcar preços, para por as coisas no sítio... e depois a minha irmã só tinha o trabalho de vender... Todas as questões de stocks eu dizia, “mana quando acabares um produto escreves aqui...” isto era uma loja de miudezas, não era exclusivamente de pronto a vestir, tenho *lingerie*, depois muita gente queria *toilettes* para festas

e assim e começaram a dizer-me que podia ter sapatos e a loja foi crescendo, crescendo e eu dizia, mana pões aí quando acabar um artigo para eu telefonar ao fornecedor para fazer as encomendas... que era para não escapar nada... (Maria J., 45 anos).

O exemplo de Maria J. e o seu negócio é apenas um dos muitos que aqui se poderia relatar, caso os trabalhadores inscritos nas estatísticas do desemprego não soubessem que devem manter em segredo absoluto a existência de qualquer negócio que, conhecido, lhes retiraria a possibilidade de continuar a receber o subsídio de desemprego.

Como já verificámos atrás, o Vale do Ave foi um terreno fértil na promoção da mobilidade ascendente, o que permitiu a muitos trabalhadores desenvolverem atividades próprias a partir da *chafarica*. Regra geral, no final do dia de trabalho numa grande unidade, alguns indivíduos promoviam pequenas confeções, funcionando estas como trabalho complementar tanto para o trabalhador-promotor como para os restantes operários. Esta complementaridade através de uma atividade empresarial foi rareando e, pouco a pouco, deixou de existir. Com o seu gradual desaparecimento, por vezes também por saturação – o recurso e acesso de muitos indivíduos a este tipo de estratégia acabou por aniquilar os preços praticados – cedo deixou-se de verificar o aparecimento de indivíduos a moverem-se nesse tipo de estratégia que, bastantes vezes, foi responsável pela transformação de empregados em patrões.

Como já foi aqui afirmado, a complementaridade outrora um fator que funcionou como segurança para as crises cíclicas que a indústria têxtil foi manifestando ao longo do seu historial, deixou de fazer sentido quando a agricultura praticamente deixou de ser um sector económico ativo em Portugal. Coincide com esse desaparecimento da agricultura um período de grande crescimento da indústria têxtil que, por exemplo, em Guimarães, foi responsável pelo aumento do número de pessoas ligadas ao sector secundário. Nesse período de grande crescimento da indústria têxtil os trabalhadores são aliciados para a ocupação do seu tempo livre em horas suplementares de trabalho. Remuneradas com valores acima da média, esse tempo suplementar de trabalho acolherá os trabalhadores, amarrando-os a um uso do tempo direcionado para essa atividade única. Genericamente, pode dizer-se que a ocupação agrícola traduzida na complementaridade é transferida para a atividade única, cada vez mais atrativa e acolhedora. A fábrica aumenta gradualmente a quantidade de trabalho, concentrando-se aí, cada vez mais, a atividade da classe trabalhadora. O uso do tempo de

trabalho excedentário do trabalhador passa assim a ser ocupado exclusivamente numa única atividade. A fábrica passa, finalmente, a ter um lugar de distinção transformando-se num elemento singular e único congregando em si toda a tipicidade do trabalho do Vale do Ave. Com esta singularidade ocupacional, sem se darem conta, os trabalhadores são forçados a concentrar todo o risco do emprego e sobrevivência na fábrica, algo que tinham conseguido evitar durante praticamente um século.

4.1.7 *Do salário ao subsídio*

A noção de que a aprendizagem escolar constitui só por si uma espécie de alavanca geradora de oportunidades não é hoje recebida como uma ideia de todo ausente de sentido. Inclusive, encontra-se presente nos discursos produzidos. A maior parte dos agentes interiorizou a necessidade dos filhos inscreverem em si uma aprendizagem técnica baseada num conhecimento mais largo e profundo e que não se circunscreva a um saber tarefeiro. Esta formulação, hoje tão presente, produz o recorte de um antes e um depois, como se de no decorrer das vidas, progressivamente, os agentes fossem verificando uma nova lógica na realização das vivências e a adesão à ideia de que algo se transformou e os ultrapassou.

Quando atirado para a situação de desemprego, principalmente, quando esse desemprego é consequência do fim de uma função exercida durante muitos anos e que praticamente *domou* os gestos, guiou expectativas e condicionou a existência, é chegado o momento do indivíduo procurar uma solução para a sua vida. Nessa altura, quando lança um olhar sobre a atividade possível no futuro, alguns lembram-se de uma realização: a carta de condução. Produto da destreza na locomoção de um veículo, a permissão de conduzir é atestado àqueles que conseguem aprender as regras e os sinais de trânsito, aspeto só possível aos agentes possuidores de algum capital escolar.

(...) E à idade que tenho eu ainda vou tirar a [carta] de pesado... Que eu já me inscrevi... ainda fui lá ontem... Muita vez posso chegar a uma firma e perguntarem-me: você tem carta de pesado?... não é... Já me matriculei... já vou... Tenho que saber de mecânica (Manuel F., 50 anos)

O rendimento atribuído pela circunstância do indivíduo estar desempregado, tem relação direta com as prestações sociais que cada um entrega à instituição para proteção social. Como já atrás foi referido, os operários

realizam as suas vidas submetidos a baixos salários, o que gera uma fragilidade económica e social muito acentuada. Este diminuto salário é responsável por prestações sociais correspondentes uma vez chegada a idade da reforma. Esta fragilidade económica e social é tanto mais significativa quando é sabido que o assalariamento industrial implicou localmente uma progressiva quebra de ligações com a terra e o trabalho no campo e mais tarde com algumas atividades complementares que a classe trabalhadora sempre ia realizando. Estes condicionalismos obrigam a classe trabalhadora à prática de uma vida baseada na austeridade. Mesmo assim, a partir do momento em que a fábrica se tornou no elemento singular na ocupação do tempo excedente dos agentes retirando-os das atividades complementares, estes passaram a ter um melhor rendimento.

Eu ganhava à volta de 800 e tal euros... 900... (Manuel F, 50 anos).

Um bom salário... Derivado... O meu ordenado era o ordenado mínimo como lhe expliquei... Mas o que tinha era muitos prémios... Tá a compreender... Por isso vim para o fundo de desemprego... Também vim ganhar bem (...) (Manuel F, 50 anos).

Um rendimento fruto de um intenso e duradouro labor cujo ponto de partida é o mínimo estabelecido pela lei. Para a classe trabalhadora obter um rendimento consentâneo com as necessidades básicas, é obrigada a despende o seu tempo de lazer canalizando-o para o trabalho. É contudo um rendimento que, apesar de reforçar as prestações sociais do trabalhador, caso desapareçam os prémios de assiduidade, produtividade e desempenho, fazem regredir o salário para o mínimo, colocando o trabalhador na circunstância de um subsídio de desemprego mais baixo.

Como eles me retiraram 3 prémios, eu no fundo de desemprego devia estar à volta de 700 e pouco... Mas como durante esses três meses retiraram esses prémios vim para 575 euros... Não é um ordenado... É razoável não é... Porque se não me retirassem aqueles... Eu no fundo de desemprego eu estava bem... (Manuel F, 50 anos).

Antes de morrer definitivamente num pedido de insolvência, a empresa começa por tentar mascarar a sua situação. Quando já não é possível a dissimulação e a lassidão começa a transparecer, a empresa procura a sua sobrevivência desvalorizando o trabalho. Reduz então parte do rendimento do trabalhador a que eufemisticamente chamou de «prémios». Com

essa manobra projetou uma imagem de empresa socialmente responsável, imagem que se esmorece no momento da angústia. Já em tempo de desespero a empresa prolonga a sua agonia o máximo possível.

(...) Nós tínhamos prémios derivado aos turnos rotativos... Prémios grandes... 200 euros, 150 euros... Mas como eles sabiam que fábrica ia à falência... Nós trabalhávamos três meses e nestes três meses eles começaram a tirar prémios... Um prémio este mês, outro prémio este mês...que era até chegar até ao ordenado mínimo... Porque o meu ordenado era o ordenado mínimo não é... Mas tinha um rol de prémios... (Manuel F., 50 anos).

Nessa altura o trabalhador está indefeso: por um lado sabe que a empresa não tem solução e, por outro, não a pode abandonar porque isso seria prescindir dos seus direitos, geralmente adstritos a um longo tempo de dedicação à fábrica. Dito de outra fora, os recursos dos últimos meses de existência da empresa são subtraídos ao rendimento do trabalhador. Não só o trabalhador fica sem esse rendimento como a base de cálculo do seu subsídio de desemprego também descerá. Quanto mais tempo agonizar a empresa pior para o trabalhador.

(...) Nós como éramos 44 pessoas, 11 em cada turno dissemos... Como ela vai fechar e vai o melhor é acabar já... Veio o engenheiro cá abaixo e disse “a partir de hoje não trabalhamos mais”... Como ela vai fechar e vai o melhor é fechar já! (Manuel F., 50 anos).

Em muitas situações a fábrica usava de informalidade económica para remunerar o trabalho extraordinário, provocando uma situação em que as suas prestações sociais de cálculo partem de uma base não verdadeira, prejudicando o futuro subsídio trabalhador

Sim, recebo Fundo de Desemprego todos os meses... Mas em relação àquilo que recebia não tem nada a ver... Estou a receber 407 euros enquanto que eu a trabalhar eu recebia à volta de 500 e tal quase 600. Ele dava-me aquele dinheiro por fora... Eu largava às 5 horas... Era a minha hora de vir embora. A partir dessa hora até às 2 ou 3 da manhã ele dava-me esse dinheiro... (Pedro V., 41 anos).

O salário é retribuição em dinheiro como contrapartida pela realização de trabalho prestado. No caso da classe trabalhadora, estamos perante a imposição dos homens venderem determinado tempo desocupado aos que dispõem das condições do seu emprego. O valor realizado determina as

condições de vivência desses homens, uma vida que não pode orientar-se por exigências muito elevadas. Ao ser remetido para um lugar desocupado porque o seu tempo livre deixou de ser procurado por imposição do campo, a classe trabalhadora fica limitada na sua existência a uma subvenção determinada pelo Estado. Denominado “subsídio de desemprego”, esta subvenção corresponde a um benefício concedido pelo poder público ao trabalhador desempregado, com o intuito de lhe garantir assistência temporária, em razão de despedimento ou paralisação das atividades do empregador. Este valor funciona como uma reserva, ou um auxílio e tem por objetivo proteger o trabalhador. Representa a consciência geral da fragilidade da classe trabalhadora perante o emprego que lhe é dado pela parte mais forte.

Perante a situação de desempregado, a classe trabalhadora centra as suas preocupações no que mais imediato pode interferir na sua existência que se traduz genericamente nas condições de sobrevivência. Encontrada a solução no deferimento da sua condição de desempregado conferidor do subsídio, os agentes conformam-se com a nova situação, medindo-a com a anterior quando em situação de emprego, engendrando a partir daí a reorganização das suas vivências

(...) E todos os meses recebo... Um dinheiro ainda bem bom... Que eu estou no fundo desemprego estou a ganhar bem... Derivado aos turnos que eu andava ali... Ao meu ordenado... (Manuel F., 50 anos).

Sabendo da dificuldade e do encerramento de muitas unidades fabris, nesta estratégia de sobrevivência, todos os passos são antecipados sabendo o trabalhador desempregado o que o espera no futuro próximo.

A segunda volta é na mesma o subsídio de desemprego... Mas depois posso ser penalizado no ordenado...vir para 500, 480 euros... (Manuel F., 50 anos).

Geralmente não há diferença entre rendimento e ganho e, perante um subsídio, estabelece-se uma inevitável comparação com o salário habitualmente recebido, uma circunstância que se liga diretamente com o facto da classe trabalhadora viver com presença muito imediata de necessidades primárias. Apesar de projetar as dificuldades, resguarda-se sempre numa solução que, perante a espera, acabará por aparecer, como se tal viesse a acontecer por milagre. No fundo, a classe trabalhadora sabe que não está ao seu alcance conseguir imaginar uma solução no planeamento de um futuro mais longínquo.

Uma vez fui ali a uma e disseram-me para encarregada não, se fosse para costureira aí sim, já tinha emprego. Mas eu não aceitei porque não posso arriscar-me a ganhar o salário mínimo e por outro lado eu não posso arriscar a ir para uma máquina, deito o dinheiro abaixo do fundo de desemprego e deitava a minha categoria porque eu indo para uma máquina depois já ninguém me chamava como encarregada... (Maria H., 48 anos).

A predisposição para o trabalho é manifesta mas o desempregado, ainda que tendo consciência do seu estado, mantém a ideia do seu estatuto. Estabelece-se uma luta dos trabalhadores contra a mobilidade social descendente inerente à aceitação de uma qualquer ocupação com consequências diretas não só no nível de rendimento mas também no estatuto comunicado

(...) Neste momento procuro, nem que tivesse uma apertinha de trabalho porque eu não me importo de trabalho... Mas gostaria de ganhar mais um bocadinho como aquilo que eu ganhava para poder levar a minha vida... (Maria H., 48 anos).

Até porque, por vezes, o subsídio recebido anda muito perto da última remuneração auferida.

No Machado Almeida eu ganhava 729 Euros por mês e depois ainda tinha prémios. Agora em casa no fundo de desemprego recebo 716 Euro (...) A diferença é pouca, nem chega a 50 euros... (Maria H., 48 anos).

Como já aqui foi debatido, quando a ausência de mobilidade física se impõe, o trabalhador fica confinado a um espaço de manobra reduzido.

Se me dessem os 700 euros eu não me importava de ir trabalhar... Só que tinha de ser por aqui perto porque eu não tenho transporte... (Maria H., 48 anos)

Esta proximidade obriga-o a uma atenção sobre o que é útil, recorrendo ao conhecimento dos acontecimentos detalhados da vida íntima da comunidade e aos laços estreitos da rede familiar, para se descortinar uma possibilidade de emprego

Eu tenho um primo meu que tem um supermercado ali em S. Martinho do Campo até que eu gasto de lá a mercearia, eu ouvi dizer que parece que ele se vai divorciar da mulher, que parece que houve para ali um problema qualquer, nós conversamos muito mas não gosto de perguntar e ouvi dizer pelo povo de

fora... Então perguntei a uma prima minha que é cunhada dele e parece que agora vão-se divorciar... Ele gostava muito de mim e até ficou triste quando vim embora... Então eu falei-lhe aí pelo Natal e ele disse-me “é uma pena perder a sua inteligência” e eu disse-lhe, olhe eu tenho o meu nome em muitas firmas e gostava da minha categoria mas isso não interessa... O que me interessa é não fugir mais ou menos do ordenado que ganhava... Eu sei que ele tem lá um irmão mas eles dão-se bastante mal... E então disse-lhe se você um dia precisar de alguém, lembre-se de mim se ainda eu não tiver emprego... Estes dias estive com ele e como ele tem muita lida voltei a dizer-lhe... Nunca se esqueça de mim... Se puder. E ele disse: não me esqueci prima, eu até ando a pensar no seu caso e se houver uma oportunidade eu falo-lhe... Mas ainda não sei... Ainda não falamos de ordenados e coisas assim mas dando-me dentro daquilo que eu ganho no desemprego eu vou já... (Maria H., 48 anos).

De outra forma como se pode imaginar o futuro da classe trabalhadora do Vale do Ave?

É isso que penso muito e tenho medo de vir a sofrer com isso (...) Quando andava na fábrica eu nunca pensei em nada... (Maria H., 48 anos).

Anos de trabalho na fábrica iludiram esse tempo com uma espécie de certeza no dia de amanhã. Nos novos tempos instala-se a incerteza. Uma incerteza que vai muito mais além do que a falta de um emprego pode proporcionar. Trata-se de uma incerteza endémica da qual o tecido social ainda não se deu conta.

4.1.8 *Quando for grande quero ser feliz...*^[36]

Como já vimos ao longo deste texto, muitos indivíduos conseguiram ultrapassar a sua condição de operário fabril e aceder na escala social, nomeadamente transformando-se em proprietários de fábricas a custo de um labor acrescido e concentrado na acumulação austera de capital físico. Essa possibilidade de ascensão não constituía só por si uma regularidade no Vale do Ave resultante, apenas e simplesmente, do querer individual. Para além de se *querer ser*, também era preciso *saber ser* – não no sentido académico de saber mas sim no seu sentido prático – o que remetia para estratégias de simulação e de manutenção de segredo dos processos de acesso. Em geral,

36 Este título inspira-se no texto *Quando for grande quero ir à Primavera* de José Pacheco, mentor da Escola Básica Integrada Aves em São Tomé de Negrelos na Vila das Aves, instituição escolar popularmente conhecida por Escola da Ponte e constituiu uma das mais interessantes experiências educativas em Portugal.

quando um indivíduo decidia enfrentar a possibilidade de se tornar em “patrão”^[37] – como várias vezes alguns empresários se autointitulavam – devia fazê-lo num corte radical com a sua rede relacional o que equivale a dizer que tinha um caminho solitário para trilhar. Desse percurso, seja no seu início, meio ou fim, os indivíduos tinham que se submeter a determinada ritualização física e comportamental que os distinguisse dos restantes, não fossem ser confundidos. Tratava-se do aparecimento de um novo ser, uma nova linguagem. Um novo homem, diga-se... Forçosamente alguns marca-dores estatutários, geralmente exteriores e móveis, vinham a propósito

(...) Um indivíduo qualquer que tenha um *barraco* e um Mercedes à porta, passa e não diz bom dia ao empregado porque acha que é assim que deve ser... Isso é falta de educação... Fala sempre com o empregado de uma forma... Procura sempre pô-lo mal disposto... Isso é ridículo... Custa lá dizer bom dia? (Cecília M., 42 anos).

Quando um indivíduo encetava uma caminhada estatutária, a primeira coisa a fazer era encontrar a vestimenta e os adereços certos para a personagem e esta, num ápice, sabia que um ar circunspecto e ensimesmado ajudava a compor o que de si era pretendido, até porque, só assim a figura podia tornar-se grande, intimidar e impor-se ao ponto de tornar invisível todo e qualquer elemento próximo. Que na maior parte das vezes era o operário. De outra forma, ser empresário, deixando comunicar alguma ideia de igualdade, sem transmitir uma imagem fria e imperativa; no fundo sem vestir toda a roupagem do “patrão”, podia resultar num equívoco, ou mesmo num falhanço.

Eu aqui estava sempre bem-disposta... É por isso, se calhar, que eu não dei muito bem para empresária... Acho que as pessoas pensam que quem tem que vencer na vida, ser empresário, tem que ser mau, tem que ser mal-educado, não pode dar abusos aos empregados... E eu acho que não é assim. Deve ser por isso que se calhar eu... Mas também não me arrependo...(Cecília M., 42 anos).

A história de Cecília M. não é um exclusivo, pelo contrário. Repete-se amiúde pelo Vale do Ave e resulta da luta do indivíduo contra o destino traçado à nascença. Engloba-se no núcleo de pessoas que, a certa altura,

37 De raiz latina, a palavra *patrōnus* remetia para o indivíduo conhecedor e que tinha capacidade de proteger os plebeus. A expressão ganhou lugar no imaginário colectivo elevando este indivíduo a uma condição de classe invejada. A condição social e figura do patrão impunham uma atitude reverencial, só explicada para os que estão possuídos de uma determinada santidade.

tentaram “dar um salto” e, sem se perceber porquê, tiveram que regressar ao patamar original, por falhanço do seu salto. Algumas tiveram mesmo a ousadia de voltar a tentar, como é o caso de Cecília M. mas, a verdade é que forças das quais não se vislumbram de onde impediram que essa subida na escala se fizesse. Aliás, o facto de estarmos perante uma entrevistada que habitou lugares indefinidos de classe tornou a sua entrada neste trabalho como um caso bastante repensado. Inicialmente posta de lado, a riqueza da sua experiência convocava a análise sociológica da sua situação, até porque, no final, apesar de todas as dúvidas, o autor constatará que Cecília M. é na verdade uma variante real e esclarecedora de percursos que a classe trabalhadora tomou no Vale do Ave. Em boa verdade a sua vida traduz a perspectiva de que os indivíduos não são forçosamente o resultado linear das forças que estruturam a sociedade que os acolhe. A sua história familiar representa a exceção configurativa, tanto nas práticas como nas opções que parecem ser fruto da fluidez plástica que qualquer tecido social permite como fuga. A sua circunstância de ex-operária, ex-empresária de restauração, ex-empregada de pizzeria, novamente ex-empresária de confeitaria e atualmente desempregada, depois de mais um estágio como operária, comprovam-no em toda a linha.

Esta mulher não provém de uma família que tivesse apostado na prole. Nascida em Lordelo, filha de operários, Cecília é o resultado da segunda tentativa para que o mundo fosse povoado por mais um homem, uma fixação do progenitor que haveria de insistir ainda mais duas vezes até conseguir os seus intentos. O resultado foi uma família com quatro filhos, três mulheres e um homem, muito longe do tipo de famílias alargadas que o Vale do Ave foi produzindo, como já aqui se observou. Será este também o motivo por que Cecília andarà na escola até completar a 6.^a classe, o que, aos catorze anos, não lhe impedirá o destino que a irmã mais velha já tivera de rumar à fábrica, esta, sem tanta sorte, com onze anos apenas.

Na José Machado de Almeida & C.^a, Lda., a JMA como popularmente de tornou conhecida, fábrica conceituada onde qualquer pai quer ver um filho, Cecília vai costurar robes durante sete anos. É um tempo em que conhece o namorado, futuro marido e pai das duas filhas. Nessa altura, aos 22 anos o casal decide enfrentar as incertezas da vida e abalança-se a tomar conta de um café. Tornam-se proprietários. Num repente Cecília deixa de pertencer à classe trabalhadora e passa para o restrito grupo dos que são donos do seu negócio. É o café de referência de Vila das Aves num tempo em que não existem muitos. À partida tudo parece ir dar certo mas a verdade é que muitos escolhos aparecem no caminho. Dura três anos a

aventura. Cecília e o marido lamentarão bastante não se terem preocupado com aspetos técnico-jurídicos, coisas prosaicas como licenças, autorizações e quejandos quando avançaram para o negócio. Na recordação ficam as ofertas de muitos emigrantes regressados que chegam aos oito mil contos, aproximadamente quarenta mil euros à data, mas falta de licenças impede a conclusão do negócio. Numa época em que começam a proliferar os cafés, a concorrência faz-se sentir em todas as suas extensões. A denúncia dos que não cumprem a lei torna-se permanente^[38]. A Guarda Nacional Republicana (GNR) aparece quase todos os dias e as circunstâncias não perdoam: o café de Cecília é obrigado a fechar e com o encerramento segue-se uma série de problemas relacionados com dívidas. Dá-se aqui um processo de profunda vergonha, que Cecília sente não ser exclusivo seu mas essencialmente para a sua família

... Nunca na vida pensei estar num tribunal, nunca na vida! O meu pai nunca fez isso e era uma vergonha para nós... Isso ensinou-nos tanto...mas batemos mesmo no fundo, eu e o meu marido... Porque depois começou a pressionar as pessoas... A Guarda [GNR] queria a licença porque começou a abrir mais cafés, a gente começou a ter problemas com os drogados... Quando se começa a ir abaixo parece que vai mesmo tudo ao fundo. (Cecília M., 42 anos).

A honra do indivíduo está muito presente nas sociedades em que as partes comungam entre si sentimentos e valores, tornando-os norma. Neste tipo de sociedades as relações são estreitadas pela presença quase em permanência dos familiares e da vizinhança. Aos que decidem fugir ao controlo desta rede escolhendo as margens invisíveis e incompreensíveis para os seus componentes, não existem outras soluções que não seja a punição. A punição é maior ainda quando para além da falência se fica sujeito à ida ao tribunal. É uma mancha no nome, circunstância intolerável para quem nada mais tem. Para estas sociedades algo fechadas a espera pela sentença judicial não interessa. Na realidade, nesse tempo bastava ser convocado para se apresentar em tribunal para que a sentença, apesar de não determinada por nenhum juiz, mas com um peso superior ao seu real valor,

38 Existe uma certa ironia neste acontecimento. Apesar de aqui não se ter enveredado por um estudo acerca de licenças para o funcionamento de empresas, verifica-se com facilidade que as autoridades do Vale do Ave tiveram sempre um grau de tolerância muito elevado para os que pretendiam operar na área têxtil, tolerância essa não extensível a outras atividades. Vários exemplos são passíveis de serem recordados. Desde a intensa poluição de rios, que foi acontecendo ao longo de anos como se nada fora, até ao trabalho infantil que concorria com as escolas. Nenhum destes exemplos tinha fiscalização adequada.

se impusesse. Por algum motivo a expressão sentar o “cu no mocho”, um assento desconfortável, sem encosto ou braços, usado nos tribunais para os réus, tem só por si valor punitivo. Junte-se a todo este dramático cenário a necessidade de prosseguir com a vida quando já se tem uma filha.

Sim... Depois desse período a gente lá conseguiu pagar as dívidas. Vendemos o carro... O meu marido comprou uma moto, foi trabalhar para as Securitas [empresa de segurança] onde ainda trabalha até hoje e... Tive a minha filha ainda estava no café. Saí de lá ela tinha sete meses... Eu e o meu marido chorávamos muitas vezes os dois juntos no monte para ninguém ver... Por isso é que conseguimos levar a coisa... Chorámos juntos e rimos juntos. (Cecília M., 42 anos).

Quando existe um falhanço de quem se submeteu ao risco que se traduza numa insolvência, ou algo semelhante; principalmente, quando esse falhanço se dá num campo onde os percursos de vida estão, para além de insistentemente vigiados, milimetricamente recortados à partida, os indivíduos que se submeteram a uma tentativa de ascendência no patamar social são tidos como elementos violadores de uma qualquer norma, não enunciada é certo, mas percecionada e percebida como transversal à comunidade. Olhados como gananciosos por não se terem submetido como fez a maioria, estes elementos são sujeitos a um maior rigor, sendo-lhes reservado, pelo menos num futuro próximo, alguma atividade com menor visibilidade social. Trata-se de um prolongamento do processo punitivo que engloba, ainda, o quase desterro social.

No *Zé da Rampa* fazia camas, trabalhava na cozinha... Como é uma residencial fazia de tudo... Na hora do meio-dia ajudava na cozinha, de manhã fazia os quartos, de tarde também... Era das oito e meia às seis. Tinha só o sábado de folga... E depois trabalhei lá um ano e tal mas não tinha domingo e para mim estar com a família vem em primeiro lugar e aquilo estava-me a custar muito, não estar com o meu marido e as minhas filhas...Aquilo custava-me muito... (Cecília M., 42 anos).

Cecília M. foi educada na presunção de que a realização do momento presente configura a melhor satisfação do ser humano na medida em que representa um *ethos* do qual ninguém pode sair a perder; nem o agente que produziu o momento, nem aqueles que foram envolvidos acidentalmente. Aceita esta condição sem preconceitos não a relacionando, porventura, com o facto de, outrora, indivíduos com estas características, servirem de animadores de áreas do poder, por vezes transportando uma intensa cor-

rosão discursiva a raiar as mais vetustas críticas a reis e rainhas, aspeto que influenciará a perceção popular sobre si. Aliás, muito antes do entrevistador se ter encontrado com esta ex-trabalhadora do Vale do Ave, no exato momento em que um desconhecido a indicava como provável entrevistada, um grupo de ouvintes da conversa avançava para comentários críticos ao comportamento dionisíaco, porque festivo, divertido e desligado do trabalho braçal, da pessoa em causa. Não eram necessários, porém, os avisos: no contacto telefónico posterior, a própria impõe que a entrevista não se realize da parte de manhã. Dir-se-ia que a primeira socialização, a mais profunda e mais recordada, aquela que praticamente se inicia no berço explica muita coisa.

Foi espetacular... Lembro pouco da escola primária... Mas na escola primária era um espetáculo... Era Maria-rapaz... E a vida com a minha família, com meu pai... O meu pai era muito divertido... A minha mãe cantava, fazíamos muitas festas de família aqui... Foi uma vida felicíssima, até começar a trabalhar e depois... (Cecília M., 42 anos).

Uma educação mais libertina nos seus pressupostos, baseada em recursos de criatividade, como por exemplo cantar, gerador de um comportamento menos dado à obediência e conformidade, orientado para a necessidade de bem-estar interior, proporciona determinada resposta do indivíduo que, em grande parte, será divergente do habitual, ou seja, das forças invisíveis baseadas na regularidade do campo cujo poder tolhe os comportamentos, direcionando-os para uma repetição e reprodução estrutural que só por mero acaso deixa sobreviver o indivíduo que dele quer divergir. Começa muito cedo na vida do indivíduo esta ideia de distinção como se de uma reivindicação à diferença se tratasse e vai-se impondo ao longo da vida. Não é definida à partida mas adquire-se a perceção do mundo quando, porventura, se exigia que apenas adquirisse a perceção do bairro ou da freguesia. Quando o *habitus* adquirido congrega algum capital artístico, mesmo não se tendo pensado numa profissão para exercer ao longo da vida, subsiste a ideia de libertação e de atividade expressiva.

Ah, quando andava na escola dizia que só ia casar aos trinta e que entretanto ia viajar... Sei lá, tinha assim a coisa do mundo... Não era assim aquela coisa de ficar cá... Mas profissão não me lembro bem... Acho que não... A gente dantes não se lembrava dessas coisas... Profissão, profissão se eu pudesse era cantora... (Cecília M., 42 anos).

Mas apesar da presença desta configuração artística provinda do comportamento familiar, quando adulta, Cecília encontrará na propriedade de um café a possibilidade de achar os caminhos da liberdade que foi percebendo em criança. A escolha de um café para negócio tem algumas razões: por um lado por se tratar de um negócio fácil de montar e, por outro, por traduzir o fim de uma existência profissional não apreciada

Depois comecei a ver muita monotonia, sempre a mesma coisa, sempre a mesma coisa... (Cecília M., 42 anos).

Reza um dito que ganhou forros de coisa popular que “todos os negócios que metem água dão dinheiro”. Trata-se, como facilmente se percebe, de uma terminologia usada para rombos nas embarcações. No Vale do Ave, esta expressão parece estar associada à declaração de falência de algumas empresas que, na realidade, apareciam depois a laborar com outros nomes mas os mesmos sócios, num processo em que o(s) empresário(s) se livravam das dívidas, mantendo, contudo, as máquinas e muitas vezes o seu pessoal com novos contratos de trabalho. Significava a entrega à falência do esqueleto dissecado da empresa com desaparecimento repentino e misterioso dos seus ativos corpóreos. Em boa verdade construía-se um rombo por onde parecia estar a empresa a sangrar com o objetivo de simular uma desgraça verosímil mas não verdadeira. Tantas vezes se repetiu este cenário que, a certa altura, os trabalhadores do Vale do Ave, postos perante o aviso de falência do seu local de trabalho passaram a guardar as máquinas e outros ativos das empresas, montando turnos de vigilância, não permitindo que nenhum bem fosse retirado da massa falida.

Nem sempre, contudo, a expressão é usada para se referir a encenações de falências. *Meter água*, em certos casos, nada tem a ver com o rombo numa embarcação e consequente afundamento, mas sim com a incorporação do líquido nos produtos produzidos por determinada empreitada ou negócio, ideia baseada no pressuposto que a adição de água acrescenta valor ao produto final sem se verificar qualquer aumento de custo. Junto da classe trabalhadora do Vale do Ave, encontram-se vários exemplos de indivíduos que tentaram a sua oportunidade através de um negócio com esta vertente, no caso, literalmente. Um café ou um restaurante, sem se esquecer a vertente mais usada, a argamassa na construção civil, eram os negócios escolhidos para dar corpo a uma tentativa de aventura a “ver se dava”. Este desejo de emancipação é muitas vezes encontrado junto de indivíduos que, por algum motivo evidente ou não, resistiam aos constrangimentos im-

postos pelo funcionamento das fábricas, partindo assim, sem pensar nas consequências, para um mergulho no desconhecido, uma aventura geralmente assente na informalidade, na medida em que também não obedecia a um qualquer planeamento estratégico. Este salto no escuro, apesar de muitas vezes resultar negativamente para os seus promotores, tinha a particularidade de produzir relações novas, perspectivas diferentes e conhecimento antes não imaginado.

(...) Depois de ter o café... habituei-me um bocadinho a isso, o café não era um dia igual todos os dias... Eu até aí gostava do que fazia no JMA mas aos 20 anos fui para o café e habituei-me um outro estilo de vida, aquela coisa de ir ao banco, atender pessoas, contactar com pessoas, conversar, uma coisa que tenho jeito... Eu gostava! As pessoas pensavam que eu já vinha de negócios porque gosto de ser simpática. Gosto de ser curiosa... Era assim no negócio tínhamos muita gente por causa disso... E depois eu conheci outros estilos de vida, porque a gente se não conhecer outra coisa, se for toda a vida aquilo é uma monotonia... Toda a vida naquilo de casa para a confeitaria... a gente fica com o cérebro um bocadinho... Depois não atinge nada, só vê aquilo ... (Cecília M., 42 anos).

Apesar do infortúnio, depois de ter fechado o seu café, não restam dúvidas que a mudança, apesar de não ter produzido melhorias materiais, permitiu conhecer uma outra forma de realizar a vida deixando vislumbrar o que de mais crítico se pode apontar ao tecido social. Nessa perspectiva fez perceber a existência de outros caminhos, apontou novos horizontes e impôs novas exigências para o futuro.

Quanto mais se convive com muita gente mais se desenvolve, não se fica ali... E na confeitaria é isso... Há que ver que as pessoas que trabalham naquilo toda a vida... A carreira delas é casa-trabalho-filhos, casa-trabalho-filhos e mais nada, acho que não tem... Prontos não conhecem outra coisa se calhar... Prontos... É isso... (Cecília M., 42 anos).

Num terreno em que domina a presença da fábrica, não abundam as soluções para quem a vida não correu bem quando foi tentada a transição de operário para empresário. Sendo difíceis, quase impossíveis, estas oportunidades, como imaginar segundas oportunidades? Nesta tentativa de transição atípica e invulgar, para quem a vida empresarial não resultou, não resta outra oportunidade do que aceitar uma descida na escala social. Tal viagem não proporciona os melhores sentimentos ao indivíduo objeto de tal sorte

Ui, é muito difícil... E mesmo assim eu procurei adaptar-me... Já esforcei-me, mas estava habituada não é àquele género... Chegar lá, as pessoas nem bom dia nem boa tarde... E depois assim a gente a querer explicar uma coisa e elas nem dão hipótese, porque vem logo aquelas frases para discutir... E eu como não gosto de discutir, não gosto de barulho, gosto de paz e amor, eu não dizia nada. (Cecília M., 42 anos).

Desta forma qualquer acontecimento negativo que implique a família apanha a pessoa num processo de defesas em baixo e pode representar um catalisador para um mau momento

E depois como eu já estava com uma depressão por causa do que aconteceu ao meu pai e do meu sobrinho, a gente já fica... Já não fica com cabeça para conseguir... Depois dos 40 anos então, aí há aquelas mulheres que começam a chorar e resigna-se não é... Tem que ser... É muito complicado... Eu estive mesmo com uma depressão em 2006... (Cecília M., 42 anos).

Os relacionamentos intensos impõem comportamentos de submissão emocional dos quais os indivíduos não têm forma de se desligar, uma vez que funcionam como pólos contrários de um íman cuja atração se produz com uma força magnética de envolvimento tão grande ao ponto de quase se fundirem nos momentos de dor. Trata-se de um processo em que os sentimentos envolvem a flor da pele manifestando-se através dos corpos como se se tratasse de uma convocatória que torna obrigatória a partilha da dor. Quando perante este quadro, os indivíduos tornam-se profundamente pensativos, numa manifestação expressa dos sentimentos em traços do rosto, inchaços dos olhos, no rubor da face e, por vezes, num soluçar tremido entre um inspirar profundo várias vezes repetido seguido de um apelo em tom orado e murmurado por Deus. Este comportamento denota um tipo específico de vivência perante a tragédia familiar, orientada para a ideia presente de fusão entre as partes da família, num processo de agregação de energia vital necessária para a salvação ou melhoramento de um doente. Assim se sentiu Cecília M. e a sua família quando num momento inexplicável a doença se abateu sobre um elemento da sua família,

(...) e depois no ano 2000 o meu pai estava muito doente, foi uma apendicite e o meu pai era uma pessoa na minha vida... Muito importante... Era o mais importante a seguir às minhas filhas... E então ele ficou doente e a médica pensou que fosse outra coisa e não ligou... Pensou que fosse outra coisa e o meu pai foi para o hospital em oito meses esteve no S. João e fui para lá todos, todos os

dias... Oito meses seguidinhos e ia todos os dias... Nós íamos todos... Somos como os ciganos... Ele foi muito abaixo, mesmo muito abaixo... (Cecília M., 42 anos).

O sentimento negativo é ainda maior quando acontecimentos contingenciais criam um quadro trágico improvável juntando, em pisos diferentes de um hospital, um pai e um sobrinho, também afillhado. Avô e neto portanto, num processo de consternação emocional, para cujas consequências se foi educado não só a deixar transparecer como a convocar uma envolvimento de nostalgia dorida a transportar à flor da pele.

Foi no ano 2000... Mas em 1995, antes do meu pai ficar doente, o filho da minha irmã mais velha teve uma leucemia e nós vivemos sempre a acompanhar, sempre ajudar... Quando o meu pai faleceu, estava o André em oncologia... Fez um transplante de medula e em 2001 faleceu o André... com 14 anos... Foi assim muita coisa ... (Cecília M., 42 anos).

O envolvimento familiar no Vale do Ave é, em geral, muito intenso. Não só porque, como já foi atrás referido, os laços familiares têm uma forte presença impondo a união das partes, como também é na família que se constitui o último refúgio. Nos momentos de intensa comiserção os laços fortes envolvem-se e fecham-se sobre si. Percebe-se assim porque nos momentos de hospitalização os familiares visitantes impõem a sua presença junto do doente, certos de que a sua presença é um remédio. Por vezes, estes momentos até servem para corrigir e resolver alguma desavença passada estreitando ainda mais os laços. Na conceção do visitante a sua presença é imaginada como a capacidade de levar conforto e bem-estar ao familiar acamado, se bem que, em situações de grande debilidade, muitas vezes, este acabe por revelar o seu cansaço por ter de atender tantas visitas. Esta insistência na presença junto ao doente parece explicar-se pela escassez de profissionais, médicos e enfermeiros, um facto conhecido que durante anos se verificou nas organizações hospitalares fora dos grandes centros. Em geral, a escassez desses profissionais era colmatada pela presença de voluntários funcionando como assistentes. Esta circunstância impunha aos familiares de um doente a obrigação de vigia, não fosse acontecer algo que a ausência paramédica não pudesse assistir.

Mesmo sem cura, todo o infortúnio tem de ser ultrapassado quando se pertence a uma família onde os recursos não permitem espaço para melodramas. A realidade impõe a procura de soluções e cabe aos indivíduos a obrigação de descobrir essas soluções. Sendo certo que estas se encontram

forçosamente no campo onde se opera, quando já se tentou um empreendimento e este não resultou, verifica-se uma espécie de afunilamento do indivíduo, isto é, por um lado não pode voltar atrás e, por outro, o seu campo de atuação tornou-se mais estreito e mais difícil de ultrapassar. Como já vimos, depois de se afastar da condição de trabalhador fabril experimentando a possibilidade de ser dono do próprio tempo e dele fazer o que quer, dificilmente este indivíduo aceita voltar a submeter-se ao trabalho repetido. Poderá fazê-lo mas apenas como estratégia pontual de acesso a um novo projeto. Poderá também vaguear em ocupações fugazes e informais enquanto não vislumbra uma oportunidade. Mas manterá sempre presente a possibilidade de voltar a tentar aceder a um lugar no empresariado, que é como quem diz, uma ascensão na escala social.

Assim, se entende o percurso de Cecília: depois da sua desventura empresarial e de vaguear por empregos na restauração, porventura num momento de grande dinamismo empresarial e, vislumbrando uma oportunidade, avança para uma nova empreitada, desta vez uma confecção têxtil, o elo mais fraco na cadeia produtiva da indústria têxtil. Área de negócio baseada na execução de determinada especialidade as confecções têxteis tornaram-se uma realidade na sequência do trabalho ao domicílio que imperou até ao final da década de 1970. A progressiva capacidade fiscalizadora e a necessidade sentida pelos indivíduos de proteção social fizeram emergir esta nova realidade empresarial. Regra geral tratava-se de uma organização muito simples, constituída por uma ou duas dezenas de trabalhadores, com uma hierarquia basilar – um responsável apenas dirigia os restantes operários, geralmente costureiras – executavam, a feito pré-determinado, o trabalho de peças que lhe eram entregues pelas grandes unidades têxteis.

E assim, ali, no espaço de sua casa destinado a garagem, nasce um tipo de empresa que se multiplicou durante algumas décadas pelo Vale do Ave. Mais uma vez, Cecília tentava contrariar o destino aventurando-se num tipo de empreitada constituída em condições bastante precárias. Mais uma vez contudo o destino teimava em impor-se na sua vertente mais cruel

(...) estava a trabalhar para a Roseva, a Siena, a Moara... E a Roseva começou a atrasar os pagamentos, a atrasar e chegou a uma altura que me devia mil contos... Chegou a uma altura já me devia mil contos [equivalente a cinco mil euros]... Isto já o meu pai tinha falecido... Que ele estava sempre aqui a ajudar... E então eu antes que ficasse a dever dinheiro às miúdas, às moças que eram aqui vizinhas e tudo... E eu não queria... Eu chegava ao ponto de pagar e ficar sem nada e então pensei... (Cecília M., 42 anos).

Desistirá em definitivo quando percebe que o mercado têxtil está a desaparecer. Não em recessão ou crise, porque de tanto se falar em crise têxtil, este discurso passou a ser entendido como uma forma de afugentar ou impedir a entrada de mais indivíduos na muito concorrida indústria de confecção. Escarmentada da anterior aventura empresarial na restauração interpreta como um prenúncio uma dívida demasiado grande para as suas capacidades. Antecipando problemas revistos na experiência passada que lhe traz à memória o cenário do seu nome envolto na nebulosidade social, encerra a sua confecção para, mais uma vez descer na escala, regressando ao trabalho operário, numa fábrica já conhecida.

(...) e depois fui outra vez para a Casfati, onde eu tinha andado... Voltei para lá... Disseram, olha podias vir para cá... (Cecília M., 42 anos).

Antes de encerrar a sua confecção, ainda possuída de alguns adereços do discurso do empresário, transforma um direito dos operários da sua confecção numa dádiva sua. Durante anos a fio muitos trabalhadores do Vale do Ave, quando em situação de desemprego, declaravam-se agradecidos ao patrão por este ter a “honradez” de lhes entregar um formulário assinado atestando a sua condição de desempregado. Porventura terá sido dos maiores marcadores de estatuto que se encontra na análise discursiva da classe trabalhadora: para os operários os empresários tinham muito poder, um poder tal que, para além do emprego dado até aí, tinham também, inclusive, a capacidade de “dar” o desemprego na sua forma mais positiva para o trabalhador. Ou seja, a remuneração que passava a receber, entregue pelo Estado através da segurança social, só era possível devido à vontade do empresário.

Dei-lhes o fundo de desemprego porque eu tinha isto aqui tudo direitinho, tudo muito legal... Dei-lhes o fundo de desemprego e disse: olha, vou ficar sozinha porque não estou depois para vos dever dinheiro e não poder andar na rua, isso não... (Cecília M., 42 anos).

Não resistirá muito tempo neste novo regresso às origens. Desistirá de tudo refugiando-se no seio da família.

(...) um dia entrei lá dentro e disse-lhe “eu não trabalho mais aqui”... Porque senão eu vou ficar tola e eu não aguento mais... E eu não posso que tenho duas filhas e tenho de criá-las... (Cecília M., 42 anos).

Os filhos continuam a ser prolongamentos. Mas agora, como outrora, já não são prolongamentos destinados a acrescentar mão-de-obra à economia familiar para assim engrossar o rendimento da casa. Aos filhos de hoje, apesar de ainda não constituir uma ideia generalizada, são-lhes inscritos no corpo saberes e conhecimentos amplos e gerais que lhes servirão de defesa no futuro. Já com o gravador desligado, Cecília, discorrerá algum tempo sobre o bem que lhe fez ter pertencido à Associação de Pais da escola frequentada pelas filhas. Os contactos e a troca de experiências possibilitaram não só um melhor acompanhamento das filhas como também a enriqueceram a ela. Passados tantos anos, recorda-se agora de um vizinho do qual haveria de se tornar amiga e que nestes aspetos da educação dos filhos lhe ensinou muitas coisas, inclusive o incentivo à participação^[39].

Agora centra-se na família. Por um lado acompanha as filhas, estudantes universitárias, uma a terminar o curso de Educação de Infância, a segunda a tomar contacto com as Ciências da Comunicação. Por outro, para ajuda à dinâmica da família, uma vez que as irmãs possuem negócios bem-sucedidos. Após variadas aventuras entre empregos precários e empreitadas mal sucedidas, Cecília descobre o que o apoio à família também é um emprego

Sim, pois... É assim, ao domingo eu pergunto o que querem? Uns rojões? Então um traz o vinho, outro a carne, outro o pão, a alface e eu não pago nada... Só cozinho... E as pessoas acabam por ficar aqui a tarde, tomam café... Que as minhas irmãs, pronto, agora tão melhores de que eu porque eu estou desempregada com duas filhas a estudar... [...] E então é assim, as minhas irmãs ajudam-me muito porque eu gosto de cozinhar e elas não gostam; há pessoas que gostam de cozinhar e outras que não gostam... (Cecília M., 42 anos).

Enquanto a casa, local de realização continua a ser uma espécie de porto seguro da qual nunca se pode abdicar e, que, aliás, no Vale do Ave tem sempre o encanto de poder estar próximo de um rio, local que as pessoas sempre escolheram para realizar as suas vidas, outrora para estarem próximas da água onde pudessem “enriar” o linho, hoje para simplesmente

39 Trata-se de José Pacheco mentor da Escola da Ponte, uma instituição que em 1976 rompeu com o ensino tradicional e, a partir de um contrato de autonomia com o Ministério de Educação, encetou um tipo de aprendizagem enfocada nos alunos. Nesse primeiro contrato de autonomia pode ler-se “educar é mais do que preparar alunos para fazer exames, mais do que fazer decorar a tabuada, mais do que saber papaguear ou aplicar fórmulas matemáticas. É ajudar as crianças a entender o mundo, a realizarem-se como pessoas, muito para além do tempo da escolarização.” Cf. www.eb1-ponte-n1.rcts.pt/html2/portug/bemvindo.htm, acedido a 28 de Fevereiro de 2010.

se acomodarem perante um curso que segue um caminho entre margens e, por isso, muito diferente dos que têm que encontrar as margens do seu percurso.

Eu gosto muito e tenho espaço aqui no verão para estarmos... [...] E temos o quintal e o meu marido faz o jardim e põe isto tudo bonito... Temos este quintal até ao rio Vizela que fica ali ao fundo e dá-nos água... Eu antes quero estar aqui do que ir para o Algarve... (Cecília M., 42 anos).

No Vale do Ave há sempre um refúgio: a família. É daí que se parte em busca de aventuras e é aí também que se regressa quando tudo falhou. No fundo estamos perante uma célula não só produtora da vida, acolhedora nos maus momentos e regeneradora do futuro. A energia que daí resulta pode conter alguns elementos de mudança, nomeadamente um esforço na melhoria do social reproduzido, impondo-se a necessidade de inscrever no corpo o capital social necessário para não se depender tanto do inelutável destino. Enquanto perdura esse refúgio, Cecília experimenta momentos de talento que até aí eram apenas percepções

Aliás ainda há pouco eu e a Rita [a filha] fomos a um casting na Casa das Artes em Famalicão, porque precisavam de atores para o cortejo histórico e pas-sámos. E eu fui fazer a introdução da Revolução Industrial e a Rita foi fazer de dama antiga. E fui ensaiar mais de um mês para Famalicão e o encenador ficou espantado... Era um espetáculo: “a senhora nunca fez teatro?”... “Eu não!”... E depois no estádio do Famalicão fomos falar para três mil e tal pessoas e antes de entrar o cortejo eu fui dizer um texto que tinha a ver com a revolução industrial... De cor... E zangada... E com a roupa de um industrial do século XVIII... (Cecília M., 42 anos).

Nem por acaso teria a experiência de remeter para a Revolução Industrial, a tal revolução que, como atrás se explica, não só chegou retardada ao Vale do Ave como sem a totalidade dos seus componentes originais. Ao instalar-se em forma de *fabrilização*, com todas as consequências hoje verificadas, gerou uma sociedade com contornos únicos. Como muitos outros indivíduos a quem o trabalho deixou de ser o fio-de-prumo, também Cecília vive um momento incaracterístico e incerto.

Hoje estou tão bem na vida que me sinto riquíssima... Tenho muita saúde, o meu marido também graças a Deus, as minhas filhas igualmente estão felizes porque estão a fazer aquilo que desejaram desde pequenas. Temos dinheiro

para comer, casa para dormir, não nos chove, se olhar para o mundo sou riquíssima. (Cecília M., 42 anos).

Tal como a felicidade, a riqueza é um estado relativo cuja métrica cada indivíduo pode determinar um conteúdo para si. Por isso existem qualidades físicas que apesar de perecíveis representam a riqueza dos que deixaram de almejar uma meta situada algures no infinito. Trata-se de uma riqueza não material, interiorizada e adequada à sobrevivência. Centra-se numa idealização avocada de bem-estar, no aconchego do lar e no deferimento do futuro melhorado projetado na imagem dos filhos, numa espécie de prolongamento existencial do indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 TEMPO DA *DEFABRILIZAÇÃO*

Outrora terreno de excedente de emprego, a região do Vale do Ave transmutou-se no final do século XX passando a ostentar não só uma alta taxa de desemprego mas também uma ausência de investimento privado. Como consequência, sobressaiu daqui a existência de um fenómeno negativo particular traduzido numa nova realidade que domina o panorama social da região, com consequências para as áreas mais desfavorecidas.

Mudanças no tecido económico coincidentes com transformações no mundo provindas das relações à escala global, introduziram novas variáveis nas relações empresariais, incapacitando as empresas na prossecução dos seus negócios, pelo menos nos moldes a que se habituaram. Sem capacidade de reação às alterações verificadas, o tecido social do Vale do Ave viu desfazer-se um certo mito, desmentindo-se assim a existência de uma virtuosa dinâmica estrutural.

Totalmente dependente de baixos salários, a classe trabalhadora do Vale do Ave manteve-se, durante décadas, uma das mais estabilizadas posições sociais do Vale do Ave. Fundamentalmente constituída por indivíduos adultos envelhecidos, o seu elevado número coloca-os na dominância de classe. Em geral estamos perante indivíduos com uma representação do trabalho assente numa perspetiva de especialização obtida através da prática repetida de movimentos.

Os capitais escolares destes operários, geralmente muito frágeis, por vezes, a roçar o analfabetismo, são uma marca muito presente nos indivíduos mais velhos. Gerada na relação dos indivíduos com o campo agrícola, a instrução escolar não se introduziu na sociedade do Vale do Ave como

uma urgência, pelo contrário, valorizaram-se as relações em que os indivíduos eram anulados e amarrados a funções em que fossem forçados a desligarem-se de si, através da realização de rotinas repetidas e embrutecedoras.

Estes dados traduzem-se em carências do ponto de vista da formação técnica da maior parte dos indivíduos, denotando níveis insuficientes de competências adquiridas com consequências bastante acentuadas, nomeadamente limitando os horizontes dos agentes, obrigando-os a fecharem-se numa rede de malha estreita. É neste cenário que a fábrica aceitou sem parcimónias a sua responsabilidade no *enfileiramento* dos indivíduos, integrando-os na lógica do seu processo de produção social, lógica essa que se estendeu à totalidade do campo, aglutinando a adesão da generalidade do tecido social.

A fábrica tornou-se numa presença incontornável na formação das identidades, no espaço de realização de recursos e no instituto de reprodução e de coesão familiar que levou ao emergir do conceito de *fabrilização* (Lage, 1995) em vez de industrialização. A empresa fabril adquiriu um lugar de particular relevo no tecido social do Vale do Ave, produzindo mutações e transformações na biografia da comunidade rural ao invés da industrialização que impunha uma completa rutura no espaço social.

Na região do Ave, ao longo dos tempos, verificou-se uma reordenação de toda a vida local deslocada da agricultura e orientada para a fábrica. As vidas discorreram e integraram a empresa fabril no seu quotidiano como se a esta correspondesse um fim, sem, contudo, se verificar uma adesão consciencializada ao movimento operariado. A segurança do emprego, o estatuto dos que ali são aceites, a mobilidade intergeracional proporcionada, transformaram a fábrica num elemento de elevado grau estatutário, integrando-a e conciliando-a no espaço da vida comunitária. Pese embora, no que diz respeito aos hábitos, costumes, tradições e interações entre atores se mantenham presentes traços da vida ruralizada.

O encerramento de grande parte deste tipo de instituição provoca, numa primeira instância, uma desorientação social por não se vislumbrar o elemento sucessor, uma nova sobreposição que venha configurar o espaço na produção de novos valores, de novas lógicas a que a classe trabalhadora possa aderir e envolver-se.

O tempo normalizado e ritualizado em que o trabalho e as suas variantes determinavam a ordem social, entram assim num processo de mudança a que quase todos os indivíduos se vão submetendo. Aqueles que a fábrica vai negando ocupação, libertando-os para uma espécie de vácuo

social, onde os agentes, fruto da mudança dos valores do campo vão-se adaptando, ora desistindo, ora buscando a sua realização através de narrativas curtas e diferenciadas, realizam hoje uma nova conceção do uso do espaço territorial do Vale do Ave.

Enquanto que os agentes mais velhos vão arrastando as suas vidas envoltas em processos que implicam a presença do estado social na sua existência, os indivíduos jovens, percebendo o fim do trabalho como um fio condutor, buscam no emprego uma realização isotópica que funda o trabalho com o prazer de o ter. Para os primeiros, o emprego fora um lugar que os guiou para um futuro. Para os mais jovens o emprego tornou-se num lugar do presente.

Apesar do futuro se vir a fazer no que ainda se mostra desconhecido, um olhar demorado vislumbra uma série de grandes pavilhões plantados no espaço, no interior dos quais já não são produzidas relações entre indivíduos. Neste contexto, a fábrica caminha apenas para uma existência física mas inerte, isto é, não existe na extensão da sua produção social. Na hora da *desfabrilização* do Vale do Ave, os ex-trabalhadores fabris percebem-se num processo de mudança em que se sabe de onde se sai mas não se sabe para onde se vai.

Outrora funcionaram as disposições de fixação social num espaço re-cortado numa lógica de fechamento da rede onde o capital social do campo, apesar da sua fragilidade, permitiu aos agentes uma realização construída na certeza do futuro normalizado, facilmente planeado, repetido e com poucas exigências. No contraponto da atualidade, enquanto o *habitus* do campo não incorpora as novas tendências, vai dominando a angústia e incerteza dos agentes e o sentimento de uma sociedade urdida numa rede anómala.

Se estivéssemos perante uma fita de cinema, diríamos que o Vale do Ave assemelha-se, neste momento, ao prólogo de um filme cujo guião parece ser escrito em capítulos realizados à medida da necessidade, numa história extraída de uma imaginação em busca de um epílogo a contendo, mas que, em simultâneo, vive a angústia de não saber que fim conceber.

O sentido da mudança aqui anunciada está no seu começo, constituindo ainda um embrião cuja insignificância não permite delinear o tamanho, forma e conteúdo. Contudo, sem dúvida que, estamos perante um território e um tecido de grande fertilidade sociológica, não só por se nos deparar um traço riscando novas configurações sociais mas também – e daí um encanto maior – por potenciar um terreno com amplas possibilidades temáticas, quicá, num momento único e irrepetível de intenso fervilhar.

Quais as consequências desta mudança? Esta será, talvez, a questão fundamental a propor-se em trabalhos futuros. Até aí, muitas dúvidas terão de ser resolvidas, o que, aliás, para a escola sociológica, têm a particularidade de se transformar em tempero imaginativo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes (1993) *A fábrica e a família*, Barreiro: Edição da Câmara Municipal Barreiro.
- ALBARELLO, L., DIGNEFFE, F., MAROY, C., RUQUOY, D., SAINT-GEORGES (1997) P., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- ALVES, J. (1999), *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, Famalicao: Edição da Câmara Municipal.
- ALVES, J. (1999), *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*, Famalicao: Edição da Câmara Municipal.
- ALVES-MAZZOTTI (2006), *Usos e abusos dos estudos de caso*, in *Cadernos de Pesquisa*, vol.36, n.º 129, Setembro/Dezembro, pp.637 a 651, S.Paulo.
- AUGÉ, M. (2005), *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa: 90 Graus Editora.
- BELL, J. (2004), *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa: Gradiva.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T (1999). *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction*, Paris: Les Édition de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1979), *Les trois états du capital culturel*, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º.30, p.3-6, novembro, Paris.
- BOURDIEU, P. (1987), *Chose dites*, Paris: Les Édition de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1992), *A Economia das trocas simbólicas*, S.Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, P. (1997), *Razões práticas – sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P. (2001), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, P. (2002) *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J-C e PASSERON J-C (2005) *O ofício de sociólogo*, S.Paulo: Vozes.
- BURGESS, Robert G. (1977), *A Pesquisa no Terreno: Uma Introdução*, Lisboa: Celta Editora.
- CABRAL, M. V. (1977), *Situação do operariado nas vésperas da implantação da República*, *Análise Social*, vol. XIII, n.º. 50, 1977-2.º, 419-448, Lisboa.
- CARVALHO, A.L. (1941), *Os Mesteres de Guimarães – Estudo Histórico e Etnográfico do Linho*, Volume II, Guimarães: Edição do Autor.
- CASANOVA, J.L. (1995), *A “Teoria da prática” – uma prática menos teorizada?* *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º.17, pp 61-73, Lisboa.
- CASANOVA, J.L. (1995), *Uma avaliação conceptual do habitus*, *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º.18, pp 45-68, Lisboa.
- CAVACO, C. (1981), *A pluralidade na pequena agricultura portuguesa*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º.7 e 8, Lisboa.

- CORCUFF, P. (2001), *As novas sociologias*, Sintra: Vral
- DUARTE, A. (1998) *Vivências de desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros*, in *Sociologia Série I*, Vol. 08 pp 247-317, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DURKHEIM, É. (2001 a) *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa: Editorial Presença.
- DURKHEIM, É. (2001 b) *O Suicídio, Estudo Sociológico*, Lisboa: Editorial Presença.
- ELIAS, N. (2004) *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa: D. Quixote.
- ELIAS, N. (2006) *O Processo Civilizacional*, Lisboa: D. Quixote.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto: Afrontamento.
- FODDY, W., (2002) *Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Lisboa: Celta.
- FERREIRA, S. (2006), *Entre a Casa e a Fábrica: Memórias do trabalho operário no feminino*, *Revista de Antropologia Ibero-americana*, Vol 1. nº. 3. Agosto-Dezembro de 2006 (edição eletrónica), pp xiii-xxi, Madrid.
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (2001), *O Inquérito*, Oeiras: Celta.
- GIDDENS, A. (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras: Celta
- GIDDENS, A. (2003), *A Constituição da Sociedade*, Rio de Janeiro: Martins Fontes
- GIDDENS, A. (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.
- GIDDENS, A. (2000), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa: Editorial Presença.
- GIL, A.C. (1995), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, S. Paulo: Editora Atlas.
- GLASER, B., STRAUSS, A. (1967), *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, New York: Aldine.
- GONÇALVES, A. (2008) *A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redação do questionário para inquérito sociológico*. *Comunicação e Sociedade*, v. 12, n. 1., Braga: Universidade do Minho.
- GOFFMAN, E. (1993), *A Apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio d'Água.
- GUERRA, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de usos*. Estoril: Principia.
- GUIMARÃES, F.S. (1998), *Em torno da conformidade – Uma história de quotidianos e destinos de vida dos operários têxteis do Vale-do-Ave (1896-1955)*, Universidade do Minho (policopiado), Braga.
- HAGUETTE, T. (1987), *Metodologias quantitativas na sociologia*, Rio de Janeiro: Vozes.
- HEINICH, N. (2001), *A sociedade de Norbert Elias*, Lisboa: Temas e Debates.
- INNERARITY, D. (2009), *A Sociedade Invisível*, Lisboa: Editorial Teorema.
- KHUN, T.S. (2009), *As estruturas das revoluções científicas*, Lisboa: Guerra e Paz.
- LAGE, M. (1995), *Comunidade e Fábrica*, Dissertação de Mestrado em História das Populações, Braga: Universidade do Minho.

- LEITE, C. (2003), *Vidas experienciantes. Histórias de vida e processos sociais*, Revista do Arquivo Histórico de Loulé, Arquivo Histórico Municipal, Loulé.
- LÉVI-STRAUSS, C.(1986), *Tristes Trópicos*, Lisboa: Edições 70.
- LIMA, A.V., *A agricultura a tempo parcial em Portugal em Portugal – Uma primeira aproximação à sua qualificação*, Análise Social Volume XXII, nº.91, pp. 371-379, Lisboa, 1986
- LIMA, A.V. (2008), *Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?* Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Universidade do Algarve, Faro.
- LIMA, M.P. (2000), *Inquérito sociológico – Problemas de metodologia*, Lisboa: Editorial Presença.
- LUHMANN, N. (1992) *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa: Veja.
- MARCONI E LAKATOS (2005), *Fundamentos da Metodologia Científica*, S.Paulo: Atlas
- MARQUES, A.P. (2005), *Trajectórias de qualificação profissional: Processos de Dualização – Um caso de estudo na indústria têxtil*, Porto: Afrontamento.
- MARQUES, H. (1995), *Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no Noroeste de Portugal*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, 1ª.Série, Volume X e XI, pp. 39-104, Porto.
- MARQUES, T. e DOMINGUES, Á. (1987), *Breve caracterização do Vale do Médio Ave*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série, Volume 3 p.268 a 271, Porto.
- MARQUES, T. (1988), *Sistema Produtivo Industrial e Território – um estudo Têxtil em Guimarães*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série, Volume 4, p.55 a 103, Porto.
- MENDES, J.M (1994), *As identidades sociais como políticas e como estratégias: o caso dos Açores*, in A História Acolá, pp.167-191, Porto.
- MILLS C.W. (1982), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores
- MÓNICA, M.F. (1986), *Artesãos e Operários*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais
- MORIN, E. (1991), *O paradigma perdido – A natureza humana*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- NUNES, J.A. (1994), *Reportórios, configurações e fronteiras: sobre cultura, identidade e globalização*, in A História Acolá, p.8, Porto.
- PAIS, J.M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, trabalho e Futuro*, Porto: Âmbar.
- PEREIRA, V. B. (1999), *Os vincados padrões do tecido social*, Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, V. B (2005)., *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto: Edições Afrontamento.
- PINA-CABRAL, J. (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva*, Lisboa: Publicações D.Quixote.
- PINTO, J. (1998), *O desemprego no Vale do Ave: implicações económicas e sociais*, Tese de Mestrado em Economia (policopiado), Braga: Universidade do Minho.

- PINTO, J.M. e PEREIRA, V.B. (2007), *A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- PORTUGAL, S. (2004), *As coisas, os modos e os laços: O papel das redes informais na provisão de recursos*, Actas do V Congresso de Sociologia p.139 a 145, Braga: Universidade do Minho.
- PORTUGAL, S. (2007), *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*, Oficina do CES nº. 271, Coimbra.
- QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- RODRIGUES, E. (2007), *A mobilidade de núcleos centrais em território de urbanização difusa*, Dissertação de Mestrado em Geografia (policopiado), Braga: Universidade do Minho.
- SENNET, R. (2001), *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo*, Lisboa: Terramar.
- SILVA, A.S., PINTO, J.M. (2003), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, A.S. (1994), *Tempos Cruzados – Um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, M.C. (1998), *Resistir e Adaptar-se – Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- STRAUSS, A., Juliet C. (2008), *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*, California: Sage.
- VERRET, Michel (1979), *L'espace Ouvrier*, Paris: Librairie Armand Colin.
- WALL, K. (1998) *Famílias no campo, passado e presente em duas famílias do baixo Minho*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- WATZLAWICK, P., BEAVIN, J., JACKSON D. (1973), *Pragmática da Comunicação Humana*, S.Paulo: Cultrix.
- WEBER, M. (2001), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença.
- WEBER, M. (2005), *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa: Edições
- WHITE, W.F. (2005), *Sociedade de Esquina*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

FABRICADOS NA FÁBRICA
UMA NARRATIVA OPERÁRIA NO SÉCULO XXI

Autor: Esser Jorge Silva

Capa: António Pedro

Director de colecção: Manuel Carlos Silva

© EDIÇÕES HÚMUS, 2012

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Abril de 2012

Depósito legal: 342454/12

ISBN 978-989-8549-11-2

Colecção: Debater o Social – 10

Este livro aborda as alterações introduzidas pelas novas representações do conceito de trabalho e emprego e as mudanças produzidas nas vidas das pessoas residentes no Vale do Ave, área de forte implementação fabril, orientada em grande escala para a ocupação na indústria têxtil.

Identifica-se na sociogénese da região uma geografia humana urdida a partir do campo agrícola responsável por determinadas representações sobre o trabalho, geradas na perspetiva do saber prático elevado a uma condição superlativa, evitando-se e negando-se a utilidade do conhecimento a partir da frequência escolar.

Desta configuração aproveitou a indústria sobrepondo-se à agricultura e estendendo à região um extenso lençol de relações, urdidas numa teia de substituição dos saberes práticos agrícolas em troca da especialização fabril, traduzida em tarefas repetidas e mecanizadas, num processo de desapropriação e embrutecimento, perpetuadores de um baixo capital social da região.

Através da memória passada e das incertezas dos desempregados do presente, efetua-se uma viagem ao interior do social da região com o objetivo de captar o sentido da mudança, tanto no fim do emprego como fator orientador das vidas, assim como no impacto do desaparecimento de um tipo de relações humanas assentes na conformidade e na regularidade.

Esser Jorge Silva é licenciado e mestre em Sociologia pela Universidade do Minho. Foi jornalista. Em 1986 fundou a Rádio Santiago. Dirigiu a Rádio Fundação e fez parte da direção editorial do jornal *O Povo de Guimarães*. Colaborou com variados títulos de imprensa. Atualmente é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, integrando a equipa avaliadora do impacto sociocultural da Capital Europeia da Cultura 2012.



Universidade do Minho
 Centro de Investigação em Ciências Sociais



Financiado por Projeto Estratégico
 Pest-OE/SADG/UI0710/2011

